



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**COMPADRIO, PARENTESCO E FAMÍLIA: ESCRAVIZADOS,
LIBERTOS E LIVRES NA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE
TAQUARI/RIO GRANDE DO SUL**

Karen Daniela Pires

Lajeado/RS, Março de 2021.

Karen Daniela Pires

**COMPADRIO, PARENTESCO E FAMÍLIA: ESCRAVIZADOS,
LIBERTOS E LIVRES NA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE
TAQUARI/RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES como parte da exigência para obtenção do grau de Doutora em Ciências, área de concentração Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientadora: Dra. Neli Teresinha Galarce Machado

Lajeado, Março de 2021.

Karen Daniela Pires

**COMPADRIO, PARENTESCO E FAMÍLIA: ESCRAVIZADOS,
LIBERTOS E LIVRES NA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE
TAQUARI/RIO GRANDE DO SUL**

A Banca examinadora abaixo aprova a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutora em Ciências:

Dra. Neli Teresinha Galarce Machado – Universidade do Vale do Taquari

Dra. Magna Lima Magalhães – Universidade Feevale

Dra. Fernanda Storck Pinheiro – Universidade do Vale do Taquari

Dra. Melissa Heberle Diedrich – Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Lajeado

*Dedico à Camila (in memorian), que é meu sol,
meu ar, a fonte em que bebo, a fortaleza de meus dias e o amor que me habita.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Capes pelo financiamento da bolsa Taxa Prosuc que possibilitou a realização desta tese.

À minha orientadora por ser tão maravilhosa comigo sempre. Gratidão, Neli!

Ao Laboratório de Arqueologia da Univates por ter me ensinado tanto ao longo desses quase 8 anos de convivência. Foram momentos únicos e sou grata a todas e todos pela parceria e amizade. Agradeço as trocas, as ótimas conversas e risadas com os amigos Kreutz e Fernanda, como também a parceria do Jones e Kelly. À Patrícia por acompanhar minha caminhada, ao Sérgio pelas saídas a campo pelo Vale do Taquari e pelos bons papos sobre pesquisa.

Não poderia deixar de mencionar o nome da minha amiga Juciane Sehn que me acompanhou na jornada do mestrado e agora do doutorado. Agradeço a companhia nas disciplinas, nas saídas a campo, nas inquietudes, nos desesperos com os trabalhos, na hora do café, enfim, pela sua existência.

Agradeço, de forma muito especial, aos bolsistas que me auxiliaram na “trincheira” da leitura dos inúmeros documentos; reconheço que foi uma tarefa um tanto desafiadora, mas sei o quanto historiadores gostam de “uma grafia do século XIX”, então, acho que está tudo certo. Também houve o preenchimento de longas tabelas, por isso e muito mais, tenho que agradecer à Fernanda Schmitt por sua dedicação e cuidado na leitura, como consequência dessas “empreitadas” tornou-se uma ótima pesquisadora da escravidão; à Júlia, à Vanessa e ao Yago por sua competência, disposição e por ser um pesquisador atento e com muito talento.

Aos professores do PPGAD da Univates por terem me ensinado coisas valiosas ao longo do mestrado e do doutorado, agradeço pelo privilégio das aulas e da convivência.

Por fim, à minha família por valorizar o estudo, por ser a minha base, a minha inspiração e minha fonte de amor e de humanidade.

RESUMO

O Brasil tem uma história marcada pela escravidão do povo negro nas mais diversas regiões do país. Escolhemos um recorte espacial nesta pesquisa para falar desse escravismo; ou seja, o território de Taquari nos séculos XVIII e XIX, num espaço fundado por interesses portugueses. Foi neste contexto de dominação de terras que houve a inserção da mão de obra escravizada, que com o passar do tempo se intensificou e perdurou até o ano da abolição, em 1888. Incluso ao tema escravismo, detivemo-nos nas relações sociais e familiares praticadas no cotidiano das propriedades escravistas em Taquari. O tema escravismo, selecionado para esta tese, é foco especial para a área das Ciências Ambientais, a qual promove a visão integrada das questões socioambientais, em suas perspectivas históricas, econômicas, sociais e ecológicas. Pressupõe-se, por meio do desenvolvimento de análises históricas, as quais podem ser do tempo recente ou no caso, da história do século XIX, que a promoção para a consciência social dos direitos individuais e coletivos são condições necessárias para que ocorra a superação da dependência social e da dominação política. Neste estudo, a conexão da história e das ciências ambientais envolve como pano de fundo modelos de desenvolvimento que marginalizaram os grupos humanos descendentes desse processo. Almeja-se que esta tese possa ser mais uma ferramenta para promover um melhor índice de desenvolvimento humano sustentável e a possibilidade de realização plena dos direitos individuais e coletivos dos herdeiros desse terrível contexto de relações de trabalho da nação brasileira. A utilização deste tipo de estudo pode ser direcionada para os planos de desenvolvimento da redução das desigualdades sociais, para melhorar a falta de informação científica adequada e para sustentar o aumento das próprias capacidades de grupos sociais descendentes. De forma geral e científica, o objetivo acadêmico desta tese foi analisar a formação dos laços de compadrio e a constituição da família negra escravizada, livre e liberta na Paróquia de São José de Taquari, entre os anos de 1787 e 1850. Metodologicamente se fez uso do método onomástico e da micro-história. Os resultados demonstraram redes formadas a partir dos batismos de escravizados adultos com o apadrinhamento feito por pessoas nas condições de escravizados, forros e livres. Nos batizados dos inocentes identificamos, assim como, para os adultos, laços de parentesco fictício formados entre pais, filhos e padrinhos. As mães dos chamados filhos naturais buscaram por padrinhos e madrinhas que estavam na condição social de libertos e livres. Os laços de compadrio se estenderam para fora das propriedades, o que demonstrou uma rede de parentesco extensa. Diferentemente dos filhos naturais, os batizados dos filhos legítimos formaram laços maiores com escravizados. A análise dos matrimônios apontou um baixo índice de uniões legitimadas entre os escravizados de Taquari; logo, a maioria das relações foram consensuais. As uniões matrimoniais foram realizadas, sobretudo, entre nubentes de mesma origem e estatuto jurídico. A pesquisa, de forma geral, buscou mostrar as

relações de parentesco e a formação da família negra a partir dos registros paroquiais, bem como a capacidade de articulação e estratégia desses indivíduos na antiga Taquari.

Palavras-chave: Compadrio. Escravidão. Família. Registros Paroquiais. Taquari.

ABSTRACT

Brazil has a history marked by the slavery of the black people into the most diverse regions of the country. We chose a spatial approach in this research to talk about this slavery, that is, the territory of Taquari in the 18th and 19th centuries. A space founded by portuguese interests and it was in this context of land domination that there was the insertion of enslaved labor, which over time intensified and lasted until the year of abolition, 1888. Included to the subject of slavery, we focused on the social and family relationships practiced into the daily life of slavery properties in Taquari. The selected slavery theme for this thesis is special focused to the Environmental Sciences area, which promotes an integrated view of socioenvironmental issues, in their historical, economic, social and ecological perspectives. It is assumed, through the development of historical analyzes, which may be on recent time or, in this case, on the history of the 19th century, that the promotion of social awareness of individual and collective rights are demanding conditions to overcome social dependence and political dominance. In this study, the connection of history and environmental sciences involves, as a backdrop, development models that marginalized human groups descended from this process. It is hoped that this thesis may be another tool to promote a better index of sustainable human development and the possibility of full implementation of the individual and collective rights of the heirs of this terrible context of labor relations of the brazilian nation. The use of this type of study can be directed towards development plans for the reduction of social inequalities, to improve the lack of proper scientific information and to support the increase of the own descending social groups capacity. In a general and scientific way, the academic aim of this thesis was to analyze the formation of parentage ties and the constitution of the enslaved, freed and liberated black family in the Parish of São José de Taquari, between the years 1787 and 1850. Methodologically, the onomastic method and microhistory were used. The results showed networks constituted by the baptisms of enslaved adults with the godfathering made by people in the condition of enslaved, freed and liberated. In the baptisms of innocents we identify, just as, for adults, bonds of fictitious parentage formed between parents, children and godparents. The mothers of the so-called natural children sought for godparents and godmothers who were in the freed and liberated social condition. The parentage ties were extended outside the properties, which showed an extensive parentage network. Unlike natural children, the baptism of legitimate children formed closer ties with enslaved people. The analysis of matrimony pointed to a low rate of legitimate unions among the enslaved people in Taquari, most of the relationships were consensual. Marital unions were carried out, above all, between couples of the same origin and legal status. The research, in general, sought to show the parentage relations and the formation of the black family from parish records, but also the articulation and strategy capacity of these individuals in the old Taquari.

Keywords: Parentage. Slavery. Family. Parish Records. Taquari.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tratado de Madrid de 1750.....	40
Figura 2 - Tratado de Santo Ildefonso	43
Figura 3 - Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul	44
Figura 4 - Cenário sulino das primeiras décadas do século XIX.....	46
Figura 5 - Proximidades geográficas de Taquari, Santo Amaro e Triunfo.....	48
Figura 6 - A formação territorial de Taquari em sua emancipação política em 1849	49
Figura 7 - Possíveis rotas até Taquari.....	55
Figura 8 - Área portuária de Porto Alegre - século XIX	56
Figura 9 - Porto de Taquari.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Presença preta e parda em Lajeado no ano de 2010	17
Gráfico 2 - Batismos de adultos em Taquari	83
Gráfico 3 - Batismos e as idades	84
Gráfico 4 - Os grupos étnicos de africanos.....	85
Gráfico 5 - Legitimidade	96
Gráfico 6 - Padrinhos e madrinhas dos filhos naturais	108
Gráfico 7 - Padrinhos e madrinhas dos filhos legítimos.....	120
Gráfico 8 - Locais de origem das mulheres	141
Gráfico 9 - Locais de origem dos homens	142
Gráfico 10 - Casamentos e a origem dos nubentes.....	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura de posse para Taquari, Estrela e Santo Amaro	58
Quadro 2 - Relações de compadrio.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OS CONFLITOS ENTRE AS COROAS IBÉRICAS E A CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DE TAQUARI.....	38
2.1 As várias disputas e o surgimento de povoados	39
2.2 Paróquia de São José de Taquari	47
2.3 O Brasil no século XIX e a escravização ilegal de africanos	58
3 REDES DE PARENTESCO: ESTRATÉGIAS NO COTIDIANO ESCRAVISTA.....	62
3.1 Os padrões de compadrio entre os escravizados, livres e forros da Paróquia de São José de Taquari.....	64
3.3.1 Relações de compadrio a partir dos batismos de escravizados jovens adultos	64
3.3.2 O compadrio com proprietários	66
3.3.3 Os laços de parentesco com escravizados de outras propriedades	70
3.3.4 Laços de compadrio entre escravizados	79
3.3.5 O apadrinhamento na mesma propriedade	87
3.3.6 O parentesco entre afilhados e padrinhos forros	90
3.3.7 Padrinhos sem definição de condição social	93
3.2 Os batizados das crianças	95
3.2.1 O apadrinhamento dos filhos naturais	96
3.2.2 Os batizados dos filhos legítimos e a formação de parentesco.....	108
4 O CASAMENTO ENTRE ESCRAVIZADOS, FORROS E INDÍGENAS	122
4.1 Casamentos endogâmicos.....	124
4.2 Casamentos exogâmicos.....	134
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS	151

1 INTRODUÇÃO

“Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e consequentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e consequentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação” (MUNANGA, 2003, p.5.).

A história da escravidão é a própria história brasileira num país fundado no escravismo em que homens, mulheres, crianças, jovens e idosos negros escravizados africanos e seus descendentes estruturaram com suas forças de trabalho todo um sistema econômico em diversos espaços do Brasil. O tempo presente da vida da população negra nesse país está repleto desse passado. Um passado que nos trouxe, por exemplo, os nomes de André e Esperança, dois escravizados que se uniram pelo matrimônio católico em 11 de novembro de 1850¹, às nove horas, na Paróquia de São José de Taquari, sob as bênçãos do vigário Antônio João de Carvalho. O noivo era natural do Congo e a noiva era da vila² de Taquari. Não sabemos os caminhos que André percorreu desde sua saída da África até a chegada em Taquari. Desconfiamos que o nome André foi designado no ato do batismo católico, que pode ter ocorrido no porto de embarque na África, na travessia transatlântica, no desembarque no Brasil ou em alguma propriedade. Os dois, no momento do casamento eram de Manuel Alves

¹ Livro 4 (1846-1856) de Casamentos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.10.

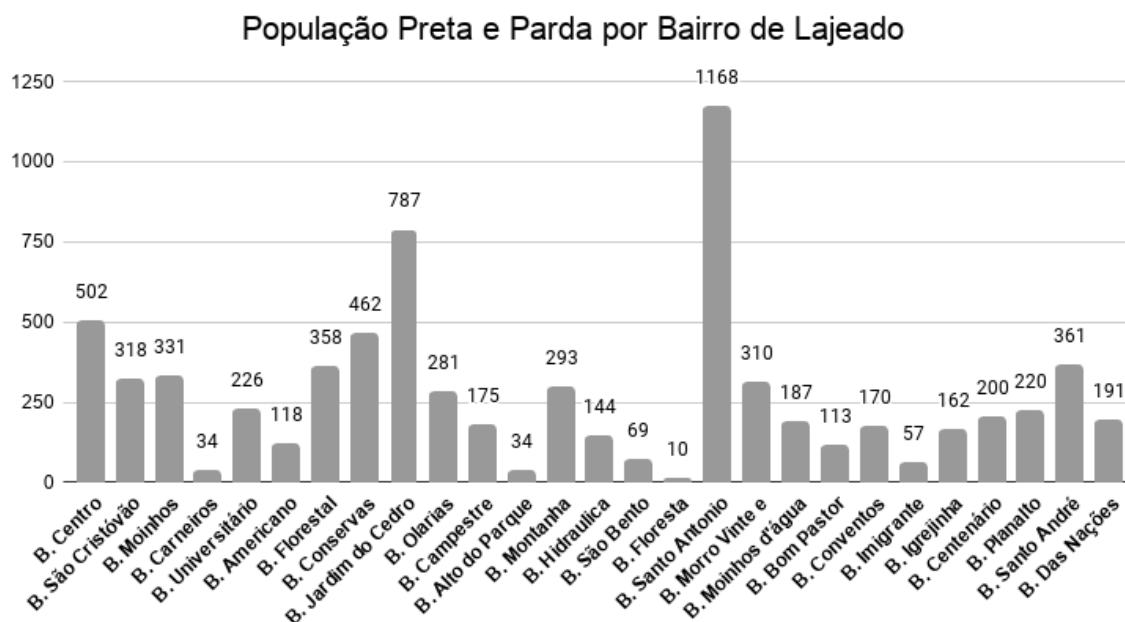
² O título de vila era recebido quando a localidade possuía uma câmara com seu território próprio de jurisdição (termo) e rendas exclusivas (OSÓRIO, 2015).

dos Reis Louzada, o Barão de Guaíba. O registro de casamento apresentou uma pequena parte da vida dos dois escravizados, parte esta que se entrelaça com a história do Brasil e com o passado de Taquari, território este que abrangeu basicamente o que se conhece hoje como Vale do Taquari.

O que se observa no cotidiano da região é a existência de um discurso hegemônico. Uma história europeia que está em livros, em monumentos, em nomes de rua de municípios do Vale do Taquari, em festividades de forma geral. Tudo isto, instigou-nos pesquisar um outro grupo étnico que raramente é citado no processo histórico da região. Falamos aqui, especificamente, de mulheres e homens negros escravizados durante muito tempo e não mencionados nos bancos escolares, nos marcos festivos municipais, não recebendo o reconhecimento de seus saberes tradicionais e de sua contribuição na formação econômica, social e cultural. Buscamos e encontramos muitas pessoas que se relacionaram e construíram seus laços para além do trabalho forçado, das mazelas de um dia a dia cruel, marcado pela constante luta pela sobrevivência. Empenhamo-nos na tentativa de visibilizar um outro passado que estava escondido.

Neste sentido é importante termos uma noção da população preta e parda que estão no cenário contemporâneo de um dos municípios que fazem parte da atual região do Vale do Taquari, que é Lajeado. Conforme o Censo Demográfico de 2010, que é o último levantamento realizado, a cidade de Lajeado possuía neste ano uma população de 71.445 habitantes. Deste total, 1.849 se autodeclararam pretas e 5.452 pessoas, como pardas (IBGE, 2010). Ressaltamos que tais dados estão defasados e além disso é preciso levar em conta que depois de 2010 tem-se a imigração haitiana e de outros países para Lajeado e região.

A partir do levantamento do Censo de 2010 foi possível uma distribuição da população preta e parda entre os bairros do município de Lajeado. Em tal classificação nota-se uma diferença entre tais bairros, alguns com uma presença numérica maior como é o caso dos bairros Santo Antônio, Jardim do Cedro, Centro e Conservas. Já, em outros, os números são menores, como no bairro Floresta, Carneiros e Alto do Parque (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 – Presença preta e parda em Lajeado no ano de 2010

Fonte: IBGE, 2010.

No recorte espacial escolhido para esta pesquisa, a Paróquia de São José de Taquari, foi necessário investigar e debater a respeito do processo escravista, pois o mesmo tinha e tem muito a ser questionado no cenário regional. Na investigação realizada por Pires (2016) avançou-se na exploração da temática do escravismo em Taquari com um suporte documental vasto, material este que possibilitou identificar vários elementos do sistema escravista, entre eles, por exemplo, a posse da mão de obra escravizada, a conquista de liberdades, o comércio, o papel da imprensa escrita (jornal O Taquaryense), crimes envolvendo escravizados e livres, entre outros. Os processos-crime em específico, apresentaram e contribuíram com a menção das atividades de trabalho que os escravizados citados nos processos desempenhavam, algo que contribuiu para o conhecimento de alguns ofícios naquele contexto em Taquari.

A escravização foi imposta e submeteu milhares de vidas ao seu regime de trabalho nas mais diversas regiões do Brasil e por muitos séculos. Mas em meio ao sistema escravista opressor, houve, por parte de mulheres e homens negros, uma não aceitação da escravidão, quando conseguimos ampliar o olhar para além do viés econômico do sistema, quando reconhecemos e respeitamos os escravizados como sujeitos que fizeram uso de estratégias de sobrevivência, que ultrapassaram os limites do escravismo. Várias evidências surgem e trazem novos debates para todo o período escravagista, como: Quantas mães salvaram seus filhos das correntes? Quantas trabalharam mais do que podiam para juntar pecúlio para a obtenção de sua liberdade ou a de parentes? Quantos filhos nascidos em condição de

escravizados ou livres foram criados unicamente por suas mães? Quantas negociações ocorreram entre senhores e escravizados? Muitas dessas questões e tantas outras são levantadas a partir da leitura de documentos oficiais e por diversas pesquisas científicas.

Diferentes partes da África carregando seus hábitos, suas memórias, seus traços culturais dividiram os espaços nas mais diferentes propriedades, nas mais diversas regiões do país. Sabemos que foi um contato que propiciou alianças e fortalecimento perante o escravismo, e nesses laços estabelecidos está a formação dos núcleos familiares, o parentesco a partir dos apadrinhamentos, os compadres e comadres que estabeleceram conexões a partir dos rituais católicos do batismo e do casamento. Com isso, consideramos que os indivíduos tiveram o seu protagonismo, mesmo em situações tão adversas dentro do sistema escravista, tanto os nascidos em África quanto os nascidos no Brasil encontraram maneiras de fazer o enfrentamento.

A constituição de famílias pelos escravizados é o enfoque de diferentes pesquisadores que passaram a trazer um outro olhar para a escravidão contrapondo uma historiografia das décadas de 1960 e 1970, mostrando que o escravizado constituiu seus laços de afeto, de solidariedade, sociabilidades, uniões estáveis, construiu um cotidiano familiar e teve um protagonismo diante das opressões de todo um sistema escravista. Muitas questões antes não consideradas foram levantadas por esses pesquisadores, sendo fundamental na análise que nos propusemos para a Paróquia de São José de Taquari. Os estudos aos quais nos referimos são de Manolo Florentino e José Roberto Góes, José Flavio Motta, Hebe Mattos e Robert Slenes. Os autores trouxeram luz e aproximações com nossos objetivos para esta investigação sobre a Paróquia de São José de Taquari.

Na obra clássica de Freyre, publicada em primeira edição no ano de 1933, “Casa-Grande e Senzala”, por exemplo, não temos por parte do autor um enfoque sobre a constituição da família escravizada em um cotidiano escravista dos engenhos de açúcar, pois são apresentadas mulheres negras, adultos e crianças do ponto de vista da casa-grande, sempre ligados à família senhorial, não atribuída uma existência autônoma de uniões duradouras entre os escravizados, sequer trazendo estes como agentes sociais atuantes. Entre outras coisas escreve que “houve molequinhos da senzala criados nas casas-grandes com os mesmos afagos e resguardos de meninos brancos” (2003, p.245). Assim, em outros momentos do texto fala dos escravizados, mas não descolados do senhorio e de uma vida de promiscuidade por parte

dos cativos. Para Freyre o sistema econômico foi o provocador da divisão entre o mundo dos senhores e o mundo dos escravizados.

A revista Estudos Econômicos publicou, já no ano de 1987, artigos relacionados ao estudo da família escravizada como foram os de Costa, Slenes e Schwartz (1987), os pesquisadores se debruçaram sobre as listas nominativas de quatro Companhias de Ordenanças de Lorena (SP) do ano de 1801. Os autores deixam explicitado que de forma inequívoca foram identificadas as famílias escravizadas, em sua fonte de pesquisa, tal fato foi considerado raro por parte deles. Então, buscaram evidenciar as variáveis demográficas dos grupos cativos. O entendimento de família naquele momento, para os autores, era o casal unido ou não perante a Igreja, presentes ou não ambos os cônjuges, com seus filhos (se tivessem), os solteiros (homens ou mulheres) com filhos e os viúvos ou viúvas com filhos. Em qualquer dos casos os filhos deveriam ser solteiros, sem prole e coabitar junto aos pais. Além disso, denominaram como “pseudo famílias”, os viúvos isolados, pessoas em vivência com filhos e respectivas proles.

Na mesma edição, a revista Estudos Econômicos, Metcalf (1987) traz argumentos a respeito da família escravizada, tendo como recorte espacial Santana de Parnaíba, entre 1720 a 1820. Entre todos os elementos levantados, destacamos o que escreveu sobre os dois mundos que os escravizados viviam dentro do sistema escravista. Os dois mundos a que a autora se refere seria o mundo dos senhores e o mundo dos escravizados, estes viveram nas casas dos senhores, estas hierarquizadas e patriarcais, o que limitava os laços com outros escravizados; a proximidade com os senhores gerou o recebimento de favores e a complacência paternalista. Porém, os escravizados também viveram em suas próprias famílias, que não eram completamente independentes; no entanto, propiciavam uma instituição central para a vida dos cativos que era complementada pela rede de parentesco maiores e pelas irmandades. Frisa, ainda, que a família escravizada deve ser percebida dentro do contexto de desenvolvimento econômico. Ao longo de seu texto pontua que a estabilidade e a instabilidade das famílias escravizadas estiveram relacionadas ao ciclo econômico.

Em sua pesquisa Rios (1990) enfocou as fazendas da Paraíba do Sul, onde houve a forte presença da família escravizada. Entre os elementos em destaque, chama a atenção para um em especial, que é o tempo de permanência em uma escravaria e o desenvolvimento da família escravizada; com a estabilidade das fazendas, a família se formava. Metcalf (1987) menciona também a prosperidade das propriedades. Os plantéis mais antigos que envolviam

muitas famílias, para Rios, tendem ao equilíbrio entre os sexos e apresentam maior quantidade de crianças e de idosos. A autora reforça dois pontos importantes para os escravizados terem uma formação familiar: o primeiro era a prática de nomes, crianças que recebiam nomes de parentes, especialmente dos avós e, o segundo ponto, era a venda em conjunto de grupos familiares. Mesmo que, de forma limitada, a família interferia na estrutura demográfica do plantel e no mercado de escravizados.

As discussões sobre família escravizada são levantadas por Florentino e Góes (1995), em seus estudos para Bananal (Vale do Paraíba), onde identificaram em uma escravaria três tipos de família, a nuclear (composta por pais – viúvos ou não e sua prole, se existente), matrifocal (que reunia mães e filhos naturais) e a extensa (que congregava outros parentes além do grupo primário formado por pais e filhos). O primeiro tipo foi predominante, cerca de 70% do total analisado. Destacam que o mercado de escravizados foi um fator explicativo para as tipologias das famílias. A classificação utilizada pelos autores, em especial, as tipologias, nuclear e a matrifocal nos serviu de base para analisarmos a Paróquia de São José de Taquari. Obviamente, conseguimos utilizar de forma limitada tal modelo, pois a realidade escravista de Taquari era distinta das fazendas do Vale do Paraíba.

Consoante Mattos (1998), em seu livro “Das Cores do silêncio” aponta que a família nuclear e a rede de relações pessoais e familiares a ela relacionada foram essenciais na experiência dos homens livres no decorrer do século XIX, como havia ocorrido no período colonial. Para os escravizados a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativeiro parece ter dependido, em grande parte, das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravizados e homens livres da região de Campos, Rio de Janeiro. A autora traz a autonomia relacionada às relações familiares, o que nos serviu para verificar em nossa realidade de estudo a existência de famílias escravizadas.

A partir de suas análises em relação à família escravizada em “A paz das senzalas”, Florentino e Góes (1997) concluíram ser uma instituição estável que vencida o problema da alta mortalidade de seus membros, em específico a dos infantes e conseguia se manter frente a todas as conjunturas do mercado. Estes enfrentamentos de tais etapas deixava a família mais solidificada, juntamente ao fato de que a maioria das famílias conseguia superar a fase crítica da morte do senhor. Com isso, os autores conseguiram esboçar alguns traços do processo mais amplo em meio ao qual se reproduziram os arranjos familiares.

A pesquisa de Motta (1999) em “Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)”, traz a família escravizada no Sudeste, em duas localidades, Lorena e Bananal, no ano de 1801. Em suas análises o autor observou diversas categorias familiares. A categoria casais endogâmicos e exogâmicos, casais incompletos, solteiras com filhos, viúvos com filhos, pseudo famílias. O pesquisador constatou que a categoria “casais endogâmicos” envolvia metade (50,9%) das famílias escravizadas de Lorena e mais de três quartos (76,4%) das de Bananal. Percebeu que cerca de três quintos (60,8%) dos escravizados integravam as unidades familiares em Lorena, e pouco mais de quatro quintos (81,9%) em Bananal. O predomínio de tal categoria contribui para a hipótese de que as uniões entre escravizados aconteciam, em grande medida, dentro dos limites de cada escravaria. Para os “casais exogâmicos” observou que, em Lorena, estas famílias se encontravam mais presentes em plantéis de 5 a 9 cativos. A partir da experiência de estudo dos pesquisadores, aplicamos também para Taquari a categoria endogâmico (união entre indivíduos da mesma origem) e a exogâmico (indivíduos de origens distintas).

No trabalho de Slenes (2011) em “Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava”, o pesquisador pontua que os autores a partir do final da década de 1960 começam a falar especificamente da família escravizada. Pautados em ampla documentação, incluindo cartas ditadas por escravizados, registros demográficos de várias fazendas, argumentam que a família nuclear, intergeracional e extensa (incluindo parentes fictícios, os compadres) era uma instituição forte e valorizada pelos escravizados. E que as uniões conjugais não eram instáveis, que os pais escravizados, não apenas as mães, tendiam a ser figuras importantes na vida de seus filhos, também que os cativos tinham normas familiares próprias e que não eram simplesmente vindas dos seus senhores.

Em concordância com as pesquisas citadas, Machado (2006) argumenta que a família escravizada era perfeitamente viável na *plantation*. E, em detrimento da alta presença masculina, nessas áreas havia uma maior incidência de casamentos legítimos entre os escravizados e uma duração maior dos laços familiares, em razão dos plantéis serem maiores e mais estáveis. Para os escravizados das pequenas escravarias as dificuldades em formar família deveriam ser maiores. A pesquisadora frisa que, há algum tempo, foi identificada uma relação direta entre tamanho do plantel e família escravizada, pois haveria maior probabilidade de existência de famílias entre escravarias com um número elevado de escravizados, mas não descarta a existência de laços familiares nas pequenas escravarias.

Em sua obra “Segredos Internos”, Schwartz (1988) observou que, se a propriedade era maior, o relacionamento entre escravizado e proprietário era distante, assim os escravizados tinham a liberdade de tomar suas próprias decisões e fazer seus próprios arranjos. Com isso os escravizados em trabalhos realizados no campo recebiam menos interferências do que os cativos que serviam no trabalho doméstico, e os que estavam em propriedades maiores teriam tido mais sorte do que os escravizados urbanos, ou os de propriedades de lavradores e pequenos agricultores. Para uma realidade de trabalho em engenhos e grandes fazendas havia tal possibilidade de distanciamento do senhor, porém, em unidades menores isso não ocorria na mesma proporção.

Os estudos a respeito da constituição das famílias escravizadas no Brasil e no Rio Grande do Sul contribuem para o debate historiográfico. Com abordagem para Monte Alto, no Alto Sertão da Bahia, Miranda (2018) observou em sua tese que, o número de uniões legítimas entre cativos de pequenos senhores foi menor em relação ao de grandes senhores. No entanto, escravizados de pequenas posses formaram famílias consideradas ilegítimas, mas isso não significou que não tiveram uniões estáveis e a presença da figura paterna. Em função do tráfico interno e da partilha de bens muitas dessas famílias foram desfeitas. A autora frisa que a partilha dos bens entre herdeiros de pequenos senhores influenciou na vulnerabilidade das famílias escravizadas.

As relações familiares e de parentesco de escravizados foram debatidas por Freire (2009), para Juiz de Fora, região de *plantation* na Zona da Mata Mineira. Este traz que a família escravizada foi importante para a manutenção dos aspectos culturais e para a formação de identidades sociais. A família foi o principal refúgio para os indivíduos que queriam compartilhar sua vida afetiva e ter um pouco de autonomia. Os traços culturais podem ser observados no uso de uma memória genealógica, por meio de nomes atribuídos aos descendentes, na formação de uma economia interna e nas línguas empregadas por seus componentes. Além disso, fala que os casamentos entre escravizados da mesma nação deixam evidente as heranças culturais.

Freire (2009) em sua pesquisa reforça a ideia de que o batismo cristão estabelecia laços que tinham uma dimensão para fora da estrutura da Igreja. Tais laços foram usados para reforçar laços de parentesco que já existiam, solidificar relações com pessoas de classe social parecida ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais. O pesquisador complementa trazendo que o compadrio significava uma aliança, que unia a partir do ritual do

batismo, os pais de uma criança e seus padrinhos. Tudo isso reforçou o objetivo de buscar para a realidade da Paróquia de São José de Taquari, os laços de compadrio que existiram nos registros de batismo de escravizados.

Outro trabalho que tratou da família escravizada foi o de Teixeira (2001) para Mariana em Minas Gerais, entre os anos de 1850 a 1888. Entre os elementos analisados dentro da temática de estudo, destacamos a presença das mães solteiras pela autora, tais mães estavam representadas em maior número do que as mulheres casadas legalmente. Foram muitos os registros de mães solteiras nos inventários e como casadas nos registros paroquiais. Tais mães solteiras podiam estar em uniões consensuais estáveis não registradas oficialmente. Verificou-se, então, que as famílias matrifocais eram maioria de um total de 407 famílias em comparação com as famílias nucleares, nas décadas analisadas. Em nossa pesquisa foi possível verificar que também houve um registro considerável de mães solteiras nos assentos de Taquari.

Mais uma tese que enfocou a composição de famílias escravizadas, foi a de Vasconcellos (2006). O seu recorte espacial foi Angra dos Reis, entre 1800 e 1888. O estudo destaca que as famílias nucleares eram mais comuns nas grandes escravarias. Mas ao longo da metade dos oitocentos, diminuiu a frequência dessa categoria. Em paralelo, o percentual de escravizados envolvidos em famílias matrifocais aumentou. Tal situação ocorreu em todas as faixas de tamanho de propriedade.

Em análise sobre o casamento e a família escravizada para o caso da Freguesia³ de São Tomé das Letras (MG), Viana de Paula (2013) destacou algo importante e que esteve presente no momento de pensarmos as uniões entre escravizados para nosso espaço, Taquari. Observou que o tamanho das propriedades, ou melhor, das posses de cativos influenciaram nas uniões. Em escravarias maiores as chances de uniões maritais ocorriam com mais frequência, pois a quantidade de homens adultos e solteiros era maior. Os escravizados que faziam parte de escravarias menores tiveram dificuldades em encontrar nubentes sendo que, além de estarem vedadas as uniões formais com cativos de outras posses, estes possuíam reduzidas opções dentro da propriedade em que estavam.

³ “O termo freguesia foi o mais utilizado em todas as capitâneas do Brasil para referir as paróquias, a circunscrição básica da administração eclesiástica” (OSÓRIO, 2015, p.70).

Na sequência, apresentamos algumas pesquisas que foram feitas em regiões diferentes no Rio Grande do Sul. Procuramos saber os trabalhos que se dedicaram em identificar a formação das famílias escravizadas dentro do sistema escravista, e nos deparamos com alguns trabalhos que em muitos aspectos se aproximaram do visto em nosso estudo, considerando os detalhes de cada realidade estudada. Isso foi muito importante para olharmos para Taquari a partir de nossas fontes e ver como, nesse espaço, se formaram os laços familiares, o compadrio, a formação dos parentescos, as alianças e estratégias que demais pesquisas trouxeram em seus capítulos. Ressaltamos que esse é o primeiro trabalho que trata da formação da família escravizada em Taquari e, no contexto do escravismo, existem muitas lacunas, questões que não foram sanadas, detalhes que passaram despercebidos, além de indagações não feitas.

A dissertação de Guterres (2005) se deteve sobre os laços familiares entre livres, libertos e escravizados em Santa Maria, nos anos de 1844 a 1882. Destacamos a parte em que menciona a formação da família nuclear a partir dos matrimônios. Já para os registros de batismos, vimos a ausência da figura paterna no momento do batizado dos filhos de negros e escravizados, ocorrendo a formação de famílias por mães e filhos. Para além dos registros da Igreja, as uniões ocorriam com frequência entre escravizados, livres e libertos em Santa Maria após 1850. Dessa maneira, o casamento legal não foi marcante no período selecionado. A pesquisadora apontou algumas variáveis como possíveis influenciadoras na formação da família a partir do casamento, como: atividade produtiva desenvolvida na propriedade em que os cativos estavam inseridos, número de cativos de uma mesma escravaria, a licença concedida por parte dos senhores. O casamento foi importante na conquista de maior autonomia, na possibilidade de, no espaço do lar, ter projetos.

A tese de Petiz (2009) investigou as freguesias de Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada (Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro), entre os anos de 1750 e 1835. As famílias e as estratégias escravas apontam para a forte presença de núcleos familiares na Fronteira Oeste. Para a discussão sobre família, o pesquisador se baseou também nos dados matrimoniais, e percebeu na região um número inferior de casamentos se comparados com a quantidade de batismos. Comenta ser uma das explicações para isso o fato da Igreja Católica defender o direito dos escravizados de casarem-se, mas a condição de escravizado permanecia a mesma e também havia discordâncias de senhores em relação ao matrimônio.

Em análise sobre o sistema escravista de Santo Antônio da Patrulha no período de 1773 a 1824, Santos (2009) enfatiza que a família não dependia do casamento para ser constituída, fato que se aproxima do apontado por Petiz (2009) em seu contexto de pesquisa. Percebeu, também, que escravizados e ex-escravizados mantinham relações estáveis por um longo período de tempo sem ter oficializado tal condição perante a Igreja. Além disso, fala no parentesco criado pelo sacramento do batismo e que isso foi essencial para a formação das comunidades dentro das senzalas que substituíram, em parte, as famílias deixadas pelos escravizados em seus locais de origem na África.

Para a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, Perussatto (2010) em sua dissertação que abrangeu o período de 1851 a 1887, concluiu depois de seus levantamentos e interpretações das fontes documentais envolvendo registros de batismos de escravizados e ingênuos, de casamentos e com o censo de 1872, que as famílias escravizadas de Rio Pardo se caracterizaram como matrifocais e ilegítimas. Os resultados obtidos pela historiadora são semelhantes ao que se verificou para a Paróquia de São José de Taquari para um período diferente do escolhido pela autora. No capítulo em que detalhamos os matrimônios esmiuçamos os dados. Para além das fontes é preciso considerar a proximidade geográfica das duas regiões, o que nos ajudou a pensar o contexto escravista de Taquari.

Para o Rio Grande do Sul ainda, outra pesquisa que enfocou a existência da família escravizada foi a dissertação de Blanco (2012) para os Campos de Viamão, entre os anos de 1740 e 1760. Assim como Petiz (2009), a pesquisadora investigou a família nuclear, ou seja, as formadas por um casal (com ou sem filhos) ou mães e pais solteiros/viúvos e sua prole. Salienta, para os casamentos que, a maioria das famílias teve seus enlances registrados pela Igreja, no entanto, muitas outras não o fizeram mas mesmo assim, possuíam uma rotina familiar. O principal corpus documental utilizado para a investigação da família pela autora, foram os registros de batismo e os matrimoniais de escravizados. Com tais fontes foi realizado um cruzamento nominal e dessa maneira foram identificadas as famílias.

Outra dissertação que tratou em seu texto da constituição das relações familiares e do parentesco de escravizados foi a de Pinto (2012), a mesma teve como recorte espacial Pelotas, entre os anos de 1830 e 1850. Entre outros aspectos analisados pela pesquisa, apresenta que houve um predomínio de famílias negras ilegítimas, com a presença de mulheres escravizadas e seus filhos, especialmente o caso de mães africanas. Com um levantamento de 2.126 registros de batismos, 1663 (76,8%) se referiram aos filhos naturais de mães escravizadas e

apenas 76 assentos batismais (3,6%) estavam registrados como filhos legítimos de pais escravizados. As constatações de Natália são as mesmas vistas pelos demais pesquisadores já citados. A pesquisadora observou, também que, alianças foram firmadas entre indivíduos pertencentes ao mesmo cativeiro e um parentesco étnico. Uma possibilidade foi que os escravizados buscassem por escravizados bem posicionados na hierarquia interna da comunidade e instituíssem relações hierárquicas entre eles.

Para além da formação da família escravizada, que é possível ser verificada nos registros apontados pelos pesquisadores citados e pelas investigações que realizamos para a Paróquia de Taquari, as relações de compadrio é outro elemento que a dedicamos nesta pesquisa. Muitos trabalhos de regiões diversas do Brasil trataram dos laços de compadrio entre escravizados, o que nos serviu de base para pensar e analisar os laços que foram feitos a partir dos registros de batismo e de casamento que averiguamos.

Schwartz (1988), em sua investigação a respeito de quatro paróquias do Recôncavo Baiano, especialmente Monte e Rio Fundo na década de 1780, examinou padrões de compadrio entre a população escravizada. Enfatiza que o compadrio criava muitos laços de parentesco espiritual entre o afilhado ou afilhada e seu padrinho e madrinha, além de laços entre os pais e os padrinhos, que passam a ser compadre ou comadre. Estes eram pais suplementares da criança batizada, em reconhecimento à união da essência espiritual e material da criança. Entre os padrões está o fato de os senhores não apadrinharem seus próprios escravizados.

As exposições de alguns aspectos das pesquisas apresentadas nos guiaram pelos caminhos da investigação da família e dos laços construídos no mundo escravizado. Esta tese é um estudo a respeito da constituição da família escravizada/liberta e dos laços de compadrio entre escravizados, livres, libertos e proprietários da Paróquia de São José de Taquari. O recorte temporal teve como início, o ano de 1787 e como fim o ano de 1850. A escolha se deu em função da capacidade de leitura das informações dos documentos, no caso dos registros de casamentos iniciou-se com o ano de 1787, o ano do final do tráfico atlântico, com a implantação da Lei Eusébio de Queirós de 1850, foi o recorte final. A tarefa de escolha dos anos não foi fácil, pois as fontes documentais nos permitiram um levantamento significativo de dados que ultrapassaram o ano de 1850. Tratamos de finais do século XVIII e das décadas iniciais do século XIX, de um Brasil que sai da posição de colônia portuguesa para se tornar independente.

A escolha do recorte espacial da pesquisa foi pautada pela continuidade de uma investigação que começou de maneira ampla e com dados de fontes documentais na dissertação de mestrado defendida no ano de 2016 no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Univates, após isso vimos a necessidade de seguir pesquisando e questionando o processo escravista em Taquari. Espaço este que surgiu como povoado planejado no século XVIII com a implantação de uma freguesia, São José de Taquari, em um contexto em que Portugal e Espanha disputavam domínios territoriais pelo Rio da Prata e por territórios ao Sul do Brasil. A motivação para continuar investigando o sistema escravista em Taquari se deu pela prática de exploração da mão de obra escravizada africana e crioula que não foi pequena; ao contrário, foi significativa e perdurou por muito tempo, como foi visto nas fontes documentais.

A partir da relevância da temática para a região mencionada, surgiram alguns questionamentos. Uma primeira questão chamou a atenção: os escravizados e escravizadas conseguiram articular estratégias dentro de um cotidiano escravista? Para essa pergunta apresentamos a hipótese de que os batizados de adultos e crianças em que houve a constituição do parentesco fictício foi uma maneira de articular uma rede de pessoas por parte dos escravizados, e o estabelecimento dessas relações sociais foi importante para a sobrevivência dentro do escravismo e estratégias para um futuro fora do mesmo. A segunda questão se baseou no seguinte: conseguiram os escravizados e escravizadas formarem núcleos familiares? Como hipótese sugerimos que houve a formação de famílias escravizadas, e que o casamento oficializado pela Igreja foi uma conquista de autonomia, uma vez que o casal e seus filhos poderiam ter um espaço separado dentro da senzala, manter traços culturais na medida que o casal era de mesma nação, estabelecer vínculos dentro e fora da escravaria e a manutenção da família mesmo com a dinâmica do comércio humano.

A hipótese central se baseia na ideia de que os escravizados, ao formarem laços de compadrio e seu núcleo familiar, se articularam e conquistaram espaços de autonomia diante do sistema escravista, em específico, com a constituição de redes de relações. A partir dessas questões, elaboramos o nosso objetivo central da tese, que foi analisar a formação dos laços de compadrio e a constituição da família negra escravizada, livre e liberta na Paróquia de São José de Taquari, entre os anos de 1787 e 1850, e dois objetivos específicos foram estipulados: a) identificar o parentesco fictício formado com o ritual do batismo católico e as possíveis estratégias por parte dos escravizados com esses compadrios e b) analisar a formação da

família negra e a conquista de autonomia dentro do sistema escravista provocada por essas uniões estabelecidas pela Igreja e fora dela.

É preciso ressaltar que este trabalho se justifica pelo rompimento da invisibilidade e do silenciamento a respeito da exploração da mão de obra escravizada negra em Taquari nos séculos XVIII e XIX, espaço este que abrangeu um território que, com o passar do tempo, deu origem aos municípios que hoje compõem o Vale do Taquari. Com os dados obtidos em fontes paroquiais e em nossa pesquisa anterior, em específico nos documentos cartoriais (alforrias, compra e venda, inventários *post-mortem* e processos-crime) observamos que Taquari fez uso, por um longo tempo, do regime escravagista em que africanos e crioulos foram escravizados. Com o levantamento feito nos inventários para os anos de 1857 a 1888 observamos os tamanhos das posses e vimos que a maioria dos proprietários possuíram de 1 a 5 escravizados, porém, muitos outros tiveram escravarias maiores (PIRES, 2016). Vale relembrar aqui, o estudo de Christillino (2004) em que o historiador destaca que, entre os anos de 1780 e 1814, a porcentagem de escravizados presentes em Taquari em relação ao número total da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul se configurava acima de 7%. Ressalta ainda, a pequena extensão territorial que o Vale do Taquari ocupava, mas mesmo assim, a presença da mão de obra escravizada se destacou na economia provincial naquele contexto. Os dados de Christillino somente reforçam nossas observações até o momento e, aos poucos, vamos construindo um cenário bem distinto do que se costumava saber sobre a história do escravismo.

Outro trabalho que evidenciou a presença de escravizados em Taquari foi de Franz (2009) a autora menciona que os escravizados chegaram acompanhados de seus senhores para o trabalho na agricultura e na extração da madeira. No início do século XIX, Taquari se destacava na produção de trigo no Rio Grande do Sul, sendo esta uma economia típica das regiões de colonização açoriana. Dentro de seu objetivo de pesquisa, que foi entender como o escravizado rio-grandense atuou como força de trabalho na economia e os fatores que culminaram com o fim do sistema escravista, Eloisa frisou a escravidão em Taquari, explorando algumas fontes documentais e ressaltou a necessidade de maior aprofundamento de estudo do tema. Com o passar dos anos as pesquisas foram acontecendo e estão, de fato, se debruçando e detalhando o escravismo na região do Vale do Taquari, a partir da antiga Taquari.

No livro “O negro: consciência e trabalho”, de 1991, Bernd e Bakos vão apresentar, dentro de um levantamento sobre a população escravizada do Rio Grande do Sul, a quantia de escravizados para alguns anos. O que destacamos, especialmente, é o ano de 1780, em que consta para Taquari a presença de 109 escravizados. Salientamos este ano para demonstrar que, segundo as autoras, no referido ano havia a escravidão. Nosso recorte temporal inicia no ano de 1787, em função de uma das fontes paroquiais, mas com isso não estamos afirmando que o escravismo se inicia em tal ano, como o apontamento das autoras está nos mostrando. Na continuidade, trazem para o ano de 1814 a quantidade de 433 escravizados, para o ano de 1859 o montante de 2.701, para 1884 o total de 1.654, para 1885 a quantia de 346 e para 1887 a soma de 216 escravizados.

Ao analisarmos a população negra escravizada em Taquari, falamos de um espaço onde durante todas essas décadas de escravismo, diversas pessoas foram colocadas na condição de um bem econômico. Essas são as características cruéis do regime escravista brasileiro. Partindo disso, é impossível não pensarmos e trazermos para o cenário histórico e atual regional que, durante cem anos, crianças, jovens, adultos e idosos negros em situação de escravizados, forros e livres circularam e criaram vínculos nos diversos locais em que estiveram e que tinham sua ancestralidade, religiosidade, línguas e etnias africanas. São muitas as questões que precisam ser debatidas e valorizadas para compreendemos, de fato, a composição social do passado do Vale do Taquari e também de seu presente.

A existência da escravidão em Taquari, nessa porção territorial grande para aquele contexto dos séculos XVIII e XIX se relaciona à história do escravismo no Rio Grande do Sul, no Brasil e à Diáspora africana. Identificamos nas fontes documentais as origens africanas de muitos dos escravizados que tiveram sua mão de obra escravizada em Taquari, essas características culturais se expressaram de alguma maneira no cotidiano escravista e permaneceram no pós-abolição. Essa diversidade étnica que esteve nas senzalas, mas para além delas precisa ser reconhecida também. A frase de Schwartz (1988, p.318) representa muito: “No relacionamento senhor-escravo havia espaços para manobras”. Ou seja, mesmo com as regras severas dos senhores, os escravizados encontraram maneiras de fortalecer relações e alianças de enfrentamento ao sistema.

A diáspora africana que envolveu a Paróquia de Taquari no desenrolar do sistema do escravismo representa também a africanidade desse espaço, em que muitos foram escravizados e nos locais que ocupam no pós-abolição; o trânsito e a permanência desses

homens e mulheres na Paróquia e depois no município de Taquari não significou somente a exploração do trabalho, mas também as práticas religiosas, linguísticas e culturais. Então, há uma complexidade de fatores que se relaciona às pessoas que forçadamente deixaram seus lugares de origem na África e foram comercializados para diferentes regiões do Brasil. Assim, são diversos os aspectos da história regional a ser destacado e tirados do silenciamento em relação à população negra, em especial ao se pensar a supervalorização destinada para a história europeia, então se fazem necessárias e urgentes novas narrativas históricas que abordem outros sujeitos.

As bases metodológicas desta tese seguiram as orientações do método onomástico, que é a utilização do nome, método este que pode ser ampliado para além das fontes demográficas (GINZBURG, 1989). A partir da investigação micronominal em que “As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (p.175). Ginzburg propõe definir a micro-história e a história em geral, como a ciência do vivido. Consideramos esse método para a investigação dos nomes apresentados nas fontes paroquiais analisadas, em primeiro lugar, os nomes dos negros e negras escravizados, dos forros e também os nomes dos proprietários destes escravizados na tentativa de traçar a formação das famílias e identificar as redes de parentesco fictício. Percebemos a dificuldade em perseguir os nomes dos escravizados nas fontes em função da repetição dos nomes e a ausência de sobrenomes desses indivíduos. Então, uma maneira que encontramos foi perseguir os sobrenomes dos proprietários e relacionar tais sobrenomes com os nomes dos escravizados.

Ao perseguirmos os nomes dos indivíduos escravizados, libertos e dos proprietários dessa mão de obra em Taquari, nosso estudo se aproxima com a ciência conhecida como Onomástica, esta por sua vez, possui duas divisões: a *Toponímia*, estudo dos nomes de lugar, e a *Antroponímia*, estudo dos nomes de pessoas (DICK, 1958). A *Antroponímia* se detém nos “nomes individuais” (sobrenomes, apelidos). Tal classificação faz parte da Onomatologia que pode ser dividida em *Antroponímia* e *Toponímia* (VASCONCELLOS, 1931).

A micro-história busca não renunciar o conhecimento dos elementos individuais, acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Porém, também tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral (LEVI, 2011). Para Levi há algumas questões e posições comuns que caracterizam a micro-história, tais como: redução da escala, debate sobre a racionalidade,

a pequena indicação como um paradigma científico, o papel do particular, mas não em oposição ao social, a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a aversão ao relativismo.

Outro aspecto metodológico diz respeito à micro-história, que tem como base uma descrição mais realista do comportamento humano, utilizando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua relativa liberdade dentro dos limites dos sistemas normativos. Desta forma, toda ação social é vista como o resultado das constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, perante uma realidade normativa (LEVI, 2011). Partindo disso, consideramos que os indivíduos escravizados em seu cotidiano estiveram o tempo todo articulando, negociando e conquistando autonomias dentro do sistema escravista.

Para Levi o termo estratégia significa as possíveis formas de agir dentro de um determinado quadro sociocultural, jurídico ou institucional. Os grupos sociais ao se aproximarem por laços de solidariedade de origens diversas encontram as brechas das normas estatais ou de outro sistema qualquer para maximizar a sua existência. Desta maneira, a estratégia é coletiva e busca a manutenção das posses ou do bem-estar de seus membros (ENGEMANN, 2008).

Senhores e escravizados, membros de grupos opostos, são lançados em busca da concretização de seus interesses. As necessidades de cada uma das partes empurram seus agentes em um determinado sentido, até que, reconhecidos os limites, é estabelecido um termo de vínculo que os une, seja este de superioridade ou de solidariedade. O autor supõe que não há sujeitos passivos, sendo que as ações de cada parte surgem pelo contexto social vivido. Além disto, estas estratégias não são estáticas, ou seja, são mutantes e se alteram pela sua própria historicidade (ENGEMANN, 2008).

Para qualquer tipo de microanálise será sempre essencial cruzar informações de diferentes tipos de fontes. No futuro, sobretudo se o campo da história da população pretende aprofundar seus planejamentos básicos, será preciso ir muito além nessa linha. A reconstrução de famílias é, em si mesma, o resultado do cruzamento de três fontes distintas (batismos, matrimônios e falecimentos). No entanto, é preciso ampliar nossas fontes de dados com informação individual (micro), com fontes de caráter cultural, social e econômico referidas precisamente a esses mesmos indivíduos (REHER, 1997).

A ideia de redução de escala pela micro-história propõe que se considere os problemas gerais em situações específicas, considerando em que cada local do Brasil em que houve exploração da mão de obra escravizada, existiram particularidades que de alguma forma se conectavam com o regime escravagista do contexto nacional e internacional. Para a Paróquia de São José de Taquari, nosso recorte espacial para esta tese, consideramos que as relações sociais e familiares entre indivíduos escravizados, libertos e proprietários brancos a partir das fontes documentais dos batismos, casamentos e óbitos se deram de forma singular; ou seja, o tipo de relações estabelecidas entre esses indivíduos pode até ter sido semelhante com outras regiões escravistas, mas o impacto no espaço e as maneiras de articulação foram singulares, sendo assim, pensa-se também na agência desses indivíduos como constituidores de laços de solidariedade, de parentesco e com poder de articular estratégias e conquistar autonomia dentro do cotidiano da escravidão.

Revel (1998) reflete a partir de Ginzburg e Poni que propõem fazer do “nome”, do nome próprio que é a marca mais individual, a baliza para construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. A escolha do individual não é considerada como contraditória à do social, o autor entende que ela deve tornar possível uma outra abordagem, pois é possível ao acompanhar o fio de um destino particular, de um homem, de um grupo de homens, a multiplicidade dos espaços e dos tempos. Reforça Revel que, a abordagem da micro-história enriquece a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, complexas e móveis. Mas chama a atenção para esse individualismo metodológico, dizendo que este tem limites, pois se precisa definir regras de constituição e de funcionamento de um conjunto social.

A identificação das famílias escravizadas a partir dos registros paroquiais se relaciona com as abordagens também da Demografia Histórica. Para Nadalin (2004) o início da expansão do cristianismo acompanhou o processo colonialista no século XVI, e a Igreja se encarregou de estender seu controle sobre as populações do Novo Mundo. As peculiaridades do povoamento e da colonização, com seus vazios demográficos foram desafios para a realização dos objetivos da Igreja, tanto na América hispânica como na portuguesa. Em tal contexto ocorreu a implantação no Brasil colonial das “Constituições”, que foram publicadas em 1707. Por essas ordenações, cada paróquia deveria guardar livros encadernados, com folhas numeradas e rubricadas pelo vigário, com termo de abertura e de encerramento, um para cada tipo de registro.

Por sua vez Marcílio (1997) salienta que, as pesquisas estão desmistificando a crença de que o escravizado não podia estabelecer famílias legais, pois vários trabalhos foram publicados neste sentido, como teses enfatizando a família escravizada. Como também, a ilegitimidade e abandono de bebês, a infância escravizada. A autora enfatiza que, os trabalhos pioneiros de demografia histórica no Brasil se concentraram na análise das estruturas e da dinâmica de populações urbanas, baseados em censos e em séries de registros paroquiais. Os trabalhos buscaram saber a respeito dos padrões de casamento, de família, parentesco e de mortalidade. Em nossa investigação nos debruçamos nas fontes que trouxeram os casamentos de escravizados e a constituição de famílias, e a questão da mortalidade nos dados dos registros de óbitos.

Para reforçar o uso da Demografia Histórica no estudo da família escravizada, Motta (1995) escreve que foi decisiva a contribuição da Demografia Histórica para o estudo da estrutura domiciliar brasileira, centrada na figura do chefe de domicílio, não menos importante tem sido sua contribuição para o conhecimento da família escravizada. Salienta que, até os anos 1970 estava presente na historiografia brasileira, um conjunto de argumentos que sustentava um discurso de inferioridade racial do negro e até mesmo uma ação destruidora do regime escravista sobre a organização familiar. Mas os resultados de pesquisas demonstram que a família se manteve com relativa autonomia, mesmo com a presença, muitas vezes, constrangedora do proprietário como uma lembrança viva e permanente da existência em cativeiro.

Em relação ao acesso à documentação primária e o modo de classificação dos dados dos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos da Paróquia de São José de Taquari, procedemos da seguinte forma: a) busca no site *FamilySearch.org*; b) seleção das imagens dos batismos, casamentos e óbitos; c) leitura dos registros; d) elaboração de três planilhas *Google*; e) preenchimento das planilhas com informações retiradas de cada registro eclesiástico; f) elaboração de colunas nas planilhas segundo os dados registrados em cada documento; g) cruzamento dos dados das três fontes, especificamente os nomes dos senhores e dos escravizados; h) Construção de gráficos a partir dos dados das três planilhas. É importante ressaltar que em muitos dos registros paroquiais selecionados não foi possível realizar a leitura, palavras e parágrafos estão ilegíveis pelo tempo em que estão deteriorados. Os levantamentos de dados foram analisados nos capítulos 2 e 3 desta tese.

As fontes paroquiais produzidas pelos párocos nas distintas freguesias do Brasil são registros que muito contribuíram para a análise do escravismo. No caso da Paróquia de São José de Taquari, pela primeira vez que tais documentos foram visitados para a realização de pesquisa científica em prol da narrativa histórica local. Na verdade, de uma outra narrativa em que se apresenta os sujeitos negros africanos e crioulos em situação de escravidão e de liberdade. A maior contribuição dessa narrativa construída a partir desses registros é mostrar o protagonismo desses indivíduos no processo escravista em Taquari. Com ênfase no poder de articulação de situações, como na formação dos núcleos familiares, na rede social pautada no apadrinhamento de crianças e adultos, nas proximidades dos indivíduos mesmo em propriedades separadas e dentro da mesma propriedade. As fontes possibilitam e revelam muito sobre esses sujeitos, contudo, em se tratando dos registros paroquiais é preciso frisar que houve uma diferença na forma de proceder tais registros em razão dos inúmeros párocos que passaram pela Paróquia, algo perceptível na leitura dos registros sendo que há os mais detalhados, com mais informações e outros, resumidos ou até mesmo ocultando informações.

Neste sentido é importante frisar que no Brasil, os registros paroquiais seguiram as determinações de Portugal até serem localmente regulamentados na sua Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, de 1707. As regras e as fórmulas não se modificaram e sempre seguiram as determinações do Concílio de Trento (1545-1563). De acordo com Marcílio (2004) a religião católica era oficial no Brasil Colônia e em todo o período do Império e assim realizava o registro dos nascimentos, casamentos e mortes. O estatuto do Padroado Régio no Brasil até a Constituição Republicana, de 1891, quando a Igreja se separou do Estado, concedeu aos Registros Paroquiais uma cobertura praticamente universal da população brasileira (excluídos apenas os protestantes que surgem principalmente no Segundo Reinado, índios e africanos pagãos, ainda não batizados).

Explica Marcílio (2004) que os dados a serem redigidos obrigatoriamente nas atas de batismo e em cada Paróquia do país, pela ordem estabelecida no Concílio de Trento, se constituía do seguinte: a data do batismo, o nome completo do batizando, sua filiação (quando fosse conhecida), local da residência de seus pais ou responsáveis, além do nome de pelo menos um padrinho (o melhor seriam dois) que serviria de testemunho do ato e igualmente, passaria a ser um parente espiritual, que no caso da morte dos pais, deveria responsabilizar-se pela criação do afilhado e por último a assinatura do sacerdote.

Nos registros de batismos poderiam ser mencionados casos especiais, que eram considerados quando: uma criança era ilegítima e o nome dos pais quando conhecidos, ou a menção filho de pais incógnitos; se a criança tinha sido exposta (abandonada); se fosse escravizada, deveria trazer o nome do senhor. Casos de criança adulterina, ou de criança sacrílega (filha de padre) deveriam ser assinalados; criança em perigo de morte poderia ser batizada em casa, por qualquer pessoa, desde que obedecida a forma: “eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” e a matéria: água e sal. Isso deveria ser comunicado ao vigário da paróquia para que procedesse ao devido registro. Nos registros de matrimônios, exigia-se, se fosse o caso, a declaração de viuvez do cônjuge, com o nome do primeiro esposo era ainda necessário mencionar se os cônjuges estavam incursos nos impedimentos graves ou leves determinados pelo Código Canônico, da Igreja Católica (como por exemplo, parentescos consanguíneos ou espirituais). Se fosse, o matrimônio aconteceria se ocorresse uma dispensa dos impedimentos por parte do Bispo local e nos registros deveria constar a dispensa e os graus de parentesco entre os cônjuges (MARCÍLIO, 2004).

Sobre os registros de óbitos, as regras não eram tão rigorosas e iguais. Bastava registrar a data do falecimento, o nome do morto, seu estado civil. No caso de solteiros, eram nomeados os pais, ou o fato de ter sido exposto ou ser ilegítimo. No caso dos casados e dos viúvos (as), além desses dados, era necessário indicar o nome do esposo (a). Em muitas paróquias assinalava-se a naturalidade do morto, sua idade, e atividade que exerceu. Em alguns casos indicava-se a causa da morte e se o morto havia deixado testamento. As condições do enterramento às vezes eram mencionadas, como o tipo e cor da mortalha ou do caixão (século XIX) e local do enterramento. No Brasil colonial, os casamentos das principais famílias proprietárias mereciam um registro especial, de página inteira ou mais, onde ao lado das informações obrigatórias, eram registrados os nomes dos avôs maternos e paternos de cada cônjuge e sua paróquia e a diocese de nascimento e de moradia (MARCÍLIO, 2004).

Nos registros de óbitos dos escravizados e escravizadas da Paróquia de São José de Taquari, percebeu-se as seguintes informações: no caso de adulto, a data do falecimento, nome do falecido, condição (livre, escravo), naturalidade, idade, senhor a qual pertencia, local do enterramento. Nos registros de falecimento de crianças (inocentes), era mencionada a data, nome, cor, há quanto tempo havia nascido, filiação (apareceu somente o nome da mãe), cor da mãe, sua condição social (liberta, escravizada), se fosse escravizada constava o nome do senhor.

Dessa forma, então definimos a tese assim: no primeiro capítulo apresentamos uma discussão historiográfica sobre a formação da Freguesia de São José de Taquari. Buscamos traçar os caminhos que levaram Taquari a se tornar município em 1849, ano em que passou a abranger um território extenso e que em uma boa parte é hoje, a região conhecida como do Vale do Taquari. A fundação do povoado de Taquari ocorreu em função dos conflitos das duas Coroas ibéricas, Espanha e Portugal, momento em que ocorreu a instalação de casais açorianos como estratégia de ocupação desse espaço e para nele desenvolveram atividades econômicas. Nossas investigações nas fontes documentais apontam para um ano em específico em que estava presente a mão de obra escravizada, que foi o ano de 1787, porém, não podemos afirmar que a exploração de escravizados somente iniciou em tal ano, pois partimos de um documento com a data mais antiga para esta investigação.

No segundo capítulo, objetivamos analisar a formação dos laços de parentesco fictício, ou seja, o compadrio entre escravizados, livres e forros. O desafio partiu da leitura dos registros de batismos que possibilitaram identificar as relações entre compadres e comadres de condições sociais diferentes. Foram estabelecidas relações para além dos limites das propriedades, conforme foi possível observar nos dados levantados e analisados neste capítulo que, além de abordar os batizados de crianças, também analisou os batismos dos adultos escravizados. No decorrer do capítulo se fez uso também de outras fontes documentais as quais acrescentaram novas informações aos nomes dos indivíduos mencionados.

No terceiro capítulo, analisamos os dados dos registros de casamentos de escravizados da Paróquia de São José de Taquari para debater a constituição da família negra escravizada com a presença também de indígenas. Na medida do possível, foram agregadas informações de outras fontes documentais, como os batizados de crianças, pois perseguimos a ligação nominal de escravizados, forros e proprietários, na tentativa de contar um pouco sobre as famílias formadas a partir dos dados desses documentos. Além disso, mostrar uma classificação das tipologias de famílias que se constituíram dentro das escravarias; ou seja, as chamadas endogâmicas e as exogâmicas, bem como as proximidades étnicas dentro dos casamentos, levando em conta as nações africanas, os crioulos e indígenas.

Em Considerações Finais apresentamos a síntese da tese, destacando aspectos alcançados por esta pesquisa, como também as lacunas que ficaram e que deverão ser preenchidas por novas pesquisas sobre tal temática na região e em Taquari, pois o tema é amplo e carece de investigação. Conseguimos avançar em alguns pontos relacionados ao

processo escravista, no entanto, nem tudo foi abordado se tratando do período de vigência da escravidão. Tantos outros aspectos necessitam de análises, como o pós-emancipação e todos os seus desdobramentos que chegam até o tempo presente. Mas de forma geral, acreditamos que saímos de um patamar em que se tinha poucas informações a respeito do sistema escravagista para um outro patamar, com um gama de dados consistentes que nos permite dialogar e analisar o histórico da região de forma diferente e quem sabe mais plural e justa.

A tese está vinculada à linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais, uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD), da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, uma vez que os temas pesquisados se relacionam às ocupações humanas dos séculos XVIII e XIX de espaços da atual região do Vale do Taquari. A presença da população negra em situação de escravização faz com que se repense a ocupação da região, em especial, que se mude o discurso que salienta alguns grupos e invisibiliza o passado de africanos e crioulos. Outra questão é compreender a diversidade étnica desses indivíduos e como essa diversidade impactou os espaços das propriedades, de convívio, e podemos também relacionarmos isso às redes de parentesco que extrapolaram o período da escravidão. É cabível falarmos de um espaço social formado por uma complexidade que necessita de maiores investigações, sendo que as articulações sociais entre negros escravizados, libertos e brancos livres podem ser maiores do que se sabe até o momento. Com isso, analisar um espaço que é um espaço socioeconômico bem definido envolve também decifrar o uso de estratégias surgidas pela existência desse sistema econômico e político, mas não somente, porque as inserções dessas pessoas formam cada espaço para além do trabalho.

2 OS CONFLITOS ENTRE AS COROAS IBÉRICAS E A CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DE TAQUARI

Ana, Mariana, João, Joaquim, José e tantos outros de terras distantes chegaram, o mar atravessaram e no cais de algum porto desembarcaram, em vilarejos fixaram cores, formatos e sabores. De um lado Espanha e de outro Portugal, deste conflito de Coroas surgiram povoados em margens de rios, com praça, cadeia e capela. São meus e também seus ancestrais. Ao olhar as águas do rio imagino uma embarcação, queria estar nela para apreciar a chegada, a alegria ou o temor do desconhecido, a surpresa ou a tristeza de um prometido (PIRES, 2021).

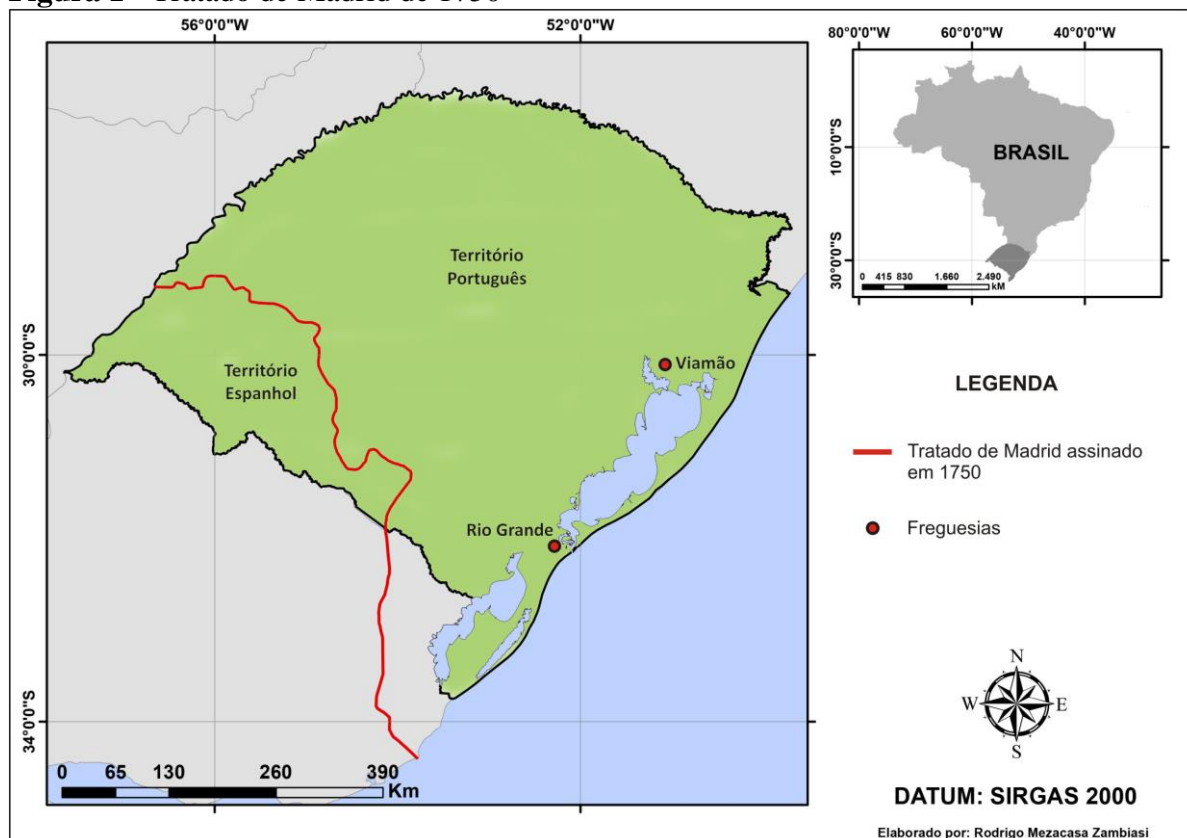
Para compreendermos os motivos da criação da Paróquia de São José de Taquari, apresentamos os acontecimentos que envolveram o processo de disputas, em especial territoriais, no Sul do Brasil, por Portugal e Espanha. Foi um longo período de conflitos entre os mesmos em que foram feitos e desfeitos vários Tratados delimitando os domínios de cada um, e foi neste cenário de intensos conflitos que povoados foram planejados e erguidos. Entre as povoações erguidas por parte dos portugueses estiveram Taquari e Santa Amaro, ambas como uma medida estratégica frente ao avanço espanhol. A Coroa portuguesa necessitava de pessoas para povoar e colonizar tais freguesias, então captou pessoas como os açorianos para virem para o Brasil, casais que deixaram suas ilhas no Arquipélago dos Açores e migraram para essas terras em busca das melhores condições de vida oferecidas e prometidas pelo governo português. Os açorianos foram atraídos por muitas vantagens e incentivos, mas ao chegarem no Brasil muitos não tiveram o retorno esperado e passaram por muitas dificuldades.

2.1 As várias disputas e o surgimento de povoados

Toda a disputa entre as duas Coroas ibéricas por posses territoriais na América iniciou quando os portugueses, em 1680, alcançaram o rio da Prata e fundaram a Colônia do Santíssimo Sacramento não considerando o Tratado de Tordesilhas (1494)⁴. Diante disso, os espanhóis fizeram com que os jesuítas voltassem para a região das Missões e fundassem os Sete Povos das Missões, em 1682. Entretanto, no ano de 1715 a Colônia de Sacramento é tomada por tropas financiadas por comerciantes da província do Rio da Prata, e em tal contexto deu-se a assinatura de outro Tratado, o Tratado de Utrecht⁵. A partir deste a Colônia retornou para os portugueses, mas os colonos espanhóis não aceitaram e assinaram outro Tratado, o de Madrid, no ano de 1750 e com isso Sacramento foi permutada pelo território dos Sete Povos das Missões (FIGURA 1), (REICHEL, 2006).

⁴ O tratado foi assinado em 07 de junho de 1494 e estipulava uma linha divisória que corria de polo a polo, passando a 370 léguas para poente do arquipélago de Cabo Verde, cabendo aos espanhóis as terras encontradas a leste do meridiano, enquanto que os portugueses ficavam com as que fossem encontradas a oeste do mesmo. Os espanhóis e portugueses comprometiam-se a não fazer descobrimentos, conquistas ou comércio na jurisdição alheia e, para efetuar a demarcação dos limites, concordaram em enviar, dentro de dez meses, algumas caravelas com pilotos, astrólogos e marinheiros. No entanto, problemas técnicos impediram a demarcação dos limites traçados em Tordesilhas (POSSAMAI, 2010).

⁵ A guerra entre Espanha e Portugal terminou com a assinatura do tratado de paz com Portugal, assinado em 1715, que assegurou aos portugueses a devolução do território da Colônia do Sacramento. A partir de então, a Coroa portuguesa iniciou uma verdadeira política de povoamento na região, através do envio de sessenta casais da província de Trás-os-Montes (POSSAMAI, 2010).

Figura 1 - Tratado de Madrid de 1750

Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates (2020).

O Tratado de Madrid de 1750 não chegou a ser efetivado na prática e acabou sendo anulado em 1761, pelo chamado Tratado de El Pardo. Em tais circunstâncias os Sete Povos das Missões foram abandonados pelos padres jesuítas e a região ficou sob a administração espanhola leiga. A região entrou em decadência, e os indígenas que habitavam as Missões as deixaram para trabalhar em estâncias de gado. No entanto, as disputas entre as duas coroas não terminaram, as mesmas continuaram em conflito e um novo ataque por parte dos castelhanos ocorreu no ano de 1763, quando Dom Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires invadiu a capitania⁶ de São Pedro e conquistou Rio Grande, onde permaneceu até o ano de 1776 (PESAVENTO, 1997).

As motivações estratégicas da coroa portuguesa em sua expansão rumo ao rio da Prata refletiram diretamente na fundação das freguesias. Foram criadas as primeiras freguesias que foram a de Rio Grande no ano de 1737, e a de Viamão em 1747. A intensificação do povoamento aconteceu nas décadas de 1760 e 1770, no caso específico dos Campos de

⁶ “O território brasileiro foi assim dividido em quinze capitanias, entre os anos de 1534 a 1536, cada uma com um respectivo donatário (a alguns donatários foi concedida mais de uma capitania), essencialmente membros da nobreza portuguesa ou ligados de alguma forma ao rei Dom João III” (MATTOS et al., 2012, p.439).

Viamão, esta era uma grande área no nordeste do atual Rio Grande do Sul e em tal região se estabeleceram os mais antigos povoadores, que ocuparam o espaço com animais em um primeiro momento e depois com suas famílias. No decorrer do tempo com o aumento populacional foi criada outra freguesia, a de Viamão que ficou subordinada a Laguna, mas que deu origem a Triunfo em 1756, Santo Antônio da Patrulha em 1763, Porto Alegre em 1772 (KÜHN, 2007; OSÓRIO, 2015).

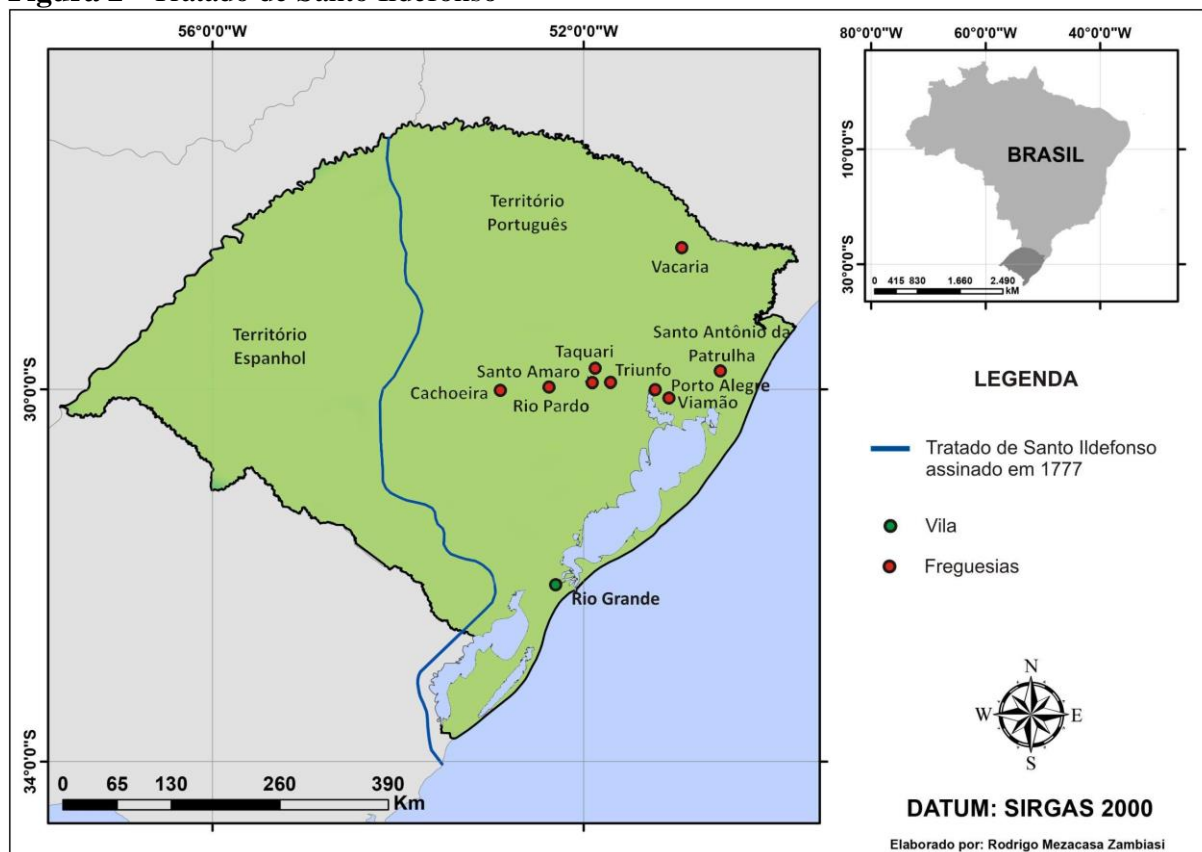
Nos espaços que pertenciam aos Campos de Viamão se encontravam os rios dos Sinos, Caí e Taquari. Os Campos de Viamão nas décadas iniciais (1730 a 1750) eram praticamente todo o Continente de São Pedro, com exceção da povoação de Rio Grande, a primeira freguesia fundada no ano de 1737. Os primeiros povoadores possibilitaram a posse portuguesa com sua política de enraizamento social e econômico, porém sofreu ameaça com a ocupação espanhola na vila de Rio Grande. Tal situação fez com que Viamão se tornasse sede do poder português no Continente, pois toda a máquina burocrática e política se instalou nele, como por exemplo, o Governador e a Câmara de Vereadores (KÜHN, 2007).

Por sua vez, a vila de Rio Grande foi criada em 1747 com a instalação em 1751. Com a invasão da vila pelos espanhóis os vereadores resolveram fugir para o arraial de Viamão, onde instalaram a Câmara de Vereadores, sendo que a mesma Câmara foi transferida para Porto Alegre em 1772. Mesmo depois da expulsão dos espanhóis no ano de 1776, não houve uma volta imediata da condição de vila para Rio Grande, isso somente aconteceu anos mais tarde. Neste contexto de invasão pelos espanhóis e de mudança da Câmara, novas vilas surgiram na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre elas, Porto Alegre, Rio Grande (novamente), Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, todas no ano de 1809 (RHODEN, 2006; TORRES, 2015).

Com a anulação do Tratado de Madrid de 1750 e com a impossibilidade de se fixarem nos povos das Missões, os açorianos se espalharam por três regiões principais do Rio Grande do Sul, pelos campos de Viamão, às margens do baixo Jacuí e nas proximidades da vila de Rio Grande. Os casais açorianos tiveram que esperar para receberem os auxílios prometidos pela coroa portuguesa, uma espera que durou entre os anos de 1751 e 1770. Durante tal espera, os açorianos ficaram abandonados, sem rumo, com exceção daqueles que se instalaram em Taquari concentrados no “sítio dos Dorneles”, em Santo Amaro, e na vila do Rio Grande (KÜHN, 2007).

As fundações das freguesias de Taquari e Santo Amaro foram concretizadas pela política do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, este planejava ocupar a Bacia do rio Jacuí seguindo os interesses do poder maior que vinha da coroa portuguesa. Juntamente, ao aspecto burocrático de fundação desses povoados aconteceu a concessão de terras para a efetivação da povoação, isso foi feito com a distribuição de sesmarias na década de 1750, receberam essas sesmarias o Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme. A partir daí o processo estava em curso de ocupação desse território e os povoados começam a receber casais açorianos, tanto Taquari quanto Santo Amaro, ambas elevadas nas margens dos rios Jacuí e Taquari (CHRISTILLINO, 2004).

Nos anos seguintes no continente do Rio Grande de São Pedro foi assinado o Tratado Provisório de Limites de Santo Ildefonso, em 1777, que estipulava as fronteiras entre Portugal e Espanha, no Sul do Brasil (FIGURA 2). A divisão territorial entre as duas potências separava as bacias hidrográficas do rio Uruguai e do rio Jacuí, o que significava a perda do território dos Sete Povos das Missões. Além disso, estabelecia uma zona de exclusão chamada de “campos neutrais”, entre os territórios de Portugal e Espanha. Os trabalhos de demarcação para a execução do tratado levaram quase 20 anos, mesmo assim, não havia sido concluído. Em 1801, com a invasão das Missões e dos “campos neutrais” pelos luso-brasileiros, foram definidos os limites do Rio Grande do Sul junto ao rio Uruguai ao oeste, e ao rio Jaguarão ao sul (RHODEN, 2006).

Figura 2 - Tratado de Santo Ildefonso

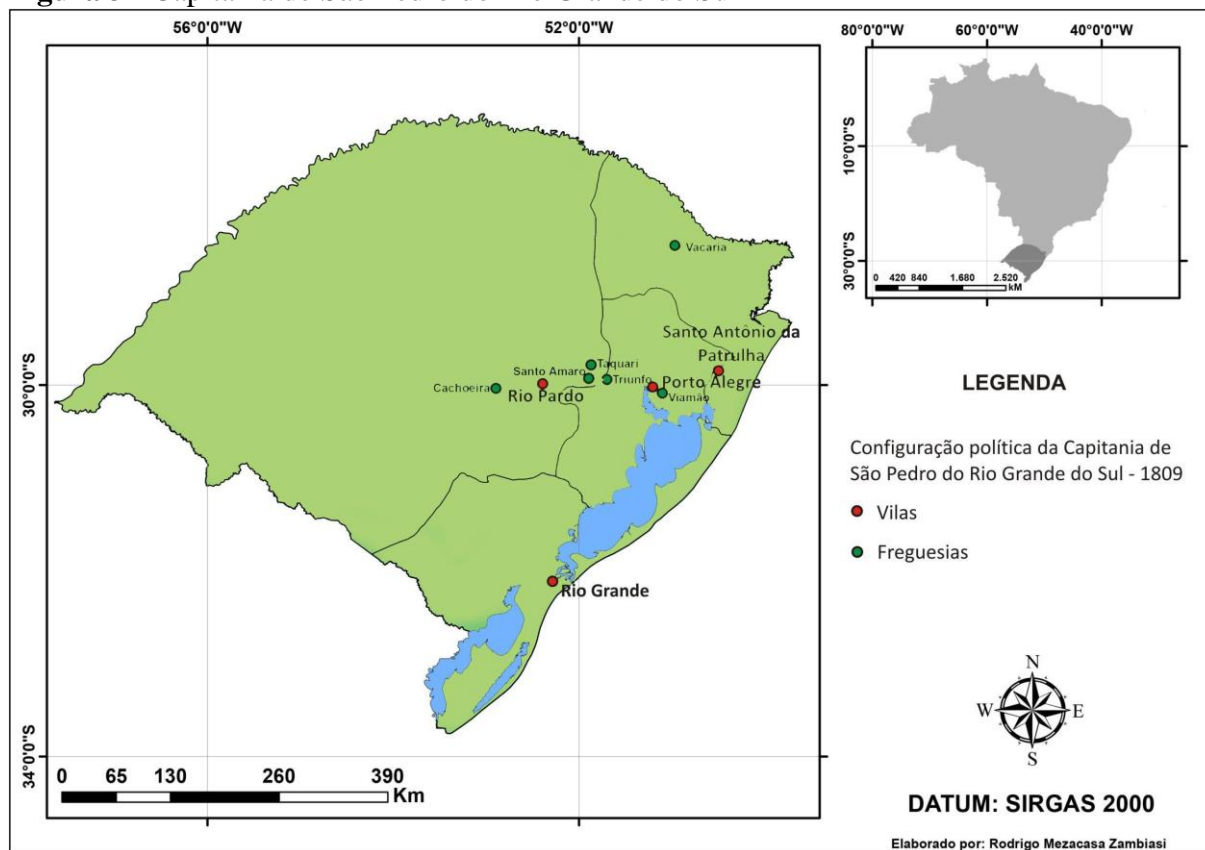
Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates (2020).

Em função de os portugueses não entregarem a Colônia de Sacramento, os espanhóis e os colonos de Buenos Aires invadiram as terras ao Sul do Brasil, chegando até a Guarda do Norte, atual São José do Norte (1763-1777). Depois da invasão espanhola da ilha de Santa Catarina, de Sacramento, de Rio Grande e de períodos de muitas disputas, as duas Coroas Ibéricas resolveram assinar o Tratado de Santo Ildefonso. O Tratado permitiu que Portugal recuperasse Santa Catarina e voltasse a ocupar as terras do sul do canal de Rio Grande, no entanto com esse Tratado perdeu definitivamente a Colônia do Sacramento (REICHEL, 2006).

O povoamento do continente se intensificou a partir de 1764, em função da invasão de Dom Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires. Com isso, houve uma intensificação da ocupação do espaço territorial com o intuito de transformá-lo numa barreira à expansão espanhola em direção ao Atlântico. Segundo Santos (2006) tal contexto levou as autoridades portuguesas a transformar o continente do Rio Grande de São Pedro do Sul em Capitania (FIGURA 3). Porém, ficou dependente do Rio de Janeiro até 1807, quando uma carta régia do

governo português desanexou o governo do Rio Grande de São Pedro do Rio de Janeiro, tornando-a Capitania Geral de São Pedro, compreendendo todo o continente ao sul da capitania de São Paulo, ficando-lhe subordinado o governo da ilha de Santa Catarina.

Figura 3 - Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul



Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates (2020).

A Capitania possuiu apenas uma vila com sua Câmara de Vereadores até o ano de 1811. Tal Câmara foi estabelecida na freguesia de Rio Grande, em 1751, e tinha jurisdição que se estendia até Laguna, envolvendo todo o extremo sul português. Com a invasão espanhola de 1763, a população e a Câmara deslocaram-se para o arraial de Viamão, onde funcionou até o ano de 1773. Neste ano, o governador ordenou que a Câmara se estabelecesse na recém fundada freguesia de Porto Alegre, criando assim, um conflito com os camaristas. A Câmara que continuou a ser denominada “da vila de Rio Grande” ficou sediada em Porto Alegre, local que não tinha o estatuto de vila (OSÓRIO, 2015).

A respeito da organização populacional da Capitania de São Pedro no ano de 1803, houve uma divisão apontando as vilas e suas respectivas freguesias. Assim, as freguesias que deveriam se anexar à Vila do Príncipe (Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo) eram a

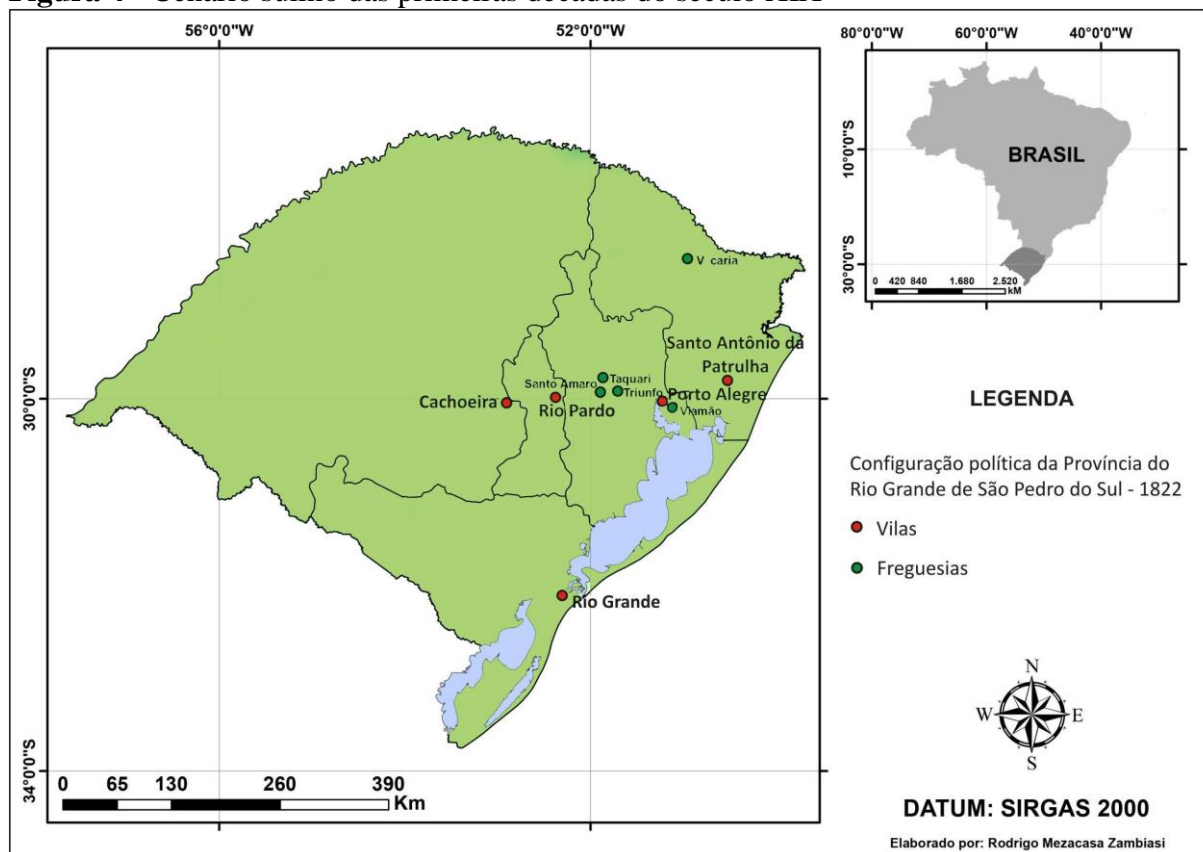
Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Santo Amaro, São José de Taquari e Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Em relação à Vila de Porto Alegre, que no momento era a sede da Capitania, estavam anexadas as freguesias, Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo e Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia. Para a Vila de Rio Grande de São Pedro correspondiam as freguesias São Pedro do Rio Grande, Nossa Senhora da Conceição do Estreito e São Luiz de Mostardas e para a Vila de Santo Antônio da Patrulha, as freguesias Santo Antônio da Patrulha, Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria e Nossa Senhora da Conceição do Arroio (ÁVILA JR, 2008).

O governador da Capitania, Paulo José da Silva Gama, enviou uma carta ao Visconde de Anadia, vice-rei, em 1803, mencionando a situação da Capitania. Nessa carta, sugere a criação de novas vilas e suas respectivas Câmaras. E em entre tais vilas, estava a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo que devia ser erigida como vila e abrangeria o distrito da Fronteira Norte, anexando todas as suas capelas filiais. Similarmente, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, Santo Amaro e São José de Taquari. Acrescentava o governador que, a povoação chamada de Rio Pardo passasse a ser denominada Vila do Príncipe com uma população de 9.599 pessoas (MARTINS, 2009).

A Fronteira Oeste do Rio Grande no final do século XVIII concentrava aproximadamente um terço da população branca da Capitania e o maior contingente de escravizados. A Vila de Rio Pardo era umas das mais habitadas, sendo que sua população constituía-se em 3.914 almas (pessoas) e era superada apenas pela vila de Rio Grande que possuía, na época, o total de 6.600 pessoas. As localidades de Cachoeira e Santo Amaro, tiveram um número de escravizados do sexo masculino que chegava a ser superior ao total de homens brancos no século mencionado (PETIZ, 2009).

A respeito da constituição de vilas nas três primeiras décadas do século XIX, o processo de criação no Rio Grande do Sul foi lento. As quatro primeiras vilas (Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha) continuaram dominando o cenário sulino por quase uma década (FIGURA 4). Sendo que, no ano de 1817 foi elevada à vila, a freguesia de São Luís Gonzaga e a freguesia de São João da Cachoeira no ano de 1819, ressaltando que nos dias atuais seria o município de Cachoeira do Sul. Desta maneira, no final do período colonial o Rio Grande do Sul possuía vários povoados e apenas cinco vilas (RHODEN, 2006).

Figura 4 - Cenário sulino das primeiras décadas do século XIX



Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates (2020).

Muitos conflitos marcaram a cena do Rio Grande do Sul no século XIX e a formação do seu território, este que esteve por muito tempo no campo como vimos em disputas com os vizinhos platinos e tendo, em função disso, uma fronteira móvel, onde muitas pessoas e mercadorias por ela transitaram. Para Farinatti (2007) o Rio Grande do Sul era o Brasil, mais precisamente, o Brasil no Prata. O Rio Grande do Sul estava fortemente integrado ao vasto espaço fronteiriço correspondente ao território da atual República do Uruguai e das províncias argentinas de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes. Compartilhava com essas regiões uma economia pautada na pecuária e uma combinação de relações de trabalho com mão de obra livre, escravizada e familiar, como também um contexto de guerras recorrentes no século XIX e o crescimento da atividade charqueadora que despertou competitividade.

Na conjuntura das guerras que afetaram o Rio Grande do Sul no século XIX é preciso citar a Guerra da Cisplatina (1811-1828) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Os conflitos em torno da região da Cisplatina envolveram os interesses dos portugueses pelo Centro-Sul do Brasil na instalação da corte portuguesa na colônia, em 1808. De julho de 1811 a maio de 1812, os portugueses invadiram Montevidéu, pautados nas disputas políticas entre orientais,

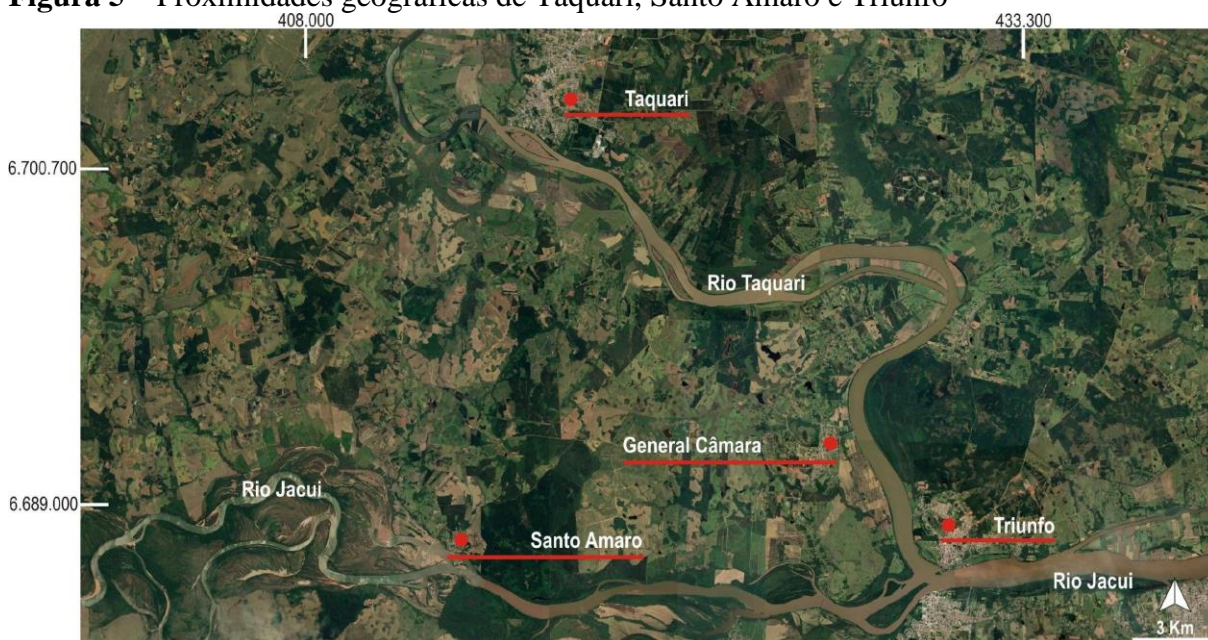
portenhos e espanhóis, decorrentes da Revolução de 1810 e havia o interesse luso em anexar as colônias do Prata. O maior benefício por parte dos portugueses com a conquista da Cisplatina foi econômico, pois os pecuaristas da elite rio-grandense ocuparam terras no Uruguai. Por sua vez, a rebelião farroupilha esteve voltada para os problemas econômicos enfrentados pelos estancieiros e charqueadores, em função dos baixos preços do charque e as altas taxas de impostos sobre insumos utilizados no preparo do charque e a concorrência dos saladeiros platinos. No âmbito político existia uma insatisfação com a centralização política do Império e a falta de autonomia da província (KÜHN, 2007; BERUTE, 2011).

2.2 Paróquia de São José de Taquari

A criação da Paróquia de São José de Taquari como das demais freguesias aconteceu dentro do contexto maior de conflitos entre portugueses e espanhóis, conforme escrito até o momento, então a fundação da Paróquia ocorreu em 13 de maio de 1765 por Antônio do Desterro, bispo do Rio de Janeiro. O bispo não tinha naquele momento informações sobre os seus limites geográficos e ficou sob responsabilidade do vigário de Triunfo a nomeação de um pároco para a nova paróquia, porém a mesma ainda não tinha a Igreja. A nomeação do primeiro padre para São José de Taquari foi em 20 de novembro de 1765, no mesmo ano da fundação, o pároco se chamava Manuel da Costa Mata, de possível origem açoriana. Após, muitos outros vigários passaram pela paróquia, conforme visualizamos também na leitura dos registros paroquiais, tal rotatividade podia estar relacionada com a precariedade da paróquia (RUBERT, 1994).

A nova freguesia de São José de Taquari ficou subordinada à Vara do Senhor Bom Jesus do Triunfo e assim permaneceu até ser elevada à paróquia autônoma e à categoria de matriz. Como já foi mencionado foram instalados os casais açorianos na freguesia, mas consta que um dos moradores mais antigos de Taquari provavelmente tenha sido o Tenente Francisco da Silva, segundo informações de suas terras próximas ao passo do rio Taquari, onde foram organizadas as sete famílias açorianas sob as orientações do Governador José Marcelino de Figueiredo. Consta também que mais adiante, na localização geográfica, estava o Morro da Carapuça, local em que havia as instalações da fazenda de Luís Vicente Pacheco de Miranda (FARIAS, 2012).

Figura 5 – Proximidades geográficas de Taquari, Santo Amaro e Triunfo



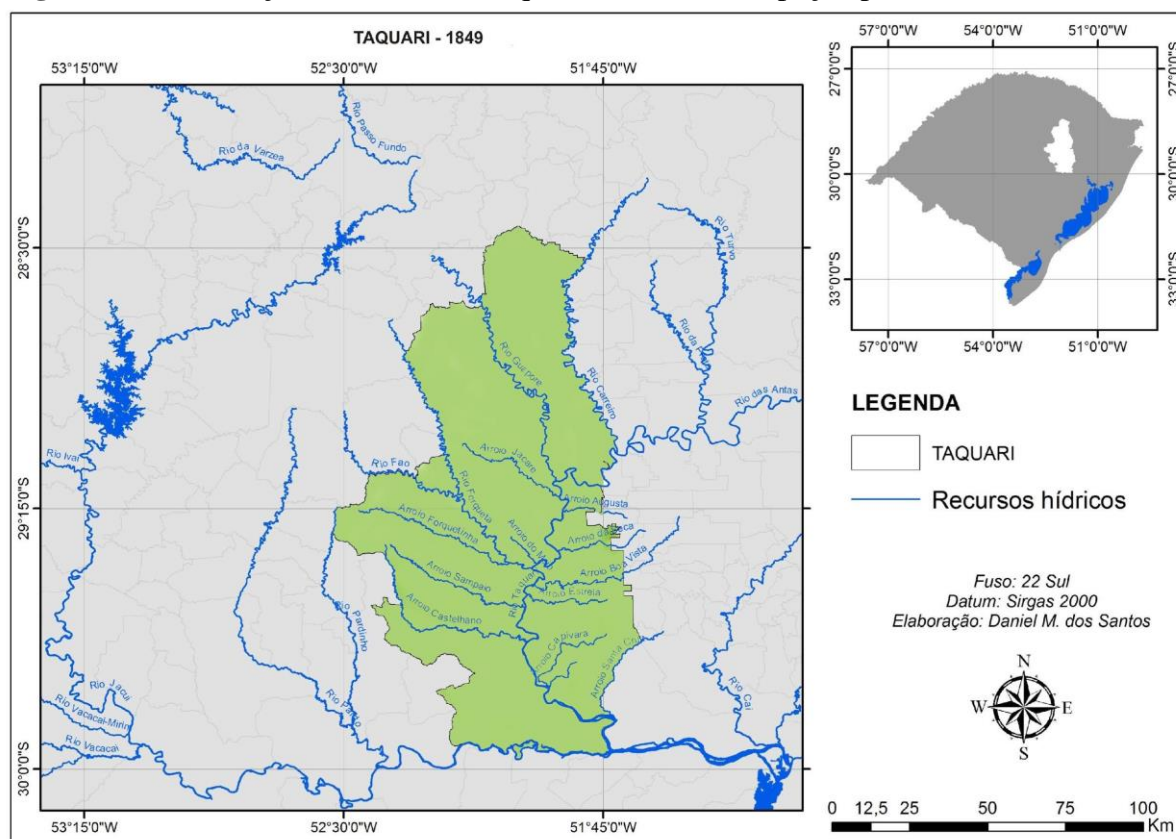
Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates (2020).

A freguesia de São José de Taquari tinha sua vila estabelecida numa pequena elevação junto à margem do rio com o acesso somente pela via fluvial, pois aos fundos a paisagem era marcada por montanhas e pântanos, estes delimitavam e separavam São José de Taquari da freguesia de Triunfo. Na vila de Taquari um quartel foi erguido, como um meio estratégico que permitia o controle da navegação sobre o rio Taquari, pois o momento era de muitos conflitos entre castelhanos e portugueses. A localização da povoação foi escolhida pelos portugueses como uma forma de defesa e de possuírem uma boa localização para o controle das movimentações, enfim para obterem uma visão privilegiada das águas do rio (CHRISTILLINO, 2004).

O assentamento na margem esquerda do rio Taquari estava na altura da embocadura do arroio Tingueté em um barranco que impedia a ocupação ao longo da orla. Com uma topografia em dois níveis, um planalto e uma ribeira, o assentamento foi separado em dois setores com uma distância de dois quilômetros, assim ficou uma divisão entre cidade baixa e cidade alta. Na parte alta, existe uma lagoa que até o início do século XX era utilizada pelas lavadeiras. Houve também a instalação de um forte de terra batida no ano de 1768, mas não sobrou vestígios materiais dessa construção. A cidade baixa, que abrigava o porto, se formou a partir de 1767, sendo esta parte independente da cidade alta. Com o passar do tempo e com o desenvolvimento urbano, ambas as partes, a baixa e a alta, se juntaram (ROCCA, 2009).

A emancipação política de Taquari com sua desvinculação de Triunfo aconteceu no ano de 1849 quando saiu da condição de freguesia para a de vila de Taquari, pois tinha condições de receber todo o aparato para uma Câmara de Vereadores e a atuação do judiciário. A porção territorial que a vila abrangia no ano de 1849 era a de uma grande área, que hoje conhecemos como os municípios de Lajeado, Venâncio Aires, parte de Guaporé, Santa Cruz (colônia de Monte Alverne), Estrela e a atual Vila de Santo Amaro do Sul (FIGURA 6). A configuração territorial de Taquari começou a se modificar somente no ano de 1866, com a transferência da Colônia Monte Alverne da Freguesia de Santo Amaro para a Freguesia de Santa Cruz, em Rio Pardo. Após isso, houve a desvinculação de Estrela que se emancipou em 1876, e depois Santo Amaro, em 1881 (FARIA, 1981).

Figura 6 – A formação territorial de Taquari em sua emancipação política em 1849



Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates (2020).

A respeito da utilização da mão de obra escravizada nas primeiras freguesias que apontamos no texto, Osório (2006) menciona que José da Silva Paes, fundador do presídio de Jesus-Maria-José mencionava que em Rio Grande no ano de 1742, todo casal possuía escravizados. Ainda enfatiza que para os campos de Viamão a proporção de escravizados era semelhante ao uso da mão de obra escravizada nas zonas mineradoras ou de *plantation* no

sudeste brasileiro. O número de domicílios que tinham escravizados era muito elevado em Rio Grande e Viamão com uma média de quatro cativos, o que representava (62%). Depois da invasão espanhola de 1763, sua população seria reforçada por parte dos habitantes de Rio Grande que buscavam refúgio. Em 1778, tal população diminuiu para 40,5% do total, mas o número de proprietários de escravizados tinha aumentado.

Os escravizados negros começaram a ter sua força de trabalho explorada no atual Rio Grande do Sul em finais do século XVIII, isso foi com o objetivo de atender às necessidades das charqueadas sulinas que escravizaram em grande quantidade e por longo período. Com o transcorrer do tempo foram destinados para as atividades de peonagem e agricultura. Na realidade e na situação de um sistema baseado no uso da mão de obra escravizada, o que mais importava era possuir um escravizado negro, fisicamente apto para tais atividades. No transcorrer do século XIX a mão de obra escravizada afro-brasileira foi largamente utilizada em diversos municípios da Província de São Pedro e desenvolvendo inúmeras tarefas (BAKOS, 1991). Partindo disso, foi possível observar para o caso da freguesia de Taquari que a escravidão foi iniciada no século XVIII e foi intensificada no decorrer do século XIX até a abolição.

No transcorrer do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX a economia do Rio Grande do Sul estava pautada na produção de trigo e na atividade pecuária. Alguns açorianos, a partir da triticultura, melhoraram economicamente e ascenderam na sociedade, inclusive adquirindo cativos. Os principais consumidores e compradores de trigo foram o Rio de Janeiro, a Bahia e o Pernambuco. A decadência da triticultura se deu no início do século XIX devido a alguns fatores, entre eles a praga da ferrugem, concorrência externa do trigo norte-americano, requisições forçadas por parte da Coroa para o abastecimento das tropas, recrutamento de agricultores para o serviço militar e a inexistência de armazéns. A produção de trigo teve sua melhor fase entre os anos de 1787 e 1813 com o declínio na década de 1820 (KÜHN, 2007).

A partir do exposto por Kühn (2007) nos remetemos para Taquari e a sua produção do trigo que certamente esteve relacionada com o momento referido pelo autor. Conforme Christillino (2004), as duas primeiras povoações da região do Vale do Taquari, ou seja, Taquari e Santo Amaro nasceram como produtoras de trigo. As terras florestais favoreciam a rotação das áreas plantadas e assim podia se ter uma alternativa de plantio às áreas exauridas, no caso das terras de campo de Santo Amaro, estas facilitavam o uso do arado no cultivo das

áreas maiores. A fertilidade destas terras era recomposta pelo consorciamento do plantio do trigo com a pecuária, sendo a presença dos animais uma garantia de grande fertilização do solo com seu esterco, pois nessas áreas os animais permaneciam em especial à noite, como um local de “pouso”. A produção lucrativa do trigo no início do século XIX favoreceu a introdução de um grande número de escravizados.

As produções de charque e de trigo tiveram uma valorização considerável entre os anos de 1790 e 1795. O trigo oscilava mais que o charque, pois o valor do cereal girava muito em torno das colheitas. Juntamente com a questão econômica está a inserção da mão de obra escravizada nesses espaços de produção no Rio Grande do Sul. É possível observar que, nos intervalos dos anos de 1780-1791 e 1791-1798, a taxa de crescimento anual dos escravizados foi superior ao crescimento da população livre, demonstrando que a grande entrada de mão de obra cativa estava relacionada ao crescimento econômico. Nos anos seguintes, de 1798 a 1807, a aquisição de mão de obra escravizada não foi a mesma, momento em que a população livre apresentou taxas superiores aos escravizados. A primeira metade do século XIX apresentou uma entrada anual de cativos (1802 a 1809) de 1,7%. Entre os anos de 1809 e 1814 o número subiu 3,1% ao ano. Entre 1814 e 1819, a taxa foi de 10,3% ao ano. Quando a taxa da população cativa superou a taxa da população livre era um sinal de que a economia havia crescido, ao contrário disso, havia uma estagnação ou recessão (MENZ, 2006).

O destaque econômico de Taquari na economia triticultura foi uma fonte de lucros para a região do Vale do Taquari. Para Christillino (2004) houve um grande declínio de cativos o que evidenciou uma estagnação ao longo do segundo quarteto do século XIX. Nesse momento, aumentou o número de estabelecimentos comerciais e manufatureiros, como inúmeras sedes de fazendas e o aumento de integrantes da elite local. Então, em meados da década de 1850, quando Taquari tinha recém se emancipado, mais precisamente em 1849, a principal atividade econômica era a produção de tábuas de pinho, sendo que havia 14 engenhos de serrar. A segunda atividade mais importante era a da erva-mate, mas esta também apresentava problemas em relação à sua extração, como tinha problemas nas madeiras.

O cenário econômico da região do Vale do Taquari nos inícios do século XIX estava interligado com o que estava ocorrendo na economia do Rio Grande do Sul, pois os produtos produzidos e vendidos em Taquari estavam diretamente relacionados com a situação em nível regional e nacional. O Rio Grande do Sul vivenciava a denominada “Idade do Ouro” da

exportação de produtos pecuários, fator que foi favorecido pelo processo de conquista dos territórios disputados com o Império espanhol por parte dos portugueses e pela possibilidade da apropriação privada de vastas áreas de terra e grandes manadas de gado. Tal processo juntamente com a consolidação das exportações de charque fez com que ocorresse uma maior especialização da pecuária bovina frente aos outros tipos de criação presentes nas estâncias (FARINATTI, 2007).

A respeito do manejo do gado e da pecuária, ocorreu uma fase inicial de preia do gado selvagem, que estavam soltos nos campos. A ocupação efetiva do Continente do Rio Grande se deu no início do século XVIII com o processo de interiorização da colonização no Brasil. O gado bovino do Rio Grande do Sul, em função das demandas que surgiram da descoberta do ouro em Minas Gerais, passou a abastecer esse mercado com gado bovino, cavalar e muar (no caso das reses) e transporte de pessoas e mercadorias. O gado sulino se tornou muito importante para aquela região, tanto que os tropeiros paulistas e lagunistas buscavam o gado a pé e levavam até as Minas Gerais. A fase de maior exploração das Minas ocorreu entre 1690 e 1730; durante esse período na Banda Oriental, a busca era pelo gado para a extração dos couros (KÜHN, 2007).

Ainda para Taquari, além do trigo e da erva-mate, houve também a extração de lajes e pedras, uma atividade praticada nas pedreiras serranas e no leito do Rio Taquari, um negócio rentável por volta de 1850, momento em que se exportou para a Europa uma importante quantia, porém não se manteve no mercado devido à falta de compradores. Outros produtos agrícolas como a cana-de-açúcar e o algodão estavam em uma situação de abandono pelo declínio das suas produções. No período de 1830 a 1850 houve a decadência das atividades tradicionais do Vale do Taquari, como era o caso das fazendas, sendo que muitas foram praticamente abandonadas. Com isso, a elite fundiária local procurava, ao final da primeira metade do século XIX, outra fonte de lucros e maneiras de manter o padrão de sobrevivência em tal sociedade (CHRISTILLINO, 2004).

A produção de charque marcou a segunda fase da pecuária no Rio Grande do Sul, esta atividade estava presente antes de 1780, mas não como atividade mercantil. A primeira charqueada voltada para a exportação foi montada às margens do Arroio Pelotas em terreno concedido pelo governo. O desenvolvimento da charqueada foi estimulado por três fatores, entre eles, a situação de paz decorrente da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), que permitiu a expansão das estâncias de criação sobre as novas terras, a influência das secas

ocorridas no Nordeste nas décadas de 1770 e 1790 que desestabilizaram a produção de carne seca no Ceará, Piauí e Bahia, o que favoreceu a saída desse produto do Sul para o Nordeste e o aumento crescente da demanda de gêneros alimentícios no Centro e no Nordeste do Brasil, em função do aumento populacional. Em um curto período de tempo o Rio Grande aumentou sua produção de charque e com isso se transformou em uma das áreas de crescimento em maior ritmo do Império português, no período de 1780 a 1820 com uma integração definitiva no mercado interno brasileiro (KÜHN, 2007).

O desenvolvimento da economia charqueadora provocou o aumento do número de escravizados no Rio Grande do Sul. Porém, antes da importância da produção das charqueadas, esta exploração já estava presente no Sul. Nos Campos de Viamão, no ano de 1751, mais de 42% da população era composta por indivíduos de origem africana e por cativos indígenas que somavam a quantia de 3%. No total, mais de 45% da população era escravizada, esta quantidade era alta para uma região que não tinha uma economia de *plantation* e que estava voltada para o abastecimento do mercado interno. A maioria possuía um pequeno número, uma característica de uma sociedade de modestos lavradores escravistas. Poucos proprietários possuíam quantidades grandes de escravizados (KÜHN, 2007).

No momento inicial da colonização, os maiores proprietários tinham de 50 até quase 100 escravizados em estâncias e charqueadas. Para o ano de 1751, os primeiros fazendeiros, como por exemplo, Francisco Xavier de Azambuja e Jerônimo de Ornellas possuíam oito cada um. Naquele contexto, o militar Francisco Pinto Bandeira possuía 20 e ao falecer o número havia aumentado, passando para 37, uma demonstração dos lucros que obteve com a atividade pecuária. A partir deste caso, é possível observar os rendimentos advindos da criação de gado e do comércio de gado muar. Nas estâncias os escravizados estavam presentes na função de capatazes das fazendas e outros como peões. O uso desta mão de obra existia antes das charqueadas no Rio Grande do Sul, com a atividade charqueadora o tráfico aumentou. Os cativos não eram desembarcados no porto de Rio Grande, mas no porto de Laguna, sendo encomendados pelos moradores de Viamão a comerciantes que mantinham contatos com o Rio de Janeiro. Após o desembarque em Laguna faziam o restante do caminho por via terrestre, pelo “caminho da praia” (KÜHN, 2007).

No decorrer do século XIX, os escravizados além de serem explorados nas atividades da pecuária, charqueada e agricultura estavam nas tarefas urbanas, como nos serviços domésticos ou como trabalhadores de ganho. A maior parte dos escravizados era introduzida a

partir do tráfico, sendo que cerca de 20 mil escravizados foram trazidos entre 1792 e 1822, a maioria vindo do porto do Rio de Janeiro. Nesta conjuntura não estava o grande traficante, pois as remessas eram pequenas, assim o tráfico era de quantidades menores, porém, intenso e de caráter especulativo. Os dados apontam que na década de 1870 no Rio Grande do Sul, os escravizados representavam entre 20% e 30% da população total. Em 1858 a província possuía mais de 70 mil (KÜHN, 2007).

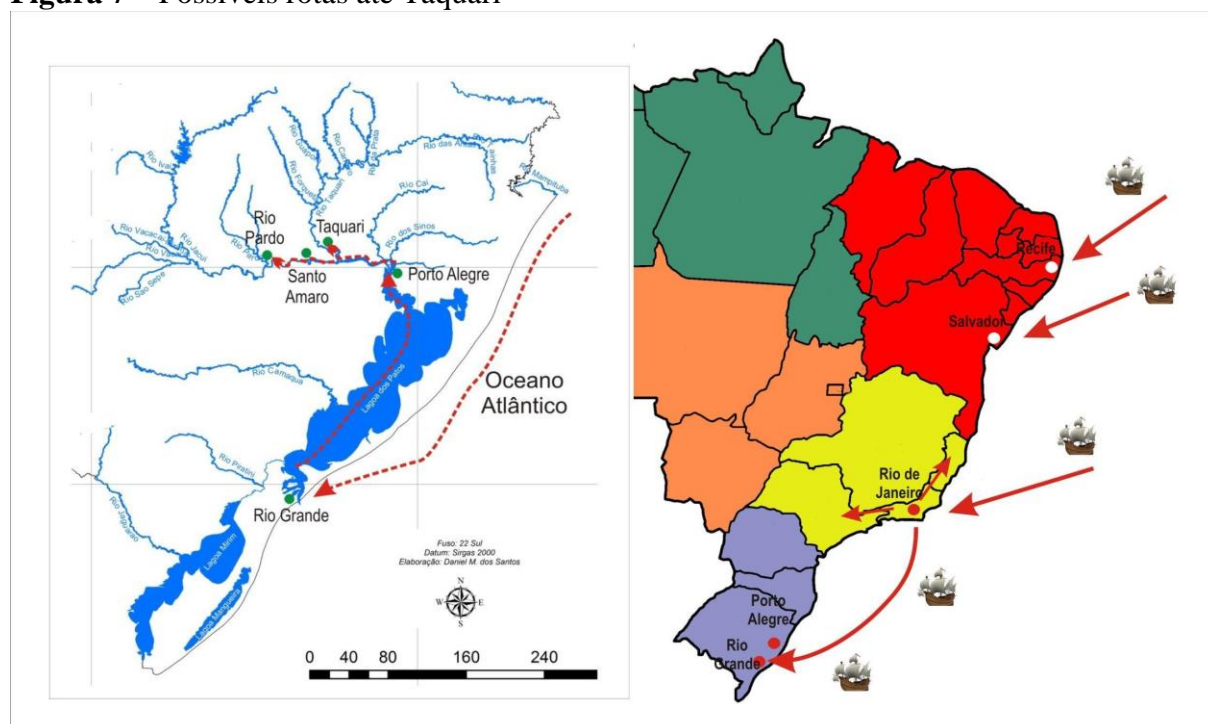
A partir disso, consideramos que parte dos escravizados do tráfico entre Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, nos anos de 1792 a 1822 tenham sido adquiridos por proprietários de Taquari. Não quer dizer que em 1792 foram introduzidos em Taquari, pois os registros paroquiais apontaram para a presença de mão de obra escravizada antes disso. Tudo isso levou também ao questionamento de quais seriam os trajetos, as rotas até a chegada em Taquari, levando em conta a saída de grande parte do porto do Rio de Janeiro, mas em especial os caminhos depois do desembarque no Rio Grande do Sul.

Para isso os dados de Berute (2011) auxiliaram na medida em que escreve, que do porto de Rio Grande se dava o escoamento da produção de charque e de couros e do porto de Porto Alegre se fazia a conexão do centro com o norte do Rio Grande de São Pedro, Santo Antônio da Patrulha, Aldeia dos Anjos e Viamão, tais locais despachavam seus produtos até a cidade e retornavam com mercadorias da capital. Pelas vias fluviais e lacustres chegavam os produtos até Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo e Taquari e pela via terrestre a partir de Rio Pardo, outras localidades eram abastecidas, como: Cachoeira, Santa Maria, fronteira oeste e as Missões.

Para Moreira e Matheus (2013), o Rio Grande do Sul não recebeu escravizados diretamente da África, mas recebeu crioulos, africanos boçais e ladinos vindos basicamente de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. O porto recebedor era o porto de Rio Grande. Os pesquisadores se pautaram também na pesquisa de Berute (2006), pois este analisou guias de importação das Capitanias do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco. Tais documentos acompanhavam os cativos que eram transportados para a Capitania sulina, uma forma de controle da entrada e do número na Capitania pelas autoridades, algo que havia sido obrigatório pelo Alvará de 14 de outubro de 1751, com isso o governo português controlava e impedia a saída para domínios estranhos aos de Portugal.

Os apontamentos dos pesquisadores contribuíram para pensarmos que os escravizados e escravizadas de Taquari, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, desembarcaram no porto de Rio Grande, vindos dos portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Depois do desembarque em Rio Grande foram para o porto de Porto Alegre de onde partiam em direção aos rios Jacuí e Taquari (FIGURA 7). Em Taquari desembarcavam às margens do rio Taquari e em Santo Amaro, às margens do rio Jacuí. Em alguns pontos às margens do rio Taquari existiam pequenos portos/instalações nas sedes de algumas fazendas que faziam uso de mão de obra escravizada. Para complementar isso, entre as atividades desempenhadas esteve a de marinheiro, indivíduos que podiam estar em embarcações que navegavam pelos rios (PIRES, 2016).

Figura 7 – Possíveis rotas até Taquari



Fonte: Kreutz (2020).

Entre os anos de 1788 a 1802 foram importados do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul um total de 88% de escravizados, já da Bahia e de Pernambuco 8% dos cativos. Para o período de 1809 a 1824 o pesquisador não conseguiu verificar as quantias, pois seus dados dizem respeito aos despachados a partir do porto do Rio de Janeiro. Com esses dados podemos reforçar a ideia de que para Taquari vieram do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, nos anos levantados por Berute (2011). Vimos na leitura dos registros de casamentos, as

procedências dos cônjuges do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, além de nações africanas.

Apresentamos em forma de hipótese que houve a saída do porto de Porto Alegre de escravizados os quais foram adquiridos para propriedades em Taquari, após terem desembarcado no porto de Rio Grande, pois este era o porto de entrada de produtos e pessoas no Rio Grande do Sul da época. Como também uma saída do porto de Rio Grande diretamente para o porto de Taquari, sem necessariamente uma parada no porto de Porto Alegre (FIGURA 8). A imagem abaixo é referente à data de 21 de novembro de 1888.

Figura 8 – Área portuária de Porto Alegre – século XIX



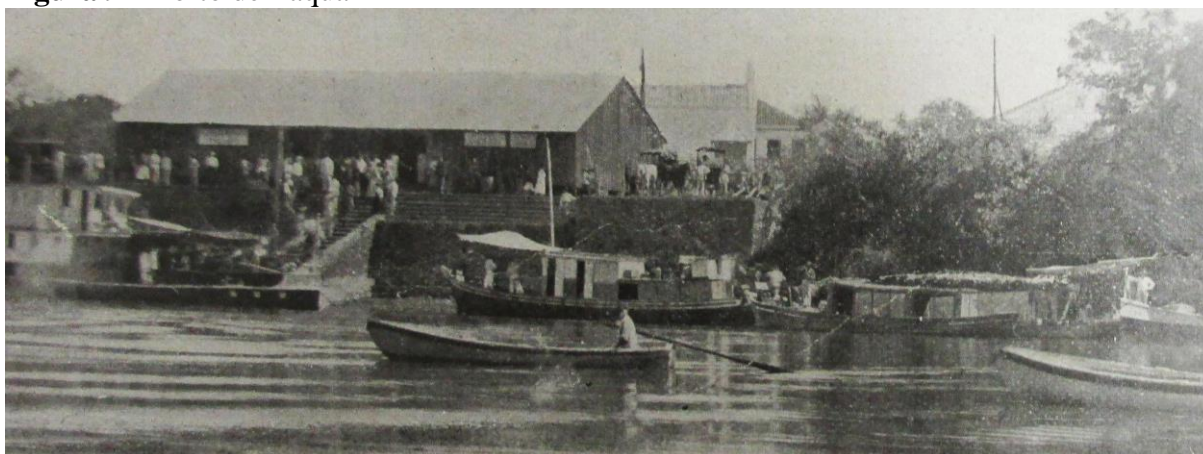
Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

O mesmo Berute (2011) analisou a composição sexual para a Vila de Rio Grande; em sua análise notou a predominância masculina entre os africanos e crioulos. O mesmo verificado na importação de escravizados feita pela capitania em período correspondente (1809-1824). Para Taquari entre 1857 e 1888, nos documentos cartoriais de compra e venda, cartas de liberdade, inventários, processos-crime quantificamos 252 homens e 222 mulheres. Para Estrela, entre os anos de 1883 e 1884, três homens e uma mulher. Para Santo Amaro, no

período de 1861 a 1885, a demanda foi de 32 mulheres e 53 homens. Independentemente da quantidade numérica, o que predominou foi o uso do trabalho masculino (PIRES, 2016).

O trabalho masculino foi utilizado nas atividades e ofícios de marinheiro, campeiro, falquejador, pedreiro, carpinteiro, ferreiro, sapateiro, serrador, cavaleiro, jornaleiro, lavrador, agricultor e roceiro (PIRES, 2016). Nas propriedades de Taquari é possível perceber que nesse período, segunda metade do século XIX, homens tanto africanos quanto crioulos desempenhavam trabalhos em embarcações, portos, nas plantações, no corte de madeira, e outros segundo o descrito acima (FIGURA 9). Tais atividades apareceram relacionadas aos homens e para as mulheres o serviço doméstico e o de cozinha. Ressaltando que a documentação consultada não tinha registro para cada atividade de trabalho, foram poucos os que apresentaram tal designação.

Figura 9 – Porto de Taquari



Fonte: Costa (1922).

A posse de mão de obra escravizada em Taquari, Estrela e Santo Amaro, foi detalhada nos inventários em que foi possível observar uma expressiva quantidade de proprietários no período de 1857 a 1888. Com a análise da documentação escolhida vimos uma quantia de um a cinco cativos, de uma quantia de 790 proprietários. No levantamento realizado vimos a existência de apenas um proprietário que possuiu mais de 50 cativos em Taquari, este herdou três grandes fazendas de outro proprietário que já explorava esta mão de obra (PIRES, 2016).

Quadro 1 – Estrutura de posse para Taquari, Estrela e Santo Amaro

Taquari, Estrela e Santo Amaro (1857 – 1888)			
FTP	Proprietários	Escravizados	Escravizadas
1 - 5	790	747	570
6 - 10	57	217	201
11- 20	18	135	122
21 - 50	08	103	95
51 - ou mais	01	50	62
Total	874	1252	1050

Fonte: Pires (2016).

No período investigado sobre a posse escravizada, o contexto foi marcado por mudanças em relação ao fim do tráfico atlântico, à promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, Lei dos Sexagenários de 1885 e, mesmo assim, houve a manutenção da mão de obra escravizada. E, como pode ser visto, uma manutenção por parte de pequenos proprietários nas últimas décadas do escravismo no país e diante dos impactos das leis abolicionistas. Não analisamos com mais profundidade os impactos ocasionados na obtenção de escravizados depois da promulgação dessas leis, mas provavelmente teve consequências para os pequenos, médios e grandes proprietários. Houve uma predominância de homens na totalidade das escravarias.

2.3 O Brasil no século XIX e a escravização ilegal de africanos

O Brasil passou da condição de Colônia para a de Império com a independência em 7 de setembro de 1822. O período de maior conturbação na política do país foi o período da Regência, entre os anos de 1831 e 1840, pois em tais anos esteve em jogo a unidade territorial do Brasil; os debates giravam em torno dos temas sobre a centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas. As revoltas do período regencial se deram em diferentes regiões, como a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco (1832-1835), a Cabanagem, no Pará (1835-1840), a Sabinada, na Bahia (1837-

1838), a Balaiada, no Maranhão (1838-1840), e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845). Todas elas tinham suas queixas e descontentamentos em relação ao governo central (FAUSTO, 1995).

A independência do Brasil da metrópole portuguesa teve consequências nos anos posteriores no que se relacionou ao comércio de escravizados. Sendo que o Estado independente brasileiro já fazia uso do tráfico de africanos há bastante tempo, quando estava na condição de colônia. Ao se separar de Portugal, o Brasil não cumpriu os tratados firmados com os britânicos a respeito do fim do tráfico atlântico. No entanto, os ingleses estavam diante de um novo estado, o Brasil, que era o maior importador restante de africanos. Portugal havia passado quinze anos resistindo às ameaças dos ingleses, porque o comércio servia aos seus interesses coloniais. A relutância do Brasil em acabar com o tráfico se modificou com a necessidade que o país tinha de seu reconhecimento internacional depois de sua independência (BETHELL, 2002).

Foram assinados entre Portugal e a Grã-Bretanha vários tratados a partir do ano de 1810. Em 23 de novembro de 1826 foi assinado o tratado que estipulava um prazo de três anos para o Império do Brasil decretar a extinção do tráfico atlântico de africanos. Tal resolução foi adotada a partir de 13 de março de 1830 e, por meio da Lei de 7 de novembro de 1831, foram declarados livres todos que entrassem no território e portos do Brasil. Porém, ela não teve nenhuma efetividade no combate à importação de africanos, e o tráfico negreiro permaneceu ativo e foi definitivamente encerrado somente no ano de 1850, com a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz (BERUTE, 2009).

A Lei de 7 de novembro de 1831, a chamada Lei Feijó, proibia o tráfico e garantia a liberdade a todos os escravizados que entrassem no Brasil de forma ilegal. O decreto de 12 de abril de 1832, regulamentou a lei. No decorrer dos anos de 1830 e 1840 existiram tentativas de revogá-la por completo, no entanto, ela se manteve como ameaça a preocupar os senhores proprietários mesmo com o comprometimento do governo. Houve o uso da Lei de 1831, por exemplo, por Luiz Gama que se apropriou do novo uso da Lei para lutar na justiça pela liberdade de africanos ilegalmente escravizados. Em uma ação judicial, Gama solicitou em juízo a liberdade de uma família inteira, a situação envolvia um casal de africanos que havia sido importado depois da primeira lei que proibiu o tráfico, o senhor destes fraudou um batizado para os dois, com a ajuda de um padre da cidade (GURGEL, 2004).

Os governos que passavam pelo cargo não faziam cumprir a Lei de 1831, não conseguiam evitar o ressurgimento e expansão do comércio de escravizados depois que ele se tornara ilegal. Durante um curto período de tempo houve uma patrulha na costa da província do Rio de Janeiro que durante os anos de 1834 e 1835 capturou navios negreiros. Porém, a eclosão de revoltas provinciais com intenções separatistas no Pará e no Rio Grande do Sul fez com que os esforços desse controle fossem abandonados. Em nível local os responsáveis pela aplicação da lei eram os juízes de paz e oficiais da Guarda Nacional, mas poucos desses sujeitos não aceitavam subornos, sendo que na maioria das vezes, estes eram os proprietários ou estavam ligados à classe proprietária que tinha interesse no comércio (BETHELL, 2002).

No recorte espacial desta pesquisa que contemplou também as cinco décadas iniciais do século XIX até o ano de 1850, todos esses acontecimentos foram importantes e de alguma forma influenciaram no processo escravista em Taquari. Para além do cenário brasileiro, na época aconteciam situações no cenário econômico mundial que envolveram o sistema escravista. Os países centrais da economia mundial capitalista com o processo de industrialização, urbanização e aumento da população necessitavam de fornecedores externos de artigos para a indústria, como o algodão dos Estados Unidos, para o consumo da população, o café do Brasil e o açúcar de Cuba. Na Grã-Bretanha as importações quadruplicaram entre 1780 e 1850. Perante esse cenário internacional as sociedades escravistas americanas se inseriram na ordem mundial do livre mercado. Para atender todas as demandas externas, as sociedades americanas investiram na exploração dos escravizados, no caso do Brasil no tráfico negreiro legal e ilegal (PARRON, 2011).

A economia brasileira nas últimas décadas do século XVIII apresentou crescimento nas unidades agroexportadoras (*plantation*) e na produção de artigos alimentícios voltados para o mercado interno. As unidades agroexportadoras não eram auto suficientes e por isso necessitavam dos produtores de toucinho, queijo, couro, carne-seca, trigo, farinha de mandioca, milho, feijão, arroz e tabaco. Com isso, houve a estrutura de um mercado interno que, no sul, ligava Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande. Nesse contexto, as províncias do centro-sul eram consumidoras de cativos e artigos europeus e também exportadoras de gêneros alimentícios (PARRON, 2011).

A produção de trigo em Taquari em certa medida poderia estar relacionada com as demandas agroexportadoras mencionadas ao se considerar que o Rio Grande do Sul teve, nesse contexto, uma produção de trigo significativa. É possível, portanto, pensar também na

introdução de mão de obra escravizada africana e crioula para essa atividade do trigo. Além das necessidades que poderiam existir de produção de trigo fora do Rio Grande do Sul, havia uma demanda interna e essa produção de Taquari foi importante.

Neste capítulo apresentamos o contexto histórico de Taquari, pois é fundamental para entender em que momento houve a inserção da mão de obra escravizada nesse território. Além disso, enfatizamos alguns aspectos do cenário nacional e regional no século XIX, em especial, as leis abolicionistas que tiveram impacto nas propriedades de Taquari e na vida das pessoas que estavam nesse local como escravizadas. Após essa contextualização, no próximo capítulo temos os dados coletados e o debate em torno deles sobre a formação dos laços de compadrio e o parentesco fictício. Com isso, podemos conhecer algumas das pessoas que estiveram em Taquari e que, apesar do escravismo, relacionaram-se e firmaram laços importantes.

3 REDES DE PARENTESCO: ESTRATÉGIAS NO COTIDIANO ESCRAVISTA

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu dengo
A mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
Tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasil que se faz um país de Lecis, jamelões
São verde- e- rosa as multidões
(Enredo da Mangueira, Vieira, 2019).

Ao longo deste capítulo iremos tratar da formação dos laços de compadrio; ou seja, dos vínculos parentais formados entre pais, mães, afilhados, afilhadas, padrinhos e madrinhas. Entre escravizados jovens adultos e seus respectivos padrinhos. As fontes principais para

analisar o compadrio foram os registros de batismos de inocentes e de jovens adultos. Buscamos identificar uma rede de relações que se pautou em solidariedade e em proteção a partir do ritual católico do batismo. Além da fonte primária principal, fizemos um cruzamento de informações com outras fontes documentais, tais como: compra e venda, processos-crime, cartas de liberdade e inventários. A tentativa com esse cruzamento foi agregar maiores informações aos nomes mencionados nos assentos batismais, tanto nomes de escravizados como de proprietários de mão de obra escravizada.

Os registros da Igreja não são documentos somente religiosos, mas também sociais, pois a informação registrada menciona a *persona* social total do indivíduo. Os registros apresentam lacunas, em especial na questão da cor, e não tem como saber se a categoria “cor” representa um fenótipo preciso ou as impressões sociais e pessoais evocadas por um dado padre. No entanto, os registros sempre trazem informações sobre as pessoas ao seu redor. Sendo além disso, testemunhos de que o compadrio era considerado como fenômeno religioso e social. Este tinha um significado e que funcionava dentro de um contexto social específico (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988).

O espaço da pia batismal é um dos mais nítidos na formação de laços de solidariedade. Um meio diferente de conquistar aparentados que, a partir da instituição de um rito, sanciona formalmente uma aliança forjada anteriormente. O compadrio na sociedade luso-brasileira funcionou como um desses mecanismos de aparentar, com a formação de alianças almejadas por ambas as partes, pais e padrinhos, e que se estendia para a terceira parte, que era o batizado. O compadrio era uma maneira de firmar alianças de solidariedade, uma forma de constituição de parentela que não a de sangue, uma rede ampla de relações solidárias e de parentesco era tecida com o ritual do batismo (ENGEMANN, 2008).

Em uma América portuguesa do século XVIII, outros tipos de parentescos e alianças foram valorizados e se constituíram como forma possível de vivência no cativeiro e fora dele. A entrada dos cativos nos antigos e novos nos domínios portugueses dava-se pela evangelização e recepção do batismo. Recebia-se um novo nome, a água do batismo e o sal como sinal da libertação do pecado original, enquanto na ata batismal anotava-se sua condição de cativo e o nome do seu proprietário. O batismo poderia libertar a alma, porém, mantinha o corpo do africano escravizado (MAIA, 2011).

Os laços de compadrio aqui abordados são referentes à Paróquia de São José de Taquari, e para isso fizemos a seguinte classificação dos dados retirados dos registros de batismo: a) padrinhos e madrinhas proprietários de mão de obra escravizada, b) escravizados de proprietários diferentes do escravizado batizado, c) padrinhos e madrinhas escravizados, d) padrinhos e madrinhas escravizados e que pertenciam ao mesmo dono do batizado, e) os nomes ilegíveis, f) padrinhos e madrinhas forros, g) padrinhos e madrinhas sem definição da condição social pelo registro e h) nomes de Santas Católicas como madrinhas.

3.1 Os padrões de compadrio entre os escravizados, livres e forros da Paróquia de São José de Taquari

3.3.1 Relações de compadrio a partir dos batismos de escravizados jovens adultos

Com base na leitura e no apuramento de 778 registros paroquiais de batismo da Paróquia de São José de Taquari, do período de 1805 e 1850, classificamos 176 batismos de escravizados jovens adultos. Nestes batismos exploramos as relações de compadrio dos afilhados e afilhadas com seus padrinhos e madrinhas, estes formaram laços de parentesco fictício. Para tal, fizemos uma classificação dos 176 registros (QUADRO 2).

Quadro 2 – Relações de compadrio

80 (45,45%)	Padrinhos e madrinhas proprietários de mão de obra escravizada
80 (45,45%)	Padrinhos e madrinhas na condição de escravizados de proprietários diferentes do escravizado batizado
77 (43,75%)	Padrinhos e madrinhas escravizados, sem referência aos seus proprietários
20 (11,36%)	Padrinhos e madrinhas escravizados e que pertenciam ao mesmo dono do adulto batizado
14 (7,95%)	Padrinhos e madrinhas com nomes ilegíveis
11 (6,25%)	Padrinhos e madrinhas forros
4 (2,27%)	Padrinhos e madrinhas sem definição da condição social
3 (1,70%)	Nomes de Santas Católicas como madrinhas

Fonte: Pires (2021).

Entre os itens da classificação para Taquari, um deles se aproximou com o visto por Gudeman e Schwartz (1988), estes analisaram os batismos de quatro freguesias do Recôncavo Baiano dos séculos XVIII e início do XIX e observaram que nenhum senhor batizou seu escravizado. Explicam isto, com a ideia de que o batismo cria, acima de tudo, uma relação espiritual, um vínculo “pensado” que une batizando e padrinhos. O compadrio é um vínculo

não do corpo ou da vontade humana expressa na lei civil, mas associação e solidariedade a partir da comunhão de “substância espiritual”, sendo que para a Igreja o compadrio significa relação espiritual. Na análise do compadrio da Paróquia de Taquari também não foi identificado nenhum proprietário apadrinhando seus próprios cativos.

A escravidão era o contraste do batismo, o escravismo além de ser uma relação produtiva era uma instituição social de dominação. Os senhores detinham o direito de suprimir o trabalho de seus escravizados, tinham o direito de disciplinar, vender; ou seja, era uma peça de propriedade. O sacramento representa associação com a Igreja e igualdade como cristão e como pessoa em relação ao outro. O batizando é salvo da perdição, tem novos pais e novas relações de “fraternidade”. O indivíduo passa a ter o direito de participar das cerimônias na Igreja. O batismo marca, assinala algo oposto à escravidão como: igualdade, humanidade, libertação do pecado (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988).

O vínculo entre padrinho e afilhado significa uma relação espiritual. Tal vínculo é sempre inserido ou projetado em determinado contexto social. Além disso, um padrinho e um afilhado são sempre mais do que parentes “espirituais”. A relação ultrapassa as características eclesiais, pois se o padrinho e a criança fossem confinados apenas ao domínio da Igreja, o *status* social de cada um não seria importante. O padrinho fica com a tarefa de estender a religião a novos membros e também levá-la para fora do contexto de momentos e lugares precisamente religiosos (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988).

Partindo disso, na sequência exploramos cada item da classificação feita dos dados retirados dos batismos, especialmente, para mostrar os nomes das pessoas escravizadas e de seus padrinhos e madrinhas. Com o conhecimento dos nomes já foi possível identificar, no caso dos batismos de inocentes, os núcleos familiares, algo importante para a análise da constituição de famílias, mesmo em um contexto escravista. Desta forma, primeiramente exploramos os batizados dos adultos e suas redes de parentesco espiritual, depois os batismos dos inocentes (filhos naturais e filhos legítimos) e o apadrinhamento que se formou dentro de uma mesma escravaria e fora desta.

3.3.2 O compadrio com proprietários

Entre os padrinhos e madrinhas que batizaram mais de um adulto e que eram proprietários de escravizados, tivemos o nome de Umbelina Maria dos Santos⁷. Esta foi madrinha de Margarida, de nação benguela, em 22 de novembro de 1843, sendo o proprietário de Margarida, Luiz Theodosio da Silva⁸. Em outro registro, encontramos novamente o nome de Umbelina, desta vez amadrinhando João, de nação nagô, com 20 anos de idade, pertencente ao Tenente João Pereira da Silva Bilhar, batismo que ocorreu no dia 25 de junho de 1847⁹. No batizado de João quem acompanhou Umbelina como padrinho foi Felisberto, que pertencia ao dito Tenente. No mesmo dia Umbelina foi madrinha de José, outro escravizado de nação nagô, com 20 anos e que também pertencia ao Tenente¹⁰. No mesmo dia ocorreu o batizado de Joaquina, de nação nagô, com 16 anos, cuja proprietária era Carolina Pereira, filha de João Bilhar. A madrinha de Joaquina foi Eudocia, escravizada de Umbelina e o padrinho Felisberto, escravizado já mencionado¹¹. O batismo de Eudocia, por sua vez, foi em 14 de setembro de 1844, esta era de nação mina, tinha 20 anos mais ou menos, foi apadrinhada por José Manoel da Costa e Nossa Senhora do Rosário¹².

O fato de Umbelina Maria dos Santos ter sido madrinha por três vezes, sendo duas delas de dois escravizados do Tenente João Bilhar, sugeriu-nos que tinha um bom relacionamento ou até uma amizade com João Bilhar. O convite pode ter partido de Silva Bilhar para Umbelina, para esta amadrinhar. Tudo isto vai ao encontro do dito por Bacellar (2007), quando em pesquisa para a vila de São Luís do Paraitinga no vale do Paraíba paulista comenta que os batismos de adultos recém-chegados da África poderia acontecer por aquele que adquire a nova “mercadoria”, este então, decidia não somente qual nome cristão a ser atribuído, mas também quem seriam os seus padrinhos e madrinhas. O africano desembarcado em um meio desconhecido, não teria conhecimentos e espaço para tomar decisões que lhes eram impostas, além de uma dificuldade de compreensão de tais mecanismos.

⁷ Os nomes estão grafados de acordo com os registros paroquiais e os cartoriais. Ao longo do texto aparecem nomes escritos da seguinte forma: “Fortunata”, “Furtunata”, “Jozé”, “Joze”, “Ignacia”, “Ignácia”, “Theresa” e “Thereza”, entre outros.

⁸ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.192.

⁹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.98.

¹⁰ Ibidem, Livro 5, fl.98.

¹¹ Ibidem, Livro 5, fl.98.

¹² Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.226.

A respeito de Umbelina não sabemos muito, o que vimos em outra documentação é que ela havia realizado uma compra e uma venda da escravizada Delfina, com 25 anos, pelo valor de 500 mil réis, comprada de Manoel Garcia de Azevedo, em 15 de abril de 1875¹³. No mesmo ano, meses mais tarde, em 13 de outubro¹⁴, vendeu Delfina novamente para Manoel Garcia de Azevedo, pelo mesmo valor que a adquiriu; a única informação diferente de um registro para o outro foi a idade de Delfina, na compra tinha 25 anos e na venda 28 anos. Portanto, ela no mesmo ano adquiriu a escravizada de Manoel de Azevedo e depois negociou com este a mesma, algo que demonstra como se dava a dinâmica desse comércio humano e das negociações que ocorriam entre os mesmos proprietários. O nome de Umbelina esteve mencionado também em um processo-crime, do ano de 1867¹⁵. Neste processo seu escravizado Antônio era o réu, pois havia cometido um furto na propriedade de Antônio Rodrigues Bizarro.

O caso de Umbelina Maria dos Santos nos interessou pela formação dos laços de compadrio que se deram a partir do momento em que foi madrinha. Mesmo sendo uma proprietária, houve de acordo com o ritual católico do batismo, o estabelecimento de uma relação espiritual entre ela e seus afilhados. Levamos em consideração que para os afilhados foi interessante ter uma madrinha livre e com o status social que esta ocupava. Mas também consideramos que o vínculo constituído foi importante para os proprietários, tanto para Umbelina quanto para João Bilhar. O fato é que Umbelina, de acordo com o ritual do batismo, teve uma relação de parentesco e a partir daí um dever de proteção para com Margarida, João e José.

Em pesquisa para a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar (Vila Rica/Minas Gerais) Ramos (2004) comenta que, provavelmente, os padrinhos e madrinhas fossem escolhidos pelo senhor dos batizandos. Teoricamente o batizando adulto poderia ter interferido na escolha, mas esta possibilidade era reduzida em detrimento do controle do senhor e em função das circunstâncias culturais. Nos casos analisados pelo pesquisador, o mesmo observou que é difícil desvendar ou saber como teriam ocorrido essas escolhas dos padrinhos e madrinhas. E sobre o compadrio, o mesmo destaca que este cumpria dois papéis complementares, um deles seria conectar grupos diferentes e reforçar outros laços que já existiam, e outro o compadrio

¹³ Compra e venda de escravos. Ano 1875. Livro 24, p.154 v. APERS.

¹⁴ Compra e venda de escravos. Ano 1875. Livro 25, p. 146 v. APERS.

¹⁵ Processos-crime. Ano 1867. Processo n° 2130. APERS.

como um mecanismo de ligação social sendo que os laços poderiam alcançar maior ou menor abrangência.

Outro nome de proprietário que apadrinhou foi o de Tristão José Vianna, este foi padrinho de João, moçambique, em 06 de junho de 1816¹⁶. João pertencia ao Capitão Miguel de Oliveira Barreto, no registro somente foi mencionado o nome do padrinho. Em outro batismo encontramos novamente o nome de Tristão Vianna, mas como proprietário de Estácio, de nação nagô, batizado em 06 de outubro de 1845¹⁷. O mesmo teve como padrinho Joaquim e como madrinha Vicência, ambos de Ignez Leonor de Azevedo Vianna. Pelo sobrenome de Ignez, esta era parente de Tristão Vianna, tal vínculo atendia interesses em comum com a exploração da mão de obra escravizada. O apadrinhamento de Tristão pode ter representado um laço entre Tristão e Miguel Barreto, mais do que entre Tristão e João. Mesmo assim, consideramos esse apadrinhamento como uma vantagem social para o afilhado.

Outro caso é o de Geraldo Caetano que foi padrinho de Antonio, moçambique, este era do capitão Miguel de Oliveira Barreto. O batizado ocorreu em 06 de junho de 1816¹⁸. Neste registro não foi mencionada a madrinha, apenas o nome de Geraldo Caetano. Geraldo Caetano Pereira, foi citado em registro de batismo de Antonio, de nação mina, com 24 anos de idade, em 28 de agosto de 1848¹⁹. O padrinho de Antonio foi João, de Maria Cândida de Fontoura Barreto e de Joaquim Gomes Junqueira. Pelos sobrenomes supomos que Maria Cândida era familiar do capitão Miguel, com isso os apadrinhamentos poderiam estar relacionados com estas proximidades. Geraldo Caetano foi mencionado também na documentação de compra e venda de escravizados, em que vendia José, de nação da Costa, com mais de 50 anos, no valor de 400 mil réis para o comprador Francisco Matias de Souza e Ávila, em 25 de fevereiro de 1861²⁰. Em 04 de outubro do mesmo ano, Geraldo comprou de Francisco de Quadros, Justino, com mais ou menos 5 meses de idade, no valor de 100 mil réis, filho de Cândida²¹. Anos mais tarde, Geraldo vendeu para Cesarina Xavier de Azambuja Praia, Rita, parda, com mais ou menos 20 anos de idade, no valor de 1.300 contos de réis, juntamente, com sua filha de 8 para 9 meses que estava ainda por batizar, em 26 de janeiro de 1866²².

¹⁶ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.192.

¹⁷ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.86.

¹⁸ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.192.

¹⁹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.107.

²⁰ Compra e venda de escravos. Ano 1861. Livro 4, p. 90 v. APERS.

²¹ Compra e venda de escravos. Ano 1861. Livro 5, p. 52 r. APERS.

²² Compra e venda de escravos. Ano 1866. Livro 11, p. 10 r. APERS.

Em 7 de setembro de 1852 foram eleitos vereadores para a Câmara Municipal de Taquari, entre eles estava o referido Geraldo Caetano Pereira (FARIA, 1981). Além de estar no negócio da escravidão da época, Geraldo também estava inserido no cenário político de Taquari, assim como outros indivíduos que também exploravam mão de obra escravizada e que ocupavam cargos de influência e de tomada de decisão na vila de Taquari.

Patrício Garcia, foi outro nome de proprietário de mão de obra escravizada citado mais de uma vez nos registros de batismos de adultos. No primeiro registro seu nome apareceu como Patrício Garcia, mas acreditamos que seu nome completo era Patrício Garcia Soares de Azevedo. Este foi padrinho do africano Manuel, de nação monjolo, que pertencia a Francisco Antônio Barreto, o batizado foi em 08 de maio de 1813²³. Anos depois, no batismo de 13 de setembro de 1844, das africanas Maria e Rita, ambas de nação nagô e com mais ou menos 16 anos de idade, de João Gomes da Silveira, um dos padrinhos era de propriedade de Patrício Garcia Soares de Azevedo²⁴. O padrinho de Maria foi o escravizado Antonio e a madrinha foi Maria, escravizada do subdelegado Francisco Maria de Souza Ávila. No dia 14 de setembro de 1844²⁵, o batizado foi de outra escravizada de João Gomes da Silveira, a africana Maria, de nação nagô, com 16 anos mais ou menos, que teve como padrinho o referido escravizado de Patrício Garcia, Antonio, e a escravizada Maria do subdelegado.

No ano seguinte, em 29 de julho 1845²⁶, Antonio e Maria estiveram apadrinhando Manoel, de nação nagô, com 18 anos mais ou menos, de Crispinianno José Martins. Não sabemos se a Maria é a mesma que pertencia ao subdelegado Francisco, pois neste registro a proprietária de Maria se chamava Marianna Santiago, talvez fosse a mesma Maria mencionada no batismo de 1844 e que tinha sido vendida para Marianna. No mesmo momento aconteceu o batismo de Jacinto, de nação nagô, com mais ou menos 18 anos de idade, e que pertencia ao mesmo proprietário de Manoel, Crispinianno. O apadrinhamento destes adultos foi feito pelos mesmos Antonio e Maria²⁷. Além dos dois batizados, ocorreu também o batizado de Leopoldina²⁸, de nação nagô, com 16 mais ou menos, de Crispinianno Martins. Os padrinhos de Leopoldina foram os mesmos dos demais, Antonio e Maria.

²³ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.115.

²⁴ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.220.

²⁵ Ibidem, Livro 4, fl.220.

²⁶ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.83.

²⁷ Ibidem, Livro 4, fl.83.

²⁸ Ibidem, Livro 4, fl.83.

Em 10 de dezembro de 1849²⁹, ocorreu o batizado de Domingos, de nação nagô, com 18 anos de idade, cujo proprietário era Antonio Pereira da Silva. O apadrinhamento de Domingos se deu pelo Antonio Garcia de Azevedo e pela Nossa Senhora. Pela presença do sobrenome Azevedo, o padrinho de Domingos tinha parentes que possuíam escravizados em Taquari. Não foi possível encontrar nas fontes se Antonio tinha também cativos. Neste batismo houve a formação de laços de parentesco espiritual que para Domingos era importante ter como padrinho uma pessoa livre.

Pelos exemplos expostos houve um apadrinhamento pelos proprietários de escravizados, mas de escravizados de outros proprietários. No entanto, o que chamou a atenção foram esses vínculos estabelecidos entre cativos e senhores, o que para os escravizados era algo importante e poderia servir como uma estratégia para adquirirem vantagens, proteção, alguma autonomia no dia a dia, pois esses proprietários estavam em uma posição social privilegiada.

3.3.3 Os laços de parentesco com escravizados de outras propriedades

Considerando o mecanismo de ligação social do compadrio, analisamos padrinhos e madrinhas na condição de escravizados, mas que não pertenciam ao mesmo proprietário do cativo adulto batizado. Foi o caso de Maria, de nação da costa, batizada em 18 de outubro de 1812³⁰. Seu proprietário era Vicente Jose Fagundes, seu padrinho foi Jacinto, de Jozé Ferreira e sua madrinha Clara, de Manoel Teixeira. Neste batismo o compadrio se formou entre escravizados de propriedades distintas, considerando que Maria, Jacinto e Clara não pertenciam ao mesmo proprietário. Não foi possível saber mais informações sobre os proprietários e também sobre os cativos, mas a partir do registro houve a formação dos laços de parentesco. Não desconsideramos que entre Vicente Fagundes, Jozé Ferreira e Manoel Teixeira houvesse alguma amizade e que estes tenham tido algum interesse no apadrinhamento da Maria.

Para a compreensão do compadrio e dos laços que se formaram a partir do mesmo e que teve um papel no cotidiano das pessoas escravizadas, é importante considerar que os

²⁹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.114.

³⁰ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.28.

cativos experientes da comunidade negra local poderiam agir como líderes de seus parceiros e se oferecer para apadrinhar recém-chegados, pois dessa maneira os riscos de conflitos internos eram diminuídos e poderiam também reforçar suas próprias redes de alianças. Na vigência do tráfico atlântico, a chegada de um novo indivíduo na senzala podia trazer conflitos, perante tal possibilidade o batismo servia como uma forma de apaziguamento e de inserção do novo indivíduo na comunidade negra já formada (PINTO, 2012).

Outro batismo foi o de Domingos, de nação rebolo, que pertencia a Joaquim Francisco de Souza, a cerimônia foi em 02 de maio de 1819³¹. Os padrinhos eram Jose e Isabel, ambos de Mathias Francisco. Neste caso, o apadrinhamento se deu por um casal pertencente ao mesmo proprietário, porém, não o mesmo de Domingos. Suspeitamos que Mathias Francisco e Joaquim Francisco de Souza eram parentes ou cultivavam laços de amizade, e quem sabe por isso seus escravizados constituíram relações de compadrio até mesmo por indicação deles. Não foi possível identificar se Jose e Isabel eram casados ou se foram somente parceiros de batizado.

Com as relações de compadrio formadas entre escravizados e escravizadas de propriedades distintas das suas, vimos que uma quantidade considerável de adultos teve padrinhos e madrinhas de outras escravarias. Com isto, os vínculos estabelecidos se estenderam para além da comunidade de senzala da mesma propriedade, com a formação de redes sociais amplas entre locais distintos. Uma situação que pode ter se formado com a interferência dos proprietários ou não, mas que hipoteticamente pensamos na movimentação desses indivíduos de um local ao outro para visitas, onde afilhados visitavam padrinhos e vice e versa. Uma rede de solidariedade constituída pelo vínculo do batismo, sendo que estas pessoas já não eram mais estranhas umas para as outras.

Entre os apadrinhamentos realizados por escravizados de propriedades diferentes daquelas do afilhado ou afilhada, destacamos o apadrinhamento feito por Antonio, que foi padrinho por duas vezes e pela Joanna. Em 10 de setembro de 1843 ocorreram três batizados, o primeiro de Henriqueta, cujo proprietário era Manoel Roiz Bizarro. A escravizada teve como padrinhos, Jozé, de Antônio Jozé Pinto e Joanna, de Joaquim Joze de Andrade³². O segundo batismo foi de Luiz, que pertencia a Rita Candida de Andrade. Este teve como padrinhos, Antonio e Joanna, ambos de Joaquim Jozé de Andrade. O terceiro foi de

³¹ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.212.

³² Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.186.

Benedito³³, que teve como proprietários os sócios, Antônio Jozé Pinto e Manoel Roiz Bizarro. Seus padrinhos foram o Antonio já referido e Delfina, de Antônio Jozé Pinto.

O que se percebeu foi o compadrio estabelecido com dois escravizados por mais de uma vez, sendo que Antonio apadrinhou Luiz e Benedito e Joanna amadrinhou Henriqueta e Luiz. No batismo de Benedito, a madrinha Delfina era também escravizada do mesmo proprietário de Benedito. Em especial, Joanna e Antonio poderiam ser experientes no apadrinhamento de africanos recém-chegados e eram chamados pelos seus proprietários para serem padrinhos como uma estratégia dos proprietários no apaziguamento e inserção destes indivíduos.

Viana de Paula (2015) em pesquisa para a freguesia de São Tomé das Letras, em Minas Gerais, observou uma estratégia dos senhores de pequena posse que incentivavam de alguma forma os seus escravizados a buscarem padrinhos livres em outras escravarias. Tais senhores tinham o interesse de criar laços morais com a comunidade local, da qual faziam parte indivíduos de diversos segmentos sociais (escravizados, libertos, forros, senhores etc.). O investimento no capital relacional dos cativos era uma opção para os proprietários obterem alguma vantagem na relação de compadrio de seus cativos.

O nome de Antônio Jozé Pinto foi identificado na compra de Leopoldina, com 18 anos de idade, no valor de 1.150 contos de réis, em 12 de dezembro de 1859, sendo o vendedor Antônio Clemente da Costa³⁴. Outra compra foi realizada por Antônio Pinto, em 02 de abril de 1862, quando adquiriu Quintino, crioulo, com a idade entre 28 a 30 anos, no valor de 1.500 contos de réis, de Pedro Caysselier³⁵. Uma terceira compra foi feita pelo mesmo Antônio, em 29 de janeiro de 1863, desta vez de Vicente, crioulo, da Província, com idade entre 31 a 35 anos, nesta compra menciona a atividade de serviço doméstico para Vicente. O valor pago foi de 1.200 contos de réis, o vendedor era Henrique Joaquim Pereira da Rocha, preto forro, que morava em Porto Alegre³⁶. Em 24 de março de 1863, Antônio Pinto comprou o pequeno Fermiano, de mais ou menos 7 anos de idade, crioulo, de José Inácio de Barcelos, no valor de 1.050 contos de réis³⁷. O escravizado foi vendido juntamente com João. Então, no mesmo dia

³³ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.187.

³⁴ Compra e venda de escravos. Ano 1859. Livro 3, p. 86r. APERS.

³⁵ Compra e venda de escravos. Ano 1862. Livro 6, p. 49r. APERS.

³⁶ Compra e venda de escravos. Ano 1863. Livro 8, p. 4v. APERS.

³⁷ Compra e venda de escravos. Ano 1863. Livro 8, p. 31v. APERS.

e junto com Fermiano, Antônio Pinto adquiriu João, de mais ou menos 7 anos de idade, crioulo, pelo mesmo valor que Fermiano, o vendedor também era o mesmo³⁸.

Nas negociações feitas por Antônio Jozé Pinto, destacamos a compra de Vicente, em específico, quem realizou a venda do mesmo foi o preto forro Henrique da Rocha. Um demonstrativo de que a aquisição acontecia também por indivíduos saídos da escravidão. Para Slenes (2011, p.61): “Os escravizados podiam até sonhar em conseguir acesso à terra e eventualmente comprar um escravo, uma vez conquistada a liberdade, dada a abundância de terras no Brasil e o preço relativamente baixo dos africanos importados”.

Outros compadrios foram identificados no batismo de adultos, em 13 de setembro de 1844³⁹, duas escravizadas foram batizadas, Rita e Maria, as duas com 16 anos mais ou menos, de nação nagô, pertencentes a João Gomes da Silveira. O padrinho de Rita foi Miguel, preto forro, e a madrinha Joanna, de Maria Jacinta Santiago. Maria teve como padrinho Antônio, de Patrício Garcia Soares de Azevedo e a madrinha Maria, de Francisco Mathias de Souza e Ávila. No dia seguinte, em 14 de setembro de 1844⁴⁰, foi batizada Maria, de 16 mais ou menos, de nação nagô, cujo proprietário era João Gomes da Silveira. O padrinho foi Antônio, já mencionado e a madrinha Maria, do subdelegado Francisco Mathias de Souza e Ávila. Em outros batismos encontramos novamente o nome de Antônio como padrinho. Em 29 de julho de 1845⁴¹, o batizado foi de Manoel, com 18 anos mais ou menos, de nação nagô, seu proprietário era Crispiniano José Martins. O padrinho foi Antônio e a madrinha Maria de Marianna Santiago. No mesmo dia Leopoldina⁴² passou pelo ritual, tinha 16 anos mais ou menos, de nação nagô, do mesmo proprietário e com os mesmos padrinhos. Também foi batizado Jacinto⁴³, com 18 anos mais ou menos, de nação nagô e que teve como padrinhos Antônio e Maria.

A partir dos registros se percebeu que um dos padrinhos escolhidos era forro, uma condição que pouco apareceu nos padrinhos dos adultos. Destacamos o apadrinhamento e a rede feita a partir de Antônio com seus afilhados e afilhadas, pois este foi padrinho de 5 escravizados. Pensamos sobre a importância que Antônio possuía dentro da escravaria e que talvez foi, escolhido pelos proprietários para o apadrinhamento dos adultos. Para os africanos

³⁸ Ibidem, Livro 8, p. 31v. APERS.

³⁹ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.220.

⁴⁰ Ibidem, Livro 4, fl.220.

⁴¹ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.83.

⁴² Ibidem, Livro 4, fl.83.

⁴³ Ibidem, Livro 4, fl.83.

recém-chegados em Taquari pode ter sido um nome de referência para o dia a dia nas propriedades, Antônio era alguém que já conhecia o funcionamento e as regras das propriedades, conhecia mais pessoas que aqueles que estavam chegando.

Ao buscarmos nas cartas de liberdade os nomes dos escravizados e escravizadas apadrinhados, identificamos o nome do proprietário Crispiniano José Martins. Este registrou em cartório, em 09 de agosto de 1879, duas alforrias. A primeira de Francisco⁴⁴, matriculado em São Miguel, que obteve carta de liberdade incondicional. No texto da carta constou que Francisco apresentou um valor para a compra de sua alforria. A segunda de Leopoldina⁴⁵, matriculada em São Miguel, com 50 anos de idade, teve a liberdade plena. Supomos que a referida Leopoldina seja a mesma que foi batizada em 1845, com mais ou menos 16 anos, pois ao fazer a soma do tempo que permaneceu servindo ao Crispiniano chegamos exatamente à idade de 50 anos quando Leopoldina obteve sua liberdade, ou seja, a escravizada serviu ao dito proprietário pelo tempo de 34 anos.

Na documentação de compra e venda o nome de Crispiniano José Martins também foi mencionado. Este realizou duas negociações, uma venda e uma compra de cativos. Em 08 de agosto de 1861⁴⁶, vendeu para Luiz da Silva Rosa a escravizada chamada Eva, crioula, com mais ou menos 47 anos, no valor de 800 mil réis. Em 02 de novembro de 1870⁴⁷, comprou de Antônio Ferreira Canabarro, morador de São Gabriel, e outros, Antônio, solteiro, preto, de mais ou menos 26 anos, da Vila de Taquari, no valor de 1.300 contos de réis. A partir dos batismos, das alforrias e das negociações de compra e venda, vimos que Crispiniano era atuante na exploração de mão de obra escravizada em Taquari por um bom período de tempo, ao vermos por exemplo, a quantia de anos que a Leopoldina esteve escravizada em sua propriedade até a obtenção de sua liberdade. Possivelmente, mais escravizados, além dos mencionados, estiveram como posse do dito proprietário e que não foi possível identificar nas fontes levantadas nesta tese.

Em 20 de outubro de 1844⁴⁸, Joanna foi batizada; de nação nagô, pertencia ao proprietário Domingos José Viana. Seu padrinho foi Antônio de Pedro Gonçalves de Azevedo Caminha e Francisca de Manoel José de Nascimento. Pedro e Francisca apadrinharam no

⁴⁴ Carta de Liberdade. Ano 1879. Livro 6, p. 31v. APERS.

⁴⁵ Carta de Liberdade. Ano 1879. Livro 6, p. 32r. APERS.

⁴⁶ Compra e venda de escravos. Ano 1861. Livro 5, p. 21v. APERS.

⁴⁷ Compra e venda de escravos. Ano 1870. Livro 17, p. 49v. APERS.

⁴⁸ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.239.

mesmo dia, a africana Roza⁴⁹, de nação nagô, porém, de outro proprietário, Ignácio Antônio da Silva Ramos. Identificamos o inventário de Domingos José Viana e sua mulher Laura Pereira Viana⁵⁰, o casal em 1884 inventariou cinco indivíduos. Eram eles: Adão, 32 anos, no valor de 600 mil réis, Camilo, 21 anos, 600 mil réis, Benedito, 21 anos, 600 mil réis, Anastácio, 26 anos, aleijado, 300 mil réis, Marcos, 56 anos, no valor de 150 mil réis. Entre todos os inventariados nomeados do casal não vimos o nome da escravizada Joanna, batizada em 1844.

Em 03 de maio de 1845, José passou pelo ritual do batismo, o mesmo tinha 18 anos, era de nação nagô e tinha como proprietário Francisco de Quadros. O padrinho foi Matheus e a madrinha Luiza, ambos de José Caetano de Jezuz⁵¹. Na mesma data, ocorreu o batizado de Cândida⁵², com 18 anos, de nação nagô, também de propriedade de Francisco de Quadros. Os padrinhos foram os mesmos convidados para José. Encontramos algumas negociações de compra e venda envolvendo o nome de Francisco de Quadros. Este em 04 de novembro de 1861⁵³, vendeu o pequeno Justino, com mais ou menos cinco meses, no valor de 100 mil réis para Geraldo Caetano Pereira. A mãe de Justino se chamava Cândida e acreditamos que se tratava da mesma Cândida batizada em 1845. Alguns anos mais tarde, em 30 de abril de 1867⁵⁴, Francisco de Quadros e Inácia Maria de Jesus realizaram a venda de uma escravizada, de mais ou menos 40 anos, no valor de 500 mil réis, para Albino José de Oliveira. Em 18 de setembro de 1869⁵⁵, Albino José de Oliveira vendeu uma escravizada chamada Cândida, com mais ou menos 42 anos, no valor de 600 mil réis, para João Ferreira Brandão. Já, em 05 de novembro de 1875⁵⁶, João Brandão vendeu Cândida, com 51 anos, preta, solteira, no valor de 600 mil réis, para Jaime Paradedá & Filhos, moradores de Porto Alegre.

A partir da soma dos anos concluímos que Cândida era a mesma pessoa apresentada nos diferentes registros mencionados. Tivemos então, em 03 de maio de 1845 o seu batizado, em 25 de fevereiro de 1861 seu filho, um bebê de mais ou menos cinco meses foi vendido. Em 30 de abril de 1867, tinha em torno de 40 anos, quando foi vendida. Em 18 de setembro de 1869, novamente foi envolvida em negociação, em 05 de novembro de 1875 passou por

⁴⁹ Ibidem, Livro 4, fl.239.

⁵⁰ Inventário de Domingos José Viana e sua mulher Laura Pereira Viana. Ano 1884. Número 351. Vara de Família e Sucessão. APERS.

⁵¹ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.82

⁵² Ibidem, Livro 4, fl.82.

⁵³ Ibidem, Livro 5, p. 52r.

⁵⁴ Compra e venda de escravos. Ano 1867. Livro 11, p. 97v. APERS.

⁵⁵ Compra e venda de escravos. Ano 1869. Livro 14, p. 23v. APERS.

⁵⁶ Compra e venda de escravos. Ano 1875. Livro 25, p. 188v. APERS.

mais uma venda e neste ano estava com 51 anos. Procuramos pela liberdade de Cândida, mas ao verificarmos as alforrias não identificamos nenhuma carta de liberdade que pudesse ser a dela.

Em busca pelas atas da câmara de vereadores de Porto Alegre referentes aos anos de 1866 a 1875, encontramos a firma Jaime Paradedá & Filhos. Em 1874, no mês de fevereiro, a firma enviou ofício à Câmara de Porto Alegre solicitando modificações no parecer da Comissão do Mercado e que também aprovasse o resgate anual das Apólices da dívida municipal provenientes do Mercado. A câmara rejeitou a proposta da Jaime Paradedá & Filhos que solicitava a obrigação de que as quitadeiras do Mercado usassem exclusivamente tabuleiros de ferro (LIVRO 18, 1874, Ofício 19).

No século XIX, a área onde se localiza o Mercado Público de Porto Alegre era de intensa circulação de negros. Nos locais aos arredores era permitido a venda de comestíveis. Era um ir e vir intenso de negros nessas áreas durante o dia, realizando a venda de produtos para as pessoas que circulavam pelo centro da cidade. Entre os vendedores estavam as chamadas negras-minas, que vendiam quitutes e ervas medicinais da segunda metade do século XIX até meados do século XX, sendo valorizadas pelo conhecimento que tinham sobre o consumo de ervanário para a cura de determinados males do corpo (VARGAS, 2011).

A partir das informações sobre a firma Jaime Paradedá & Filhos e dos entornos do Mercado retornamos para a venda de Cândida. Como a mesma foi vendida para esta firma supomos que tenha sido levada para Porto Alegre a fim de trabalhar como escravizada de ganho, uma prática que comumente acontecia na área do Mercado Público, como foi visto. Na verificação das fontes documentais que tínhamos para Taquari, não encontramos mais uma referência ao nome de Cândida que pode ter saído de Taquari por ter sido adquirida por moradores de Porto Alegre da firma mencionada.

“A respeito da separação ocorrida entre mãe e filho, entre Cândida e seu filho Justino”. Um bebê foi separado do leite materno, dos cuidados da mãe, separado de sua proteção. Talvez Justino tenha ido para uma propriedade distante daquela em que Cândida se encontrava, mas mesmo que estivesse em um local próximo, será que, em algum momento Cândida conseguiu vê-lo novamente? Encontrou alguma maneira de se aproximar do filho, mesmo ele tendo outro proprietário? Na outra propriedade, como e por quem foi cuidado? Outra escravizada de Geraldo Caetano Pereira lhe amamentou e assumiu o papel de Cândida?

Por quanto tempo permaneceu como propriedade do dito Geraldo Pereira? Quando Justino obteve sua liberdade? Para quantos proprietários serviu até se tornar liberto? São muitas as questões que surgem sobre os caminhos de Justino, conseguimos saber de sua filiação e um dos proprietários, mas é pouco perante toda a sua trajetória de vida, o que demonstra a crueldade do sistema escravista que separou tantas pessoas, tantas famílias, tantos filhos de suas mães.

A respeito dos caminhos de Cândida sabemos pouco também, porém, bem mais do que seu filho Justino. Sabemos de seu batismo católico ocorrido quando tinha 18 anos; no entanto, antes disso teve uma trajetória de vida por nós desconhecida; não temos documentação que dê conta da vida de Cândida. Era africana de origem nagô (iorubá), vítima do tráfico atlântico que é importante frisarmos que operava de forma ilegal em 1845, pois a Lei de 7 de novembro de 1831 proibia o tráfico negreiro e garantia a liberdade a todos os escravizados que entrassem no Brasil a partir dessa data. Entretanto, esta Lei não foi cumprida pelos comerciantes e compradores, o que pode ser observado no caso de Cândida, que teve seu batizado realizado em 1845. A retirada à força do local de origem, do convívio dos parentes, da comunidade, da cultura é um marco da violência de todo o sistema do tráfico transatlântico. Tráfico este que alimentou as demandas produtivas de tantas propriedades espalhadas pelo Brasil desde o século XVI, entre elas, incluídas as de Taquari, que tiveram proprietários como Francisco de Quadros e Albino José de Oliveira que adquiririam africanos e africanas.

Em 14 de setembro de 1845, foram batizados três adultos pertencentes a Silvério José Marques, os africanos João, Roque e Maria⁵⁷, todos de nação nagô que tiveram como padrinhos Manoel e Maria, ambos de Francisco Manoel de Souza. Os padrinhos Manoel e Maria formaram laços de parentesco com os três africanos, que não estavam na mesma propriedade destes. Com isso, percebemos que Manoel e Maria eram requisitados para apadrinharem, possivelmente, já tinham experiência como padrinhos e eram conhecedores do funcionamento da realidade das propriedades que exploravam mão de obra escravizada. O registro não mencionou se os padrinhos também eram de nação africana ou crioulos.

Na documentação de compra e venda de anos posteriores, encontramos o nome de Silvério José Marques, tanto como comprador quanto como vendedor. Em 20 de dezembro de

⁵⁷ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.84.

1861, realizou a venda para Ângelo Teixeira da Rosa, de Domingas⁵⁸, com mais ou menos 11 anos, crioula, no valor de 1.000 contos de réis. Em 17 de maio de 1862, comprou de Antônio G. da Silveira e de sua esposa, a jovem Semiana⁵⁹, entre 16 a 18 anos, crioula, no valor de 2.000 contos de réis. Em 30 de julho de 1862, fez a compra de Marcelino⁶⁰, com mais ou menos 15 anos de idade, crioulo, no valor de 1.000 contos de réis, do vendedor Francisco de Souza Machado. Em 19 de março de 1863, Silvério vendeu uma criança chamada José⁶¹, com 6 anos, crioulo, cuja mãe se chamava Maria, no valor de 600 mil réis, para o Major Antônio Victor Sampaio Mena Barreto. O batizado de José foi realizado em casa. José foi vendido com outro escravizado, na verdade, junto com um bebê de 4 meses, chamado Adão⁶², crioulo, que também era filho de Maria, avaliado em 400 mil réis e batizado em casa. O comprador de Adão foi também o citado Major Barreto. Logo depois, em 02 de abril de 1863, Silvério vendeu Joana⁶³, que tinha entre 15 e 17 anos, crioula, no valor de 1.400 contos de réis, novamente para Mena Barreto. Em 05 de fevereiro de 1867, foi feita a venda por Silvério, de Marcolino⁶⁴, no valor de 1.200 contos de réis, para Serafim José Cardoso. Em 01 de março de 1867, Silvério comprou Maria⁶⁵, com mais ou menos 8 anos de idade, no valor de 400 mil réis, de Miguel Pereira da Silva. No mesmo dia foi feita a compra pelo vendedor Joaquim de Azambuja Vila Nova, de João⁶⁶, no valor de 800 mil réis.

A partir das negociações de compra e venda e dos batismos referentes ao proprietário Silvério José Marques vimos que, entre os anos de 1845 a 1867, este proprietário possuía 12 indivíduos. Com destaque para crianças e adolescentes, tanto na compra como na venda. Entre as crianças estavam José e Adão, ambos filhos da africana Maria, mas que foram separados da mesma em detrimento da negociação realizada pelo Silvério Marques para Mena Barreto. Novamente tivemos uma situação de separação, como foi mencionada no caso de Cândida e Justino, anteriormente.

⁵⁸ Compra e venda de escravos. Ano 1861. Livro 6, p. 2r. APERS.

⁵⁹ Compra e venda de escravos. Ano 1862. Livro 6, p. 61r. APERS.

⁶⁰ Compra e venda de escravos. Ano 1862. Livro 7, p. 2r. APERS.

⁶¹ Compra e venda de escravos. Ano 1863. Livro 8, p. 30v. APERS.

⁶² Ibidem, Livro 8, p. 30v.

⁶³ Compra e venda de escravos. Ano 1863. Livro 8, p. 39r. APERS.

⁶⁴ Compra e venda de escravos. Ano 1867. Livro 11, p. 84v. APERS.

⁶⁵ Compra e venda de escravos. Ano 1867. Livro 11, p. 85v. APERS.

⁶⁶ Ibidem, Livro 11, p.85v.

3.3.4 Laços de compadrio entre escravizados

Observamos na classificação que escravizados e escravizadas batizaram adultos, mas no registro o pároco não mencionou se estes pertenciam ao mesmo proprietário do adulto que estava sendo batizado. Por isso, resolvemos separar alguns desses nomes que estavam na condição de escravizados, porém, não conseguimos identificar se eram da mesma propriedade ou não. Pedro e Graça apadrinharam em 14 de novembro de 1812⁶⁷ a africana Francisca, de nação congo, seu proprietário era Joaquim Francisco de Souza. No mesmo dia também foi batizada a escravizada Joaquina⁶⁸, de nação congo, que pertencia ao proprietário Francisco Gomes Pereira. O apadrinhamento se deu por Miguel e Clara. Outra africana batizada também no mesmo 14 de novembro foi Joanna⁶⁹, de nação congo, de Miguel José Cardozo. A madrinha de Joanna foi Maria e o padrinho foi Pedro. A africana Maria, da costa, foi batizada em 14 de março de 1813⁷⁰, sua proprietária era a viúva Rita Maria, seus padrinhos foram Francisco e Maria, escravizados. No mesmo ano de 1813, em 07 de novembro⁷¹, ocorreu o batismo do africano Antônio, de nação congo, cujo proprietário era Manoel Antônio da Rosa. Os padrinhos de Antônio foram Antônio e Joaquina.

Nos registros acima, os proprietários eram todos diferentes e também os padrinhos. Dos cinco batizados realizados, quatro foram de africanos de nação congo e um da costa. Então, entre os anos de 1812 e 1813 tais proprietários citados adquiriram mais escravizados do congo. Para os padrinhos e madrinhas não foram citadas as suas origens, com isso não sabemos se estes tinham essa proximidade étnica com seus afilhados, o que facilitaria para os afilhados se seus padrinhos, por exemplo, dominassem sua língua.

Em 14 de novembro de 1813⁷², Antonio de nação mina foi batizado. Os padrinhos de Antonio foram Jozé e Isabel. O proprietário de Antonio se chamava Joaquim Francisco de Souza. Acreditamos que os mesmos Jozé e Isabel batizaram no dia 18 de novembro do mesmo ano⁷³, o africano João, de nação congo, mas João não pertencia ao mesmo proprietário de Antonio, sendo seu proprietário Manoel Antonio da Rosa. Em 29 de junho de 1813⁷⁴, os

⁶⁷ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.103.

⁶⁸ Ibidem, Livro 3, fl.103.

⁶⁹ Ibidem, Livro 3, fl.103.

⁷⁰ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.110.

⁷¹ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.125.

⁷² Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.127.

⁷³ Ibidem, Livro 3, fl.127.

⁷⁴ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.117.

africanos da costa, Jozé, Joaquim, Antônio e Thomas foram batizados, todos na mesma cerimônia, e todos estes pertenciam ao mesmo Bento José Duarte. Os padrinhos dos quatro africanos foram Domingos e Maria, ambos escravizados. Não sabemos se eram casados ou apenas companheiros de senzala.

Em 25 de setembro de 1814⁷⁵, Ignácio e Anna apadrinharam a africana de nação da costa, Joanna de José Gomes Junqueira. Jozé e Rosa apadrinharam, em 31 de novembro de 1815⁷⁶, a africana Francisca, de nação da Costa, o proprietário de Francisca era Pedro Mendes. Em 26 de julho de 1818⁷⁷, ocorreu o batismo de Manoel, com 20 anos mais ou menos, do congo, cujo proprietário era Francisco Jose Dias. Os padrinhos de Manoel foram Joaquim e Ana, ambos escravizados. Em 18 de março de 1821⁷⁸, Miguel e Mathias, ambos de Antônio Gomes Junqueira foram batizados. Os padrinhos dos dois foram Joaquim e Narcisa.

O proprietário Antônio Gomes Junqueira realizou uma negociação de compra de em 02 de março de 1864⁷⁹. Na ocasião comprou de Eusébio Ribeiro da Silva, Manoel, crioulo, com 35 anos mais ou menos, no valor de 1.100 contos de réis. O nome de tal proprietário foi identificado somente na fonte de compra e venda uma única vez. Talvez tenha feito outras negociações no decorrer do período, mas que não tivemos o conhecimento dos registros.

O escravizado Francisco, de João Antônio dos Santos foi batizado em 06 de julho de 1821⁸⁰, os padrinhos de Francisco foram Joaquim e Maria. O nome de João Antônio dos Santos constou também em uma negociação em 10 de dezembro de 1882. Este vendeu na ocasião Felizarda⁸¹, solteira, crioula, com 19 anos de idade, no valor de 400 mil réis para Jerônima Luíza Dorneles. O registro foi feito na freguesia de Santo Amaro. Não podemos afirmar que João realizou somente essa negociação e nem se era possuidor de uma escravaria pequena ou média. Pois no decorrer dos anos tal proprietário pode ter adquirido outros cativos e estes não constarem nos registros que analisamos.

Em 25 de dezembro de 1824⁸², Serafim, do congo, foi batizado, teve como padrinhos Manoel e Maria, ambos escravizados. O proprietário de Serafim era Silverio Ignacio Teixeira.

⁷⁵ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.151.

⁷⁶ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.184.

⁷⁷ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.206.

⁷⁸ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.222.

⁷⁹ Compra e venda de escravos. Ano 1864. Livro 8, p. 89v. APERS.

⁸⁰ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.224.

⁸¹ Compra e venda de escravos. Ano 1882. Livro 18, p. 20r. APERS.

⁸² Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.261.

Acreditamos que os mesmos Manoel e Maria apadrinharam João, moçambique, em 20 de fevereiro de 1825⁸³, que pertencia a José Gomes Junqueira. Em 20 de março de 1825⁸⁴, João passou pelo batismo este era de Manoel Junqueira, possivelmente familiar de José Gomes. O apadrinhamento de João foi feito por José e Leonor. Os padrinhos Pedro e Angélica batizaram no mesmo dia em que João, o africano Pedro⁸⁵, cabinda, que pertencia ao proprietário Ignácio Ramos. O mesmo proprietário batizou Lucas⁸⁶, congo, também em 20 de março de 1825, porém, os padrinhos não foram os mesmos. Os padrinhos de Lucas foram Manoel e Maria que haviam apadrinhado mais vezes. Também no mesmo 20 de março⁸⁷, Manuela foi batizada, era de nação nagô, cujo proprietário era Felipe Dias Vidal. A madrinha de Manuela foi Joana e o padrinho Antônio.

Os padrinhos Manoel e Maria apareceram mais de uma vez, assim como Pedro e Angélica. São nomes que não conseguimos saber se eram africanos ou crioulos, os seus afilhados receberam sua proteção, segundo o que pregava o ritual do batismo católico. Caso fossem escravizados dos mesmos proprietários dos adultos, a chance era maior dessa proteção ocorrer no cotidiano. Lançamos essa ideia de forma hipotética, não temos certeza se todos os padrinhos e madrinhas estavam nas mesmas propriedades em que esses africanos recém-chegados.

Em 20 de abril de 1825⁸⁸, o batismo foi de Patrício, cabinda, de Pedro Antônio Mendes. O apadrinhamento se deu por Domingos e Maria. Em 25 de dezembro de 1827⁸⁹, o batismo foi de Luís, que tinha como proprietário Francisco Santos Duarte. O apadrinhamento foi feito por João e Maria. No ano seguinte, em 23 de março de 1828⁹⁰, Maria de Juliano José Alves, teve como padrinhos João e Maria, não sabemos se foram os mesmos que apadrinharam Luís. Os padrinhos Arlindo e Felisberta batizaram José, de África, em 17 de outubro de 1830⁹¹. O proprietário de José era José Martins Coelho. Em 26 de outubro de

⁸³ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.264.

⁸⁴ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.265.

⁸⁵ Ibidem, Livro 3, fl.265.

⁸⁶ Ibidem, Livro 3, fl.265.

⁸⁷ Ibidem, Livro 3, fl.265.

⁸⁸ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.266.

⁸⁹ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.291.

⁹⁰ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.293.

⁹¹ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.9.

1830⁹², o batizado foi de João, benguela, o proprietário era Felipe José da Costa. Os padrinhos de João foram Antonio e Emerenciana.

No dia 13 de agosto de 1831⁹³, o africano Manoel, de nação benguela, que tinha como proprietário Victorino Francisco de Souza foi batizado. O padrinho foi Antônio e a madrinha Teresa. Joaquim e Leonor apadrinharam Maria de José Ferreira Gomes, em 15 de junho de 1834⁹⁴. O nome da madrinha Leonor já apareceu em registro anterior, mas não há certeza se tratava-se da mesma. Em 04 de maio de 1849⁹⁵, o menino de 12 anos, Manoel, de nação nagô, cujo proprietário era Manoel Alves dos Reis Louzada. O apadrinhamento de Manoel foi feito por José moçambique e por Marta. Em 16 de fevereiro de 1850⁹⁶, houve o batismo de Cândida, com 20 anos de idade, de nação nagô, a mesma era de Francisco de Quadros. Os padrinhos foram José e Maria.

Os batizados de adultos em Taquari nos anos mencionados remetem para os desembarques ocorridos de novos africanos no Brasil, mais especificamente, no Rio de Janeiro. De acordo com Florentino e Góes (1997), no intervalo de 1790 a 1808, os desembarques chegavam a uma média de 9.224 africanos por ano. O comércio de homens tinha certa estabilidade com o crescimento de 0,35% anuais até o ano de 1808. Com a chegada da família real e a abertura dos portos coloniais ao comércio internacional houve um aumento dos desembarques. Entre 1809 e 1811 o número de desembarques passou de 13.171 para 23.230. Entre 1812 e 1815 o movimento de importação de negros diminuiu e depois voltou a subir no período de 1816 a 1818. Durante os anos seguintes, o comércio estabilizou, com exceção do ano de 1823, em detrimento da crise da Independência. As elites escravocratas do Sudeste passaram a comprar de forma desenfreada africanos no período de 1826 e 1830, o porto carioca teve o desembarque de 37.200 africanos.

A chegada de jovens e adultos em Taquari pode estar relacionada com esses desembarques que se deram no Rio de Janeiro nos períodos mencionados por Florentino e Góes. Provavelmente os africanos batizados em Taquari foram desembarcados no porto carioca e depois negociados e encaminhados para o Rio Grande do Sul. Trabalhamos com esta

⁹² Ibidem, Livro 4, fl.9.

⁹³ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.27.

⁹⁴ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.91.

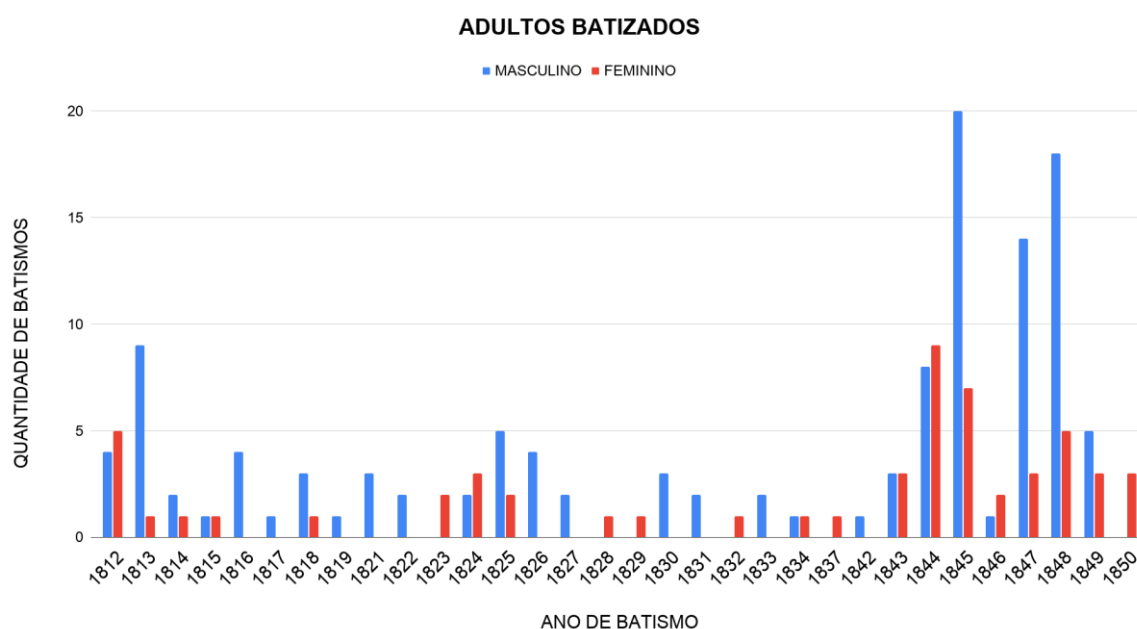
⁹⁵ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.89.

⁹⁶ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.445.

hipótese de que muitos dos cativos adquiridos em Taquari saíram do Rio de Janeiro. Estes foram desembarcados no porto de Rio Grande e depois embarcados rumo ao porto de Taquari.

A respeito da quantidade de homens e mulheres que foram batizados em Taquari no período de 1812 a 1850, observamos uma maior ocorrência entre os anos de 1844 e 1849 (GRÁFICO 2). Houve uma demanda expressiva pela mão de obra masculina em comparação com a feminina. Vale ressaltar que foi uma demanda pautada no tráfico ilegal de africanos, pois a Lei de 7 de novembro de 1831 proibia a importação para o país e punia todos os envolvidos na atividade ilegal, da tripulação do navio negreiro ao comprador dos africanos contrabandeados (MAMIGONIAN, 2017).

Gráfico 2 - Batismos de adultos em Taquari

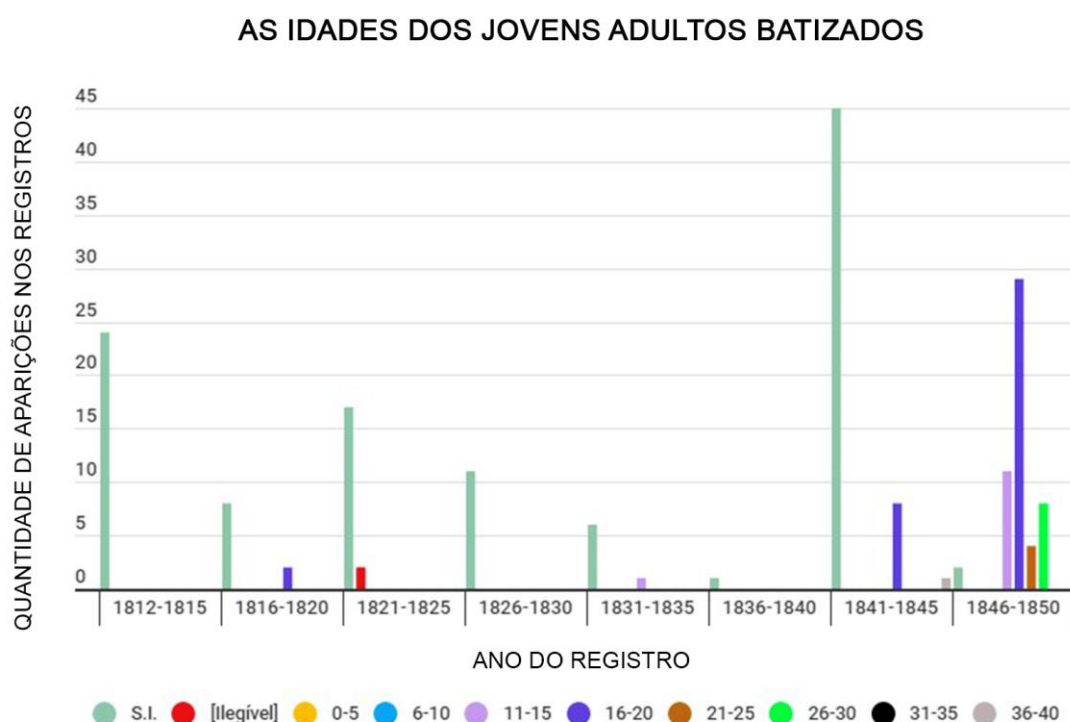


Fonte: Becker e Pires (2021).

O aumento dos batismos na década de 1840 em Taquari pode estar relacionado com a proximidade do fim do tráfico que acabou somente em 1850, quando os proprietários, na tentativa de garantir novos africanos em suas propriedades, aumentaram a aquisição nessa última década. De qualquer forma, o que se percebeu foi uma aquisição por parte de muitos proprietários de uma mão de obra escravizada africana ilegal quando retomamos a existência de uma Lei que havia sido aprovada em 1831. Mais um item para se debater e analisar a respeito do passado escravista da atual região do Vale do Taquari, que também tem essa característica de um uso do trabalho forçado africano pautado na ilegalidade.

Um fator analisado dentro da demanda de africanos nos anos mencionados foram as idades, estas citadas em registros dos batizados entre 1812 e 1850 (GRÁFICO 3). A partir de 1836 se percebeu um aumento de indivíduos adultos na faixa etária dos 16 aos 20 anos. Na década de 1840 a faixa etária de 11 a 15 anos, que seriam jovens, seguido pela faixa de 26 a 30 anos. Retomando o gráfico 1, vimos que nessa década antes do final do tráfico a demanda foi maior pela mão de obra masculina.

Gráfico 3 – Batismos e as idades

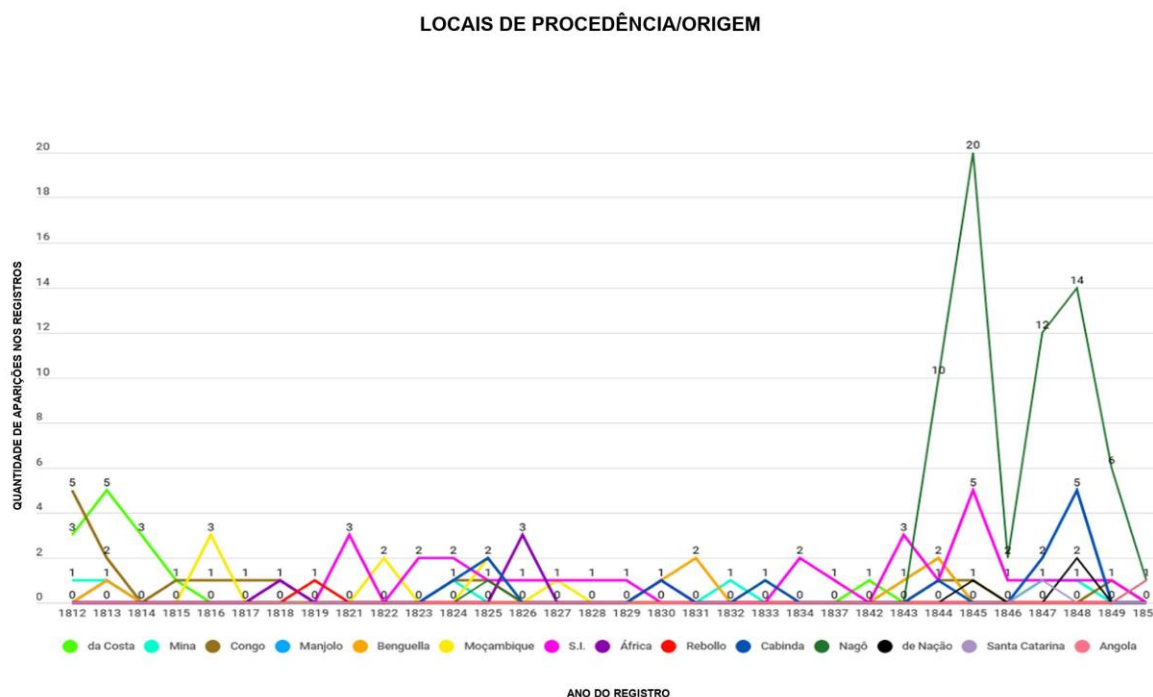


Fonte: Becker e Pires (2021).

De maneira geral, observamos uma predominância da faixa etária dos 16 aos 20 anos, a partir do ano de 1840. Podemos relacionar isso com as pressões de fim de tráfico, com as necessidades advindas das propriedades para onde estes indivíduos foram inseridos, sendo esta busca em maior quantidade pelos homens, o que demonstrou que nestes locais os proprietários possuíam tarefas destinadas para uma força masculina. São poucas as informações que conseguimos obter sobre a produção dessas propriedades, ainda é necessário investigar com mais profundidade os nomes dos proprietários da mão de obra escravizada em Taquari, pois pode ser uma forma de chegar às atividades desempenhadas. Ainda falta uma identificação do que produzia cada propriedade que adquiriu a força escravizada.

Outro fator apontado na análise dos registros de batismos se refere aos locais de procedência dos jovens e adultos africanos. Muitos dos assentos paroquiais mencionaram junto com demais informações a procedência/origem dos homens e mulheres que foram retirados à força desses locais e fizeram a travessia atlântica (GRÁFICO 4). Para Taquari identificamos alguns locais de procedência e percebemos uma certa diversidade de origens dos indivíduos que estiveram por determinado período na Paróquia ou que nela permaneceram mesmo com a obtenção da liberdade; o que instigou-nos também a respeito das trocas culturais que se deram naquele contexto e para além dele, pois diríamos que o legado cultural está no tempo presente entre os descendentes.

Gráfico 4 – Os grupos étnicos de africanos



Fonte: Becker e Pires (2021).

Em destaque no Gráfico 3 se tem o ano de 1843, onde em Taquari preponderava o grupo étnico de africanos provenientes da região da África Ocidental, os de nação nagô. Segundo Costa (2016, p.163) “Nagô era a denominação usada para originários da região Iorubá”. Pelo gráfico é possível notar um aumento de aquisição dos nagôs no intervalo de 1843 e 1846, já em 1846 diminui e depois o número aumenta novamente no mesmo ano de 1846 e em 1850 decaiu. Em 1850 é algo já esperado em função da extinção do tráfico atlântico. Nos anos anteriores não foi identificada nos registros de batismo a nação nagô. Uma

hipótese sobre a presença nagô em Taquari pode estar relacionada com o levante dos malês na cidade de Salvador em 1835. Neste sentido, Pinto (2012) em pesquisa para a cidade de Pelotas identificou nagôs e em determinado momento comenta que uma escravizada fora vendida por seu senhor baiano para a Província do Rio Grande de São Pedro, em específico, para Pelotas. Fato que poderia estar relacionado com a situação delicada provocada pelo levante dos malês. Então, usando o apontado para Pelotas, a entrada de nagôs em Taquari na década de 1840 pode ter relação com os acontecimentos na Bahia.

Em Pelotas, na primeira metade do século XIX havia uma sociedade escravista com diferentes marcas e dialetos. Na cidade circulavam sujeitos de nação, como os cassanges, angolas, cabindas, monjolos, mas também indivíduos oriundos da África Ocidental, como os minas, da costa, gegês e nagôs. Outros vieram da região da África Oriental, que foram os moçambiques. Porém, em Pelotas o grupo étnico que esteve em maior quantidade antes do término do tráfico era oriundo da região da África Central Atlântica, sendo 53% de indivíduos arrolados nas escravarias da localidade (PINTO, 2012; 2017).

Petiz (2009) analisou os registros de batismos do período de 1755 a 1809 de Rio Pardo. O pesquisador obteve a quantia de 83 africanos batizados, sendo 50% provenientes da África Central Atlântica, com destaque para Angola (21,69%). Os originários da África Ocidental (Costa da Mina), configuraram 12,04% e da África Oriental (Moçambique), a quantidade de 3,61%. Nos anos de 1810 a 1835, os batismos de africanos mantiveram o mesmo movimento. Em tal cenário predominavam os oriundos da África Central Ocidental, os congos e cabindas. Houve uma pequena elevação da Costa Ocidental, com maior presença dos guinês e minas. Continuaram com pouca expressividade os originários da Contra-Costa, somando 43 indivíduos.

Para Rio Pardo, o pesquisador não mencionou os nagôs talvez em função de seu recorte temporal que não contemplou a década de 1840 como vimos para o caso de Taquari. Porém, citou os escravizados da Costa Ocidental, entre eles, os Minas que também eram conhecidos como nagôs. Em relação à isso, Perussatto (2010) em investigação também para Rio Pardo observou na fonte documental inventário a presença nagô, mas em pequeno número, a pesquisadora analisou os anos de 1860 a 1888.

Ainda sobre os minas, Scherer (2008) em análise de cartas de liberdade para a cidade de Rio Grande entre os anos de 1810 e 1865, verificou uma forte presença dos denominados

minas. A capacidade de obterem a alforria se relaciona com a capacidade que os africanos ocidentais tinham de acumular pecúlio em ambientes urbanos, em função de suas ocupações em atividades ligadas ao comércio. Essa presença se tornou mais evidente e se deu a partir de 1835 e teve seu ápice, após 1850. Esse aumento pode estar relacionado com o chamado “efeito malê” e às mudanças no abastecimento para o Rio Grande durante o período de ilegalidade do tráfico de africanos.

3.3.5 O apadrinhamento na mesma propriedade

Em 23 de junho de 1816⁹⁷, houve o batismo de Matheus, nação congo, este era de Joaquim Luiz de Araújo. O apadrinhamento se deu pela escravizada de Joaquim, chamada Joaquina. O padrinho junto com Joaquina foi Matheus, mas que pertencia a Antônio de Sousa. Neste caso, apenas a madrinha era também do mesmo proprietário do escravizado em batismo. Para Matheus que estava se inserindo na propriedade de Joaquim ter uma madrinha da mesma propriedade era importante para os arranjos cotidianos e quem sabe construiu uma relação de amizade entre madrinha e afilhado, assim como, com o padrinho que estava em outra propriedade. Imaginamos que estas relações forjadas pelos batismos foram vivenciadas e influenciaram nas circunstâncias em cativeiro.

Ao buscarmos em demais fontes documentais pelo nome de Joaquim Luiz de Araújo, o proprietário de Matheus, identificamos seu nome em um registro de compra e venda em um ano bem posterior ao ano de 1816, ano do batismo do dito escravizado. Em 18 de janeiro de 1870⁹⁸, Joaquim comprou de Albano José de Oliveira a menina Rita, crioula, de mais ou menos nove anos. O valor pago por Rita foi de 550 mil réis. Uma década depois, em 1880, encontramos novamente o nome da escravizada Rita no inventário⁹⁹ de Joaquim Luiz de Araújo. O referido proprietário deixava como herança uma única escravizada, que era a Rita, que estava com 21 anos e valia 500 mil réis.

Em relação a Joaquim este teve o africano Matheus e a crioula Rita. O intervalo de tempo entre o batizado de Matheus e a compra de Rita, foi de 54 anos. Não sabemos por quanto tempo Matheus permaneceu na propriedade de Joaquim, se foi por um curto ou longo

⁹⁷ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.192.

⁹⁸ Compra e venda de escravos. Ano 1870. Livro 14, p. 78r. APERS.

⁹⁹ Inventário de Joaquim Luiz de Araújo. Ano 1880. Número 317. Vara de Família e Sucessão. APERS.

tempo. O tempo de Rita foi possível calcular pela data de sua compra até o inventário, o que foi um intervalo de 10 anos.

Jacinto e Maria, ambos de Felizarda Joaquina, batizaram Felipa, de nação cabinda, no dia 15 de fevereiro de 1824¹⁰⁰. Outro casal de padrinhos foi José e Theresa, estes apadrinharam Laurindo, de 20 anos, de Faustina Rosa de Brito, a mesma era proprietária dos padrinhos, o batismo ocorreu em 5 de abril de 1846¹⁰¹. Quem também teve padrinhos da mesma escravaria foi Roque, de 18 anos, adquirido pelo João Pereira da Silva Bilhar, seus cativos Felisberto e Rosa apadrinharam Roque, em 25 de junho de 1847¹⁰². O mesmo Felisberto foi padrinho de Joaquina, com 16 anos, de nação nagô, o detalhe é que Joaquina foi recebida de herança por Carolina Pereira de seus pais, a mesma era filha de João Bilhar¹⁰³. Com isso supomos que Felisberto foi escolhido pelo Tenente Bilhar para apadrinhar seus adultos e de seus parentes, no caso de sua filha. Ao verificarmos também o inventário de João Pereira da Silva Bilhar realizado no ano de 1884, possível data de seu falecimento, encontramos entre os nomes dos escravizados deixados como herança o nome de Felisberto que acreditamos se tratar do mesmo Felisberto dos batismos, no inventário constava que o mesmo tinha 60 anos, que era pardo, e seu valor era de 100 mil réis¹⁰⁴.

O caso de Felisberto apresentou uma peculiaridade, como a informação de que era pardo, algo que já o diferenciava dos demais de sua propriedade e também por pertencer ao Tenente Bilhar, alguém que possuía um status social na paróquia. Então, o fato de ser escolhido como padrinho talvez tenha representado e possibilitado aos seus afilhados e afilhadas alguma vantagem social dentro do cativo.

Em 01 de novembro de 1844¹⁰⁵, o africano José, de nação nagô, passou pelo ritual católico do batismo. O proprietário de José era Duarte José Martins. Os padrinhos foram os mesmos de Duarte, José e Felícia. Mais um exemplo da formação de compadrio dentro de uma mesma propriedade e com a firmação de laços de um parentesco espiritual que teve sua importância no cotidiano da escravidão. Para Ramos (2004) o compadrio tinha a mesma função exercida pelas irmandades, sendo um mecanismo de criação de espaços de convívio nos quais poderiam manter sua cultura. Estimulava a formação de lideranças próprias,

¹⁰⁰ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.251.

¹⁰¹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.91.

¹⁰² Ibidem, Livro 5, fl.98.

¹⁰³ Ibidem, Livro 5, fls. 98-99.

¹⁰⁴ Inventário de João Pereira da Silva Bilhar. Ano 1884. Número 355. Vara de Família e Sucessão. APERS.

¹⁰⁵ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.233.

mantendo estes processos dentro de uma estrutura luso-brasileira aceitável. As duas instituições, o espaço cultural escravizado e o sistema luso-brasileiro criavam espaços em que podiam agir, embora de forma restrita, porém, com certa independência. As autoridades portuguesas viam isto com preocupação, pois os laços de compadrio poderiam criar novas estruturas de autoridade dentro da comunidade escravizada.

Em 10 de janeiro de 1847¹⁰⁶, Antonio, africano de nação nagô, com 20 anos de idade passava pelo batismo católico. Este pertencia ao proprietário José Mendes da Silva. O padrinho de Antonio foi José que era do mesmo José da Silva, a madrinha foi Nossa Senhora. Este é um registro de batismo em que nos deparamos com o caso de outra Santa Católica ser invocada como madrinha.

Outro destaque na classificação de padrinhos e madrinhas da mesma escravaria foi dos batismos dos africanos Pedro, José, Antônio, Joaquina e Manoel, todos com mais ou menos 14 anos, cabindas e que foram batizados em 04 de julho de 1848¹⁰⁷. O proprietário dos mesmos era Manoel Alves dos Reis Louzada. O apadrinhamento de cada um deu-se por escravizados do dito Louzada, sendo que cada casal apadrinhou um africano. Os padrinhos de Pedro foram Matheus e Angélica, de José, Alexandre e Francisca, de Antônio, Francisco e Afra, de Joaquina, João e Chistina, de Manoel, José e Chistina. Pode ser que Chistina tenha sido madrinha por duas vezes, considerando que o mesmo nome apareceu duas vezes. Todos estes batizados ocorreram na Matriz de São José de Taquari, pelo vigário Antônio João de Carvalho. Foram cinco jovens africanos que possivelmente eram recém chegados à propriedade de Louzada e que pelo batismo formaram laços com seus padrinhos, que já estavam na propriedade há mais tempo que os recém batizados.

Consideramos os apadrinhamentos na propriedade de Louzada, segundo o que comenta Pinto (2012) sobre o batismo de escravizados adultos. O batismo poderia significar um momento de apaziguamento e inserção do novo indivíduo. É possível supor que os experientes da comunidade negra local, portando-se como líderes de seus parceiros, ofereciam-se para apadrinhar os recém chegados; tal atitude diminuía os riscos de conflitos internos por parte daqueles que chegavam e era também uma maneira de reforçarem suas redes de aliança.

¹⁰⁶ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.95.

¹⁰⁷ Ibidem, Livro 5, fls. 105-106.

3.3.6 O parentesco entre afilhados e padrinhos forros

Em 27 de março de 1815¹⁰⁸, Paulo, de nação congo foi batizado. Seu proprietário era Manoel Marques da Roza. O padrinho de Paulo foi Antônio, preto forro. O batizado ocorreu na Matriz de São José de Taquari, pelo vigário Leandro José de Magalhães. Não constou neste registro o nome da madrinha, somente o nome de Antônio. Destacamos que para Paulo de alguma forma foi interessante ter sido apadrinhado por um liberto. Já os africanos de propriedade de José Silveira de Castro, João e Joaquim, ambos da costa, foram apadrinhados pelo forro Jozé¹⁰⁹. Foram poucos os casos vistos nos registros da Paróquia de Taquari em que forros foram convidados para serem padrinhos.

Nos deparamos novamente com o nome de Antônio, preto forro, acreditamos que se tratava do mesmo Antônio que apadrinhou Paulo. Neste registro de batismo de 10 de setembro de 1824¹¹⁰, Maria, preta, passava pelo ritual do batismo. Seu proprietário era Antônio dos Santos Praia. Juntamente com o padrinho Antônio estava a madrinha Simiana. Então, Maria teve padrinhos de condições sociais distintas, um liberto e uma escravizada.

Em 10 de março de 1833¹¹¹, Constantino moçambique, com 13 anos de idade foi submetido ao ritual do batismo católico. O proprietário de Constantino era Manoel Francisco da Silva. O apadrinhamento de Constantino foi feito pelo Joaquim forro e pela Angélica parda. As condições sociais dos padrinhos eram interessantes para Constantino, um padrinho liberto e uma madrinha parda representavam no contexto escravista uma vantagem social, pois os padrinhos estavam em uma condição social diferente daqueles que estavam na escravidão.

Sobre a condição de libertos, Cunha (2013), em pesquisa para a Vila de Santo Amaro e a de Lagarto (Sergipe), constatou que maioria das crianças e adultos foram batizados por pessoas livres ou forras. Essas pessoas livres podiam ser agregadas das propriedades em que os escravizados trabalhavam, vizinhos ou parentes dos senhores. Apenas nove foram batizados por escravizados, desses nove, quatro eram africanos. Sete desses padrinhos eram parceiros (escravizados do mesmo senhor), de trabalho dos pais dos seus afilhados ou dos

¹⁰⁸ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.163.

¹⁰⁹ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.138.

¹¹⁰ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.257.

¹¹¹ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.62.

próprios afilhados como o caso dos africanos. As escravarias eram médias e grandes, o que possibilitava a escolha de um padrinho no interior da propriedade do senhor.

Outro batizado ocorreu em 01 de agosto de 1842¹¹², foi de Joaquim, africano da Costa que pertencia a José Dutra da Silva e Maria Angelina do Nascimento. Teve como padrinhos José e Joanna, forros. Em 10 de setembro de 1844¹¹³, o batizado foi de João, nação congo, com 40 anos de idade, cujo proprietário era José Dutra da Silva. Os padrinhos foram João, preto forro e Thereza Maria, preta forra. Em 13 de setembro do mesmo ano¹¹⁴ foram batizadas Rita e Maria, ambas de nação nagô, que tinham como proprietário João Gomes da Silveira. Entre os padrinhos das africanas estava o padrinho de Rita, Miguel que era preto forro. Os outros padrinhos e madrinhas eram escravizados.

Em 30 de novembro de 1844¹¹⁵, Bernarda, de nação benguela, cujo proprietário era João Xavier de Azambuja recebeu os santos óleos. Os padrinhos de Bernarda foram Lázaro e Maria, preta forra. O nome do proprietário João Azambuja foi identificado também em registro de compra e venda. Em 09 de novembro de 1858¹¹⁶, João Xavier de Azambuja comprou do Tenente Coronel Vitorino José Ribeiro, o africano Eduardo, da Costa, com 56 anos, no valor de 800 mil réis. Eduardo foi vendido juntamente com outros dois, Carolina e Joaquim. A africana Carolina, tinha 41 anos, de nação da Costa, no valor de 800 mil réis. O crioulo Joaquim, com 25 anos, no valor de 600 mil réis. Os três foram adquiridos por Azambuja na mesma ocasião, sendo o vendedor o dito Tenente Coronel. Em 05 de março de 1870¹¹⁷, João Azambuja vendeu Lucas, pardo, com mais ou menos cinco anos de idade, no valor de 500 mil réis, para Daniel Martins Bizarro.

Mais um ritual ocorreu em 27 de setembro de 1845¹¹⁸, a africana Catharina, de nação, com 20 anos, que tinha como seu proprietário Francisco da Rocha e Sousa, passou pela cerimônia do batismo. O apadrinhamento foi feito por José do dito proprietário e pela madrinha Senhorinha de Lima, preta forra. Destacamos, neste caso, o nome e sobrenome da madrinha de Catharina, um dos únicos casos em que nos deparamos com a menção de um sobrenome para um liberto. Os laços de compadrio nesta situação suscitaram a discussão

¹¹² Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.199.

¹¹³ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.224.

¹¹⁴ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.227.

¹¹⁵ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.237.

¹¹⁶ Compra e venda de escravos. Ano 1858. Livro 2, p. 147v. APERS.

¹¹⁷ Compra e venda de escravos. Ano 1870. Livro 15, p. 25v. APERS.

¹¹⁸ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.86.

sobre as vantagens que a referida escravizada obteve tendo uma madrinha na condição social de Senhorinha.

Com as redes de parentesco formadas acreditamos que poderiam ter uma mobilidade de uma propriedade a outra, considerando os casos em que os escravizados (afilhados) como seus respectivos padrinhos e madrinhas estivessem em propriedades distintas, podendo estes trocarem favores, proteções, informações e solidariedades. Consideramos isso uma conquista de autonomia criada a partir do parentesco fictício possibilitado pelo batismo. Levando em conta o aspecto de que esses escravizados eram africanos recém-chegados ou que estavam a pouco tempo na Paróquia de São José de Taquari, salientamos a importância de terem formado laços para as estratégias no cotidiano.

Importante salientar que Taquari de forma geral tinha escravarias de menor e médio tamanho, alguns senhores é que tiveram maior número de escravizados. Assim este aspecto deve ser considerado nas escolhas dos padrinhos e madrinhas no interior das escravarias, pois se as opções eram restringidas na escravaria de um proprietário, a possibilidade era buscar por compadres e comadres em outras propriedades. Em análise de assentos batismais para a Matriz Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, entre 1736 e 1850, Brügger (2005) identificou que as escravarias de menor tamanho limitavam as possibilidades de escolhas em seu interior.

Complementa essa ideia Engemann (2008), este fala sobre o parentesco forjado com o compadrio a partir do batismo, em que o apadrinhamento em grupos pequenos de escravizados era a conquista de um laço de solidariedade de grande valia na senzala. Mas em uma rede de solidariedade maior, com mais envolvidos, a obtenção de padrinhos podia adquirir proporções bem maiores. Daí a derivação da nomeação (dar o nome) de escravizados e os significados ou memórias advindas deste ou daquele padrão ao fazer isto.

O parentesco criado pelo sacramento do batismo foi fundamental para a criação de comunidades dentro das senzalas que substituíram, em parte, as famílias deixadas pelos escravizados do outro lado do Atlântico. Além das proximidades dentro das senzalas, os escravizados buscavam por padrinhos e madrinhas para suas crianças e de preferência pessoas que pertencessem a outra condição social (SANTOS, 2009).

3.3.7 Padrinhos sem definição de condição social

Em determinados registros de batismos percebemos que alguns padrinhos e madrinhas não tinham sua condição social descrita. Não sabemos se foi um esquecimento do pároco que estava fazendo o registro ou se eram pessoas livres. Como foi o caso de Manoel José e Catharina Maria Francisca. Estes foram padrinhos do africano José, de nação nagô, com 16 anos, em 03 de outubro de 1847¹¹⁹. O proprietário de José era José Ignácio da Silva. O mesmo aconteceu em 31 de agosto de 1848¹²⁰, dia em que ocorreu o batizado de Luís, de nação nagô, com 24 anos, de Manoel José Sarmento. O apadrinhamento de Luís se deu também por Manoel José e Catharina Maria. Em 24 de outubro de 1848¹²¹, o africano Miguel, de nação nagô, com 20 anos era batizado, o mesmo pertencia ao proprietário Manoel José Couto. Os padrinhos foram Joaquim e Maria, o registro também não mencionava se estes eram escravizados ou forros.

Em 28 de dezembro de 1848¹²², o africano Romão, de Nação, com 26 anos, que pertencia ao proprietário João Antônio Gonçalves Caminha foi batizado. Teve como padrinhos Manoel e Catharina, que acreditamos ser os já mencionados Manoel José e Catharina Maria. Em 12 de agosto de 1849¹²³, Rita, de nação nagô, com 28 anos era submetida ao ritual do batismo. Tinha como proprietário Manoel Rodrigues Bisarro. Seus padrinhos foram também Manoel José e Catharina Maria. Em 29 de agosto de 1849¹²⁴, o batizado foi do africano André, de nação nagô, com 15 anos, cujo proprietário era Manoel Alves dos Reis Louzada. Os padrinhos foram Bernardo e Florinda, da mesma maneira que os demais padrinhos o registro não dizia de suas condições sociais.

O batizado de 18 de agosto de 1850¹²⁵, foi da africana Maria, de angola, com 20 anos de idade. A mesma era de José Mendes da Silva. Os padrinhos de Maria foram Manoel José e Nossa Senhora. O registro não menciona se Manoel José era escravizado, forro ou livre. Desconfiamos que se tratava do mesmo Manoel José que também apadrinhou escravizados em anos anteriores junto com Catharina Maria, que poderia ser sua esposa. Neste registro percebemos mais uma vez a invocação de uma Santa Católica para ser madrinha. Um

¹¹⁹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.101.

¹²⁰ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.107.

¹²¹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.108.

¹²² Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.110.

¹²³ Ibidem, Livro 5, fl.110.

¹²⁴ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.114.

¹²⁵ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.118.

parentesco espiritual criado a partir do batismo com a busca de uma proteção divina para o cotidiano terreno escravista. Destacamos também que a africana Maria foi batizada um mês antes da assinatura da Lei Eusébio de Queirós de 1850, de extinção do tráfico atlântico, mas é importante salientar que pela Lei Feijó de 1831, a escravizada foi adquirida de forma ilegal. Além de Maria, José Mendes batizou em 1847 o africano Antonio.

O nome do proprietário José Mendes da Silva foi identificado também em negociações de compra e venda para Taquari. Em 30 de outubro de 1867¹²⁶, José Mendes da Silva comprou de Felipe José da Costa, Malaquias, com mais ou menos 8 anos, crioulo, no valor de 400 mil réis. Em 13 de fevereiro de 1869¹²⁷, o dito José adquiriu de Felisberto dos Santos Pacheco, Benta, com mais ou menos 30 anos, no valor de 800 mil réis. Em 22 de outubro de 1872¹²⁸, José Mendes comprou de Emiliano Tomás de Azevedo, Henrique, preto, crioulo, com 24 anos, no valor de 1.000 contos de réis. Em 07 de novembro de 1873¹²⁹, José Mendes realizou a venda de Manoela, solteira, preta, de Taquari, com 28 anos de idade, no valor de 600 mil réis para o comprador Frederico Lantert. Em 04 de dezembro de 1873¹³⁰, vendeu Joaquim, solteiro, preto, com 30 anos, de Taquari, no valor de 600 mil réis para o comprador João Martins Jaques.

A partir das negociações realizadas por José Mendes da Silva e também pelos batismos foi possível observar que este usufruiu de mão de obra escravizada por um tempo considerável. Pelos registros levantados em seu nome envolvendo batismos e compra e venda, possuiu sete indivíduos, entre 1847 e 1873, ou seja, um intervalo de vinte e seis anos. Provavelmente não foram somente esses que José Mendes teve ao longo desses anos. Destacamos a presença masculina, mas não teve uma disparidade expressiva entre os sexos.

Entre as compras realizadas pelo José Mendes, chamou a atenção em especial a de Malaquias, um menino de mais ou menos oito anos. Não sabemos quem foi sua mãe e se estava na propriedade do vendedor de Malaquias, Felipe José da Costa. O fato é que uma criança foi adquirida para trabalhar na propriedade de Mendes e com isso alguns questionamentos surgiram, entre eles: Por quanto tempo este menino permaneceu com José Mendes? Como foi sua convivência com os demais escravizados? Quais tarefas desempenhou

¹²⁶ Compra e venda de escravos. Ano 1867. Livro 12, p. 35r. APERS.

¹²⁷ Compra e venda de escravos. Ano 1869. Livro 13, p. 64v. APERS.

¹²⁸ Compra e venda de escravos. Ano 1872. Livro 21, p. 68r. APERS.

¹²⁹ Compra e venda de escravos. Ano 1873. Livro 22, p. 109v. APERS.

¹³⁰ Compra e venda de escravos. Ano 1873. Livro 22, p. 116r. APERS.

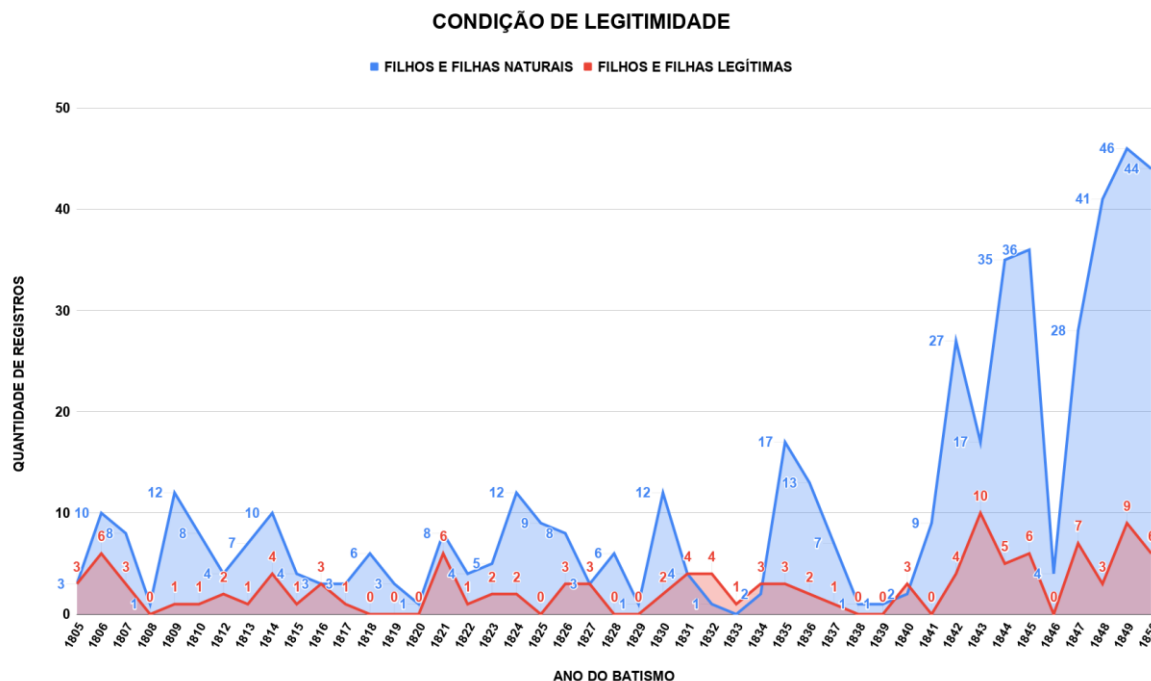
ao ser inserido na propriedade? Conseguiu ter contato com a mãe em algum momento de sua vida? Será que o próprio Mendes adquiriu a mãe de Malaquias em alguma ocasião? São pontas soltas de uma história que se repetiu com outros escravizados, separações que ocorreram em função de compra e venda de pessoas e com isso a impossibilidade de se conhecer as trajetórias completas dessas pessoas.

3.2 Os batizados das crianças

As relações estabelecidas com as pessoas escolhidas para apadrinharem as crianças atingiam outro nível de relacionamento e de proximidade. Para com os padrinhos havia um sentimento destes serem membros de uma família, tanto que era possível acrescentar à rede dos escravizados os laços criados pelo batismo cristão. O compadrio é uma relação parental de base espiritual, mas nem por isso é menos importante do que aquelas de outros tipos, como as consanguíneas ou o parentesco advindo de relações matrimoniais (FLORENTINO; GÓES, 1997).

Para os anos de 1805 e 1850, classificamos uma quantia de 602 batismos de crianças, sendo 486 de filhos naturais e 116 de filhos legítimos (GRÁFICO 5). Para a Paróquia de São José de Taquari observamos uma maioria de registros de filhos naturais; em tais registros identificamos somente o nome das mães. Mas não podemos interpretar isso como se todas as mulheres citadas fossem mães solteiras, pois considerando somente o que está nos registros pode ser entendido dessa forma. Estas poderiam ter seus companheiros, os pais de seus filhos; porém, tais uniões não tinham passado pela legitimidade da Igreja.

Gráfico 5 – Legitimidade



Fonte: Becker e Pires (2021).

Entre os anos citados pelo gráfico temos uma intensidade de batizados de filhos naturais no período de 1840 a 1850, logo na última década antes da extinção do tráfico de africanos. O aumento dos nascimentos poderia estar relacionado com a dinâmica que se apresentava de final do tráfico, como também, com uma aquisição interna de mão de obra escravizada feminina, com compra e venda entre províncias. Mas nos chamou a atenção o fato de esse aumento ter ocorrido nos anos próximos de 1850, levamos em conta nesse contexto a pressão que existia para o encerramento do comércio atlântico de africanos.

3.2.1 O apadrinhamento dos filhos naturais

Analisamos as condições sociais dos padrinhos e madrinhas dos filhos naturais, em tais registros constatamos somente o nome da mãe. Iniciamos com os batismos das filhas da escravizada Juliana, de nação benguela, que tinha como proprietário Matheus José Alves. Em 14 de julho de 1806¹³¹, a inocente Damiana foi batizada e teve como padrinho Joaquim e

¹³¹ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.18.

como madrinha Mauricia, os dois eram forros. Em 17 de setembro de 1809¹³², outra filha de Juliana foi batizada, chamava-se Laura e tinha nascido no dia primeiro de setembro. Seus padrinhos foram Joaquim Antonio e Anna, o pároco Leandro José de Magalhães não mencionou se eram escravizados. Em 17 de setembro de 1810¹³³, a filha de Juliana com o nome de Anna recebeu os santos óleos, o padrinho de Anna foi Caetano Soares, não constou o nome de uma madrinha para a pequena Anna.

Verificamos nos registros de óbitos que uma das filhas de Juliana, Laura, faleceu em 27 de outubro de 1809¹³⁴, com a idade de dois meses. A mesma havia nascido no início de setembro do mesmo ano. Em registro de óbito, a causa da morte de Laura foi da doença chamada malina. O sepultamento ocorreu no cemitério da Matriz de São José de Taquari, assento feito pelo vigário Leandro José de Magalhães.

Possivelmente, o falecimento da mãe Juliana aconteceu em 21 de maio de 1862¹³⁵, com a idade de mais ou menos 70 anos e ainda permanecia na condição de escravizada. No registro de óbito a causa da morte de Juliana foi da doença de hidropisia. A proprietária de Juliana no momento de seu falecimento era Antônia Joaquina de Azevedo. No decorrer dos anos Juliana foi vendida pelo Matheus José Alves para Antônia Joaquina. Talvez tenha tido outros proprietários além destes, entre os anos de 1806 até 1862. Supomos, então, que a Juliana dos registros de batismos era a mesma pessoa falecida em 1862.

A partir dos três batismos foi possível analisar os batismos das três filhas de Juliana, que no decorrer dos anos de nascimento de suas filhas permaneceu como escravizada de Matheus Alves, assim como, suas filhas. Destacamos os laços formados entre Juliana e seus compadres, além do vínculo entre suas filhas com os respectivos padrinhos e madrinhas. No primeiro batismo, o compadrio se formou foi com dois padrinhos na condição de forros, no segundo a condição social não foi citada, no terceiro o padrinho poderia ser um homem forro ou livre. Com isto, Juliana buscou que suas filhas tivessem padrinhos e madrinhas em uma condição social que não fosse a de escravizados, pois seria interessante firmar um parentesco que contribuísse e que protegesse os inocentes.

¹³² Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.63.

¹³³ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.72.

¹³⁴ Livro 1 e 2 (1766-1845) de Óbitos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.57.

¹³⁵ Livro 2A (1854-1862) de Óbitos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.2.

A respeito da denominação crianças naturais, estas eram frutos de vários tipos de uniões não reconhecidas pela Igreja, muito embora, uma vez reconhecidas pelo pai, tivessem seus direitos garantidos quando da partilha dos bens deste. Libby e Botelho (2004) analisaram o caso dos registros da paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, nestes observaram que de modo geral foi a ausência do lançamento do nome do pai que determinou a naturalidade da criança. Ao designar a criança como natural, a Igreja também deixava claro que não haveriam quaisquer impedimentos para um eventual casamento entre os seus pais, casamento este muito almejado pela Igreja nas Minas durante a Colônia.

Tais ideias sobre a formação do compadrio se pautam também no dito por Viana de Paula (2015), quando este escreve que no Brasil era comum que os pais dos inocentes batizados emitissem convites às pessoas de condições sociais iguais ou superiores à sua. Neste sentido, o compadrio pode ser analisado de duas maneiras, de uma maneira horizontal, em que os sujeitos escolhiam compadres dos mesmos grupos sociais para apadrinharem seus filhos. E a outra forma seria a vertical, quando tais indivíduos estabelecem uma relação entre pessoas de posições sociais distintas.

Em 08 de setembro de 1806¹³⁶, foi batizado do inocente Victorio, filho natural de Maria, de nação benguela, escravizada de Antônio José Vianna. Os padrinhos de Victorino foram Ignacio Machado e sua mulher Izabel Maria. Aqui temos o caso de um proprietário que está apadrinhando o filho de uma escravizada, ele e sua esposa. Constatamos em outro registro o nome de Ignacio Machado como proprietário de escravizados. Destacamos que os laços de compadrio entre esses proprietários se deram com uma escravizada, no caso Maria, que pertencia à outra propriedade. Não sabemos se havia alguma relação de amizade entre Antônio José Vianna e Ignacio Machado e por isso Vianna ter solicitado o apadrinhamento do filho de sua cativa. Para o inocente Victorio ter padrinhos livres e na condição social de Ignacio e Izabel Maria pode ter lhe propiciado ganhos sociais.

Mais um batismo aconteceu em 27 de novembro de 1813¹³⁷, outro filho de Maria chamado João, nascido em 21 de novembro do mesmo ano. Nesse momento ambos ainda pertenciam ao já mencionado Antônio José Vianna. O inocente João teve como padrinho Amancio José e Vicencia Roza. Supomos que os padrinhos não eram escravizados, pois o registro não fez menção à condição social dos dois. A ausência dos sobrenomes não permite

¹³⁶ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fls.20-21.

¹³⁷ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.127.

classificar as posições sociais dos indivíduos que foram convidados para apadrinharem, isso tanto para os adultos quanto para os recém-nascidos. O que queremos salientar neste registro é mais um nascimento de um filho natural da escravizada Maria, que permanecia com o mesmo proprietário, este que aumentava sua escravaria a partir do momento que sua escravizada tinha mais filhos.

Em 05 de agosto de 1849¹³⁸, o inocente Militão, nascido em 10 de março, filho de Maria, escravizada por Antônio José Vianna, teve como padrinho Joaquim de Ignes Leonor de Azevedo e madrinha Juliana, de Anna Leonor de Azevedo. Pela coincidência dos sobrenomes, as proprietárias de Joaquim e Juliana eram parentes. Talvez houvesse uma relação próxima destas proprietárias com Antônio Vianna. Percebeu-se nesse batismo que o compadrio se fez com escravizados de fora da propriedade em que estavam Militão e Maria, com laços de compadrio com lugares diferentes, o que ampliava a rede de contatos e de solidariedade.

No dia 22 de dezembro de 1867¹³⁹, a inocente Maria foi batizada; nascida em 05 de maio, era filha de Maria, escravizada do major Antônio Vianna. Os padrinhos da inocente foram Simão de Angela Flora do Nascimento e Rachel de Ignez Vianna de Oliveira. A hipótese é que Maria seja a mesma mãe mencionada nos demais registros, contudo, não temos como afirmar se era a mesma, pois poderia ser uma outra escravizada do major que tinha o mesmo nome, algo bem comum em função da repetição de nomes e pela falta de sobrenomes para os escravizados. A madrinha Rachel, possivelmente, servia para algum familiar de Vianna. Mais um caso de laços de compadrio firmados fora da propriedade em que a afilhada estava.

A inocente Jacintha que passou pelo batismo em 10 de julho de 1871¹⁴⁰, tinha nascido em 23 de abril do mesmo ano. A mãe Faustina estava como escravizada do major Vianna, assim como sua filha. Os padrinhos de Jacintha foram Jacintho de Antonio da Costa e Anna de José Pedreira. Mais uma situação de formação de laços de parentesco com padrinhos de outras propriedades. Destacamos que o ano de 1871 foi o ano da assinatura da Lei do Ventre Livre, porém, esta foi assinada em 28 de setembro, por isso a inocente Jacintha ficou na condição de escravizada.

¹³⁸ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.110.

¹³⁹ Livro 10 (1867-1875) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.3.

¹⁴⁰ Livro 10 (1867-1875) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.131.

Em 22 de fevereiro de 1880¹⁴¹, a ingênua Delfina, filha de Maria Rita foi batizada. Delfina havia nascido em 22 de dezembro de 1879, sua mãe era escravizada de Antônio José Vianna. Os padrinhos de Delfina foram Antonio de Azevedo Pinto Vianna e Maria Francisca Barreto Vianna. O compadrio se fez entre uma afilhada livre que tinha a mãe escravizada com padrinho e madrinha brancos, possivelmente exploradores de mão de obra escravizada. Pelo sobrenome Vianna eram familiares do major Vianna. O que indica que o convite para o apadrinhamento foi feito pelo próprio Vianna? Quais foram as vantagens sociais para Delfina? O convite partiu de Rita que tinha suas estratégias com ele? Acreditamos que as vantagens foram de mãe e filha com este laço de parentesco.

Continuamos com mais batismo em 17 de outubro de 1881¹⁴², do ingênuo Alfredo, pardo, sua mãe Úrsula era parda e escravizada de Ignez de Oliveira Vianna. Alfredo tinha nascido em 05 de setembro de 1881. O apadrinhamento foi feito pelo Antônio José Vianna. Neste batismo Antônio Vianna esteve no papel de padrinho de um filho de uma escravizada, até agora vimos uma série de batismos de sua escravaria, mas que em nenhum deles Vianna apareceu como padrinho. Não conseguimos saber qual era o grau de parentesco entre Ignez e Antônio, mas como tinham o mesmo sobrenome, os mesmos tinham algum tipo de parentesco.

Em 22 de janeiro de 1882¹⁴³, o batizado foi da ingênua Mercedes, parda, que tinha nascido em 08 de dezembro de 1881. Era filha de Rita que pertencia ao dito Antônio Vianna. Os padrinhos de Mercedes foram Antonio Francisco Martins e Maria Constança Cosilan Vianna. Mais um registro de apadrinhamento ocorrido por prováveis escravistas e parentes do proprietário da mãe da ingênua Mercedes. Percebemos que, em alguns batizados de Antônio Vianna os padrinhos estavam em uma condição social de não escravizados e que tinham algum vínculo parental, deixando transparecer que a escravaria de Vianna foi apadrinhada por pessoas bem próximas dele, conhecidas ou até mesmo seus familiares.

A partir dos batismos que ocorreram na escravaria de Antônio José Vianna foi possível analisarmos alguns aspectos, entre eles, que os laços de compadrio foram formados com proprietários de escravizados brancos, por familiares de Antônio Vianna ou pessoas que tinham relações de amizade com este, também por cativos de outras propriedades e que pertenciam aos possíveis parentes do referido senhor. Assim, houve uma mescla no

¹⁴¹ Livro 13 (1879-1881) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.30.

¹⁴² Livro 13 (1879-1881) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.98.

¹⁴³ Livro 14 (1881-1883) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.24.

compadrio. O sobrenome Vianna esteve presente no cenário de Taquari como possuidor de mão de obra escravizada, demonstrando que a família Vianna pode receber maiores investigações.

No dia 17 de novembro de 1805¹⁴⁴ ocorreu o batizado de Deolinda, filha da escravizada Joanna que pertencia ao proprietário José de Macedo. O padrinho de Deolinda foi Leonardo, pardo forro e a madrinha Sabina, escravizada de Manuel de Sousa Flores. Tivemos neste batismo um compadrio de um padrinho forro e de uma madrinha escravizada. Para Deolinda, o parentesco com um indivíduo já liberto era interessante e também com uma madrinha de outra propriedade. Para a mãe Joanna, da mesma forma, pois esta rede social para além da escravaria em que estava inserida poderia lhe proporcionar algum espaço de autonomia, de trocas de informações, de articulações, de proteção e solidariedade. Em 08 de outubro de 1807¹⁴⁵ ocorreu outro batizado que acreditamos ser da outra filha de Joanna, a inocente Anna, nascida em 03 de outubro. Os padrinhos de Anna foram Manoel (sobrenome ilegível) e Anna Maria de Jesus.

Em 13 de junho de 1809¹⁴⁶, houve o batismo de Lazaro, este tinha nascido em 06 de maio. Era filho de Joanna também, citada em batismos anteriores, a informação a mais sobre Joanna que era de nação mina. O proprietário continuava sendo José de Macedo. O apadrinhamento foi feito pelo José Dutra da Silva e pela crioula Maria de Jesus, preta forra. Novamente o compadrio estabelecido se deu com uma pessoa liberta e por um proprietário, José Dutra da Silva. O compadrio se formou entre Joanna com uma liberta e um senhor de escravizados. Ao estabelecer o parentesco espiritual com uma forra e proprietário estava fixando alianças com grupos privilegiados da sociedade de Taquari.

Considerando isso, a pesquisa de Andrade (2006) para a freguesia São Paulo do Muriaé, entre os anos de 1852 a 1888, aponta que a maioria dos padrinhos da localidade eram livres, assim se deduz que a proteção de alguém de classe tida como superior a do batizando era um meio de garantir uma ascensão social via apadrinhamento, como também, uma forma de garantir uma vantagem para o futuro dos filhos, ou até mesmo uma forma de liberdade na pia batismal. Os forros apadrinhavam apenas as crianças naturais, supõe também que os pais escolhiam nesta categoria pessoas de uma condição social superior.

¹⁴⁴ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.9.

¹⁴⁵ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.37.

¹⁴⁶ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.60.

O compadrio tem um caráter múltiplo entre livres e escravizados, pois tanto podia ser utilizado para reforçar laços entre livres pobres e cativos, marcados mais pela proximidade que pela hierarquia, como para que membros da elite que quisessem estabelecer relações indiretas (KRAUSE, 2014). A partir disso, a escravizada Joana pode ter se baseado ao ter uma comadre liberta e um padrinho da elite, o que lhe traria benefícios em ambos os escolhidos para apadrinhar seu filho Lazaro.

Em 01 de agosto de 1814¹⁴⁷, o batizado foi de Maria, esta tinha nascido em 01 de julho. Maria era filha de Joanna, escravizada por José de Macedo. Os padrinhos de Maria foram o casal Domingos e Rita. Mais um batismo de uma filha da escravizada Joanna, em que não foi mencionado o nome do pai. Não foi escrito se os padrinhos eram escravizados da mesma propriedade ou não. A partir dos batizados averiguamos que Joanna teve quatro filhos na propriedade de José de Macedo. Todos estes filhos também eram do dito proprietário. Filhos estes que devem ter permanecido por certo tempo ao serviço de Macedo.

Os exemplos de outras regiões em que ocorreu o compadrio colaboram na observação dos laços formados em Taquari. Nas grandes fazendas (Fazenda Gonçalo, de Antônio Pereira de Souza Costa), no Alto Sertão da Bahia, havia um compadrio bem articulado entre parentes e companheiros de senzala. O cruzamento de dados das escravarias de inventários, assentos de batismos e casamentos, indicou que aqueles cativos construíram uma rede bem tramada de relações dentro e fora do cativeiro. O poder senhorial podia interferir nas escolhas dos escravizados, algo que de fato ocorreu na forma de ameaças de separação de suas famílias, por meio de vendas, com castigos, com a divisão das heranças e nas dificuldades financeiras. No entanto, tais atitudes não impediram que os escravizados e libertos elaborassem projetos de vida diferentes daqueles de seus proprietários (MIRANDA, 2018).

Em 04 de junho de 1809¹⁴⁸ nasceu Delfina, esta no dia 16 foi batizada, sua mãe se chamava Francisca e era uma africana da Costa. Mãe e filha eram escravizadas de Thome Machado de Azevedo. Para apadrinhar a recém nascida foram convidados Miguel e Feliciano, porém, não de Thome Azevedo. Outro batizado em que o nome de Thome foi mencionado foi no de Antonia, nascida em 25 de setembro de 1841, batizada em 30 de março de 1842¹⁴⁹. Antonia era filha de Patrícia e teve como padrinhos Serafim José da Silva e Maria do Nascimento, solteiros. Além de Thome Machado estava o nome de Rosa Ignacia de Jesus de

¹⁴⁷ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.148.

¹⁴⁸ Ibidem, Livro 5, fl.60.

¹⁴⁹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.210.

Santo Amaro, como proprietários. Em 27 de novembro de 1847 nasceu Margarida, batizada em 28 de agosto de 1850¹⁵⁰. A inocente era filha da crioula Patrícia. O apadrinhamento de Margarida foi feito por José e Maria, o pároco não escreveu sobre a condição social destes padrinhos. Outra filha de Patrícia nasceu em 21 de março de 1850, Benta foi batizada em 25 de abril do mesmo ano¹⁵¹. A inocente teve como padrinhos Antonio Teixeira dos Santos e Florinda Leonarda da Silva.

Os laços de compadrio se deram fora da escravaria e com livres, as mães escravizadas de Thome de Azevedo buscaram estabelecer vínculos parentais com pessoas em condições sociais melhores e estender o parentesco com quem estava em outro local. Segundo Ramos (2004) o compadrio tinha uma função muito importante na comunidade livre, pois cumpria o mesmo papel de criar e reforçar laços sociais. Mesmo que o compadrio servia a uma função espiritual seguindo as regras estabelecidas pela Igreja, a comunidade moldava tal instituição para atender interesses pessoais.

Januário foi batizado em 14 de abril de 1818¹⁵², era filho de Teresa, ambos pertenciam a Antônio Ferreira Brandão. Os padrinhos de Januário foram Joaquim e Maria. Anos mais tarde, em 03 de maio de 1823¹⁵³, nasceu outra filha de Teresa, a mesma que se chamava Justiniana, teve como padrinho Justiniano José Rosa. Em 20 de junho de 1825¹⁵⁴, Manoel também filho de Teresa, recebeu os santos óleos. O padrinho foi Justiniano, possivelmente escravizado de Antônio Brandão. Maria nasceu em 15 de março de 1847 e foi batizada em 30 de maio do mesmo ano¹⁵⁵, era filha de Maria, de Antônio Brandão. Os padrinhos de Maria foram Manoel Rodrigues Bizarro e Maria Joaquina de Andrade. Já a inocente Vicencia nasceu em 15 de setembro de 1848 e foi batizada em 25 de dezembro¹⁵⁶, era filha de Manoela, ambas pertencentes ao dito Brandão. O apadrinhamento foi feito por Ismael Rodrigues Bizarro e Emilia Candida Bizarro.

A partir do nome de Antônio Ferreira Brandão tomamos conhecimento dos nascimentos e batismos dos filhos de três de suas escravizadas. O que se viu em tais casos foi um compadrio formado entre escravizados e livres. Entre os livres, viu-se o nome de Manoel

¹⁵⁰ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.118.

¹⁵¹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.146.

¹⁵² Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.204.

¹⁵³ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.237.

¹⁵⁴ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.267.

¹⁵⁵ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.97.

¹⁵⁶ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.110.

Rodrigues Bizarro que foi padrinho da inocente Maria e Ismael Rodrigues Bizarro padrinho de Vicencia. Para as crianças e suas mães terem padrinhos na condição dos dois casos citados era uma vantagem social, considerando o amparo que tais sujeitos poderiam proporcionar e uma eventual proteção como padrinhos.

Nos deparamos novamente com o nome de João Antônio dos Santos que também esteve nos registros de batismos da classificação feita dos filhos naturais. Em 16 de setembro de 1814 nasceu Vitoriana e foi batizada em 28 de setembro¹⁵⁷. Era filha da escravizada de João Antônio dos Santos, a parda crioula Anna. Os padrinhos de Vitoriana foram Albano Barboza e Inocência Maria da Conceição. Os padrinhos eram livres, no entanto, não os identificamos como escravistas. Para a afilhada e sua mãe era interessante ter esse laço com pessoas livres.

Felisberto era filho de Maria, batizado em 16 de setembro de 1822¹⁵⁸. Ambos pertenciam a João Antônio dos Santos. Os padrinhos foram João Antônio e Ignácia Maria. O registro não mencionou os sobrenomes dos padrinhos o que impossibilitou a identificação social de livres ou escravizados. Outro batismo foi o de Lucinda, batizada em 28 de abril de 1831¹⁵⁹. A inocente era filha de Anna parda, do dito João dos Santos. Os padrinhos foram Duarte e Silvana Clara, estes eram cativos. Em 30 de outubro de 1836¹⁶⁰, ocorreu o batizado de Anita, filha de Ferminiana, parda, de João dos Santos. O apadrinhamento foi feito por Angelino Azevedo Vianna e Florisbela Jacinta de Azevedo. A madrinha era escravista e, provavelmente o padrinho também.

Em 20 de setembro de 1835¹⁶¹ aconteceu o batizado de Florentino, filho de Maria, de nação benguela, de Francisco José da Costa. Os padrinhos foram Caetano e Francisca, o registro não mencionou se os dois eram escravizados. Talvez os padrinhos eram da mesma propriedade de Florentino e sua mãe. Tempos depois, outro batizado referente ao proprietário Francisco foi registrado, em 24 de novembro de 1843¹⁶², o do inocente Manoel. Este era filho da escravizada Bernarda. Os padrinhos foram Manoel Francisco de Jesus e Anna Maria da Silva. Já, em 20 de março de 1846¹⁶³, Antonio, filho de Bernarda foi batizado, ambos eram do

¹⁵⁷ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.151.

¹⁵⁸ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.232.

¹⁵⁹ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.22.

¹⁶⁰ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.131.

¹⁶¹ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.116.

¹⁶² Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.193.

¹⁶³ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.91.

referido Francisco. Os padrinhos foram Manoel Francisco da Costa e Maria Jacinta. O padrinho podia ser familiar do proprietário por causa do mesmo sobrenome.

No dia 01 de outubro de 1835¹⁶⁴, Rufino, filho da crioula Josefa, escravizada de Manoel Francisco de Jesus foi batizado. Os padrinhos foram Donato e Eufrásia, supomos que estes eram da mesma propriedade que Rufino e sua mãe. Em 18 de abril de 1837¹⁶⁵, José, pardo, nascido em 15 de dezembro de 1836 passou pelo ritual do batismo, este era filho de Eufrasia, também de Manoel. O apadrinhamento foi feito por Floriano Luis da Silva e Maria Magdalena. Em 16 de setembro de 1845¹⁶⁶, outro filho de Eufrasia foi batizado, chamado Julianno. Os padrinhos foram Constantino de Souza Pereira e Maria Francisca da Silva. Em 19 de janeiro de 1846¹⁶⁷, acreditamos que mais um filho de Eufrasia tenha sido batizado, Antônio. O inocente foi apadrinhado por Antonio Ferreira Alves e Francisca Carvalho Buena. Não identificamos estes nomes de padrinhos como possuidores de escravizados, então, poderiam ser indivíduos livres. Em 16 de julho de 1847¹⁶⁸, João, filho natural também de Eufrasia que teve como padrinhos João Batista Berenger e Justina Francisca da Silva. Em 06 de novembro de 1847¹⁶⁹, ocorreu o batismo de Augustinha, filha de Josefa, a mesma teve como padrinhos José e Eulália Brazil. Em outros dois registros de batismo o nome de Manoel Francisco de Jesus apareceu junto com o de sua esposa, Anna Maria da Silva. O batizado de Bibiana foi em 31 de agosto de 1841¹⁷⁰, esta era filha de Josefa, cujos padrinhos foram Manoel José de Oliveira e Jacinta Maria da Conceição. O padrinho Manoel era possuidor de mão de obra escravizada. Em 26 de setembro de 1842¹⁷¹ o inocente Gaspar, filho de Eufrasia recebeu os santos óleos. Os padrinhos foram Gaspar Joaquim dos Santos e Eusebia Pereira do Amor Divino.

A partir da escravaria de Manoel Francisco de Jesus vimos que duas mães escravizadas tiveram mais de um filho em sua propriedade. No caso de Josefa, esta teve Rufino, Augustinha e Bibiana. Os laços de compadrio estabelecidos foram com padrinhos em condição de escravizados, livres e também senhor. No caso da escravizada Eufrasia, esta teve

¹⁶⁴ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.117.

¹⁶⁵ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.149.

¹⁶⁶ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.85.

¹⁶⁷ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.91.

¹⁶⁸ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.100.

¹⁶⁹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.102.

¹⁷⁰ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.193.

¹⁷¹ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.213.

José, Julianno, Antonio, João e Gaspar. O apadrinhamento de seus filhos foi feito por indivíduos livres. Destacamos que Manoel Francisco e sua esposa tiveram 10 escravizados.

Em 22 de fevereiro de 1837¹⁷², Elias, filho de Gertrudes foi batizado, ambos pertenciam a Bernardo da Silva Machado. Os nomes dos padrinhos estavam ilegíveis no documento. No ano seguinte, mais precisamente em 16 de janeiro de 1838¹⁷³, foi batizado mais um filho da escravizada Gertrudes, o mesmo se chamava Sabino e tinha nascido em 28 de fevereiro de 1837. Os padrinhos convidados foram Ignacio Teixeira e Fortunata Castorina. Em 18 de setembro de 1839¹⁷⁴, ocorreu outro batismo de um filho de Gertrudes, o inocente Oliverio, que tinha nascido em 12 de julho de 1834, portanto, tinha 5 anos. Os padrinhos foram Bernardo José e Guilhermina Maria. Então, foram três batizados envolvendo a mesma escravizada e seus filhos, todos de Bernardo da Silva Machado. O compadrio nesses casos se formou com pessoas livres, não foi possível saber se algum deles era proprietário de mão de obra escravizada.

Em inventário para o ano de 1873¹⁷⁵, Bernardo da Silva Machado e sua esposa Maria Lemos Barbosa, deixaram como herança Maria Antônia, escravizada com 63 anos mais ou menos, avaliada em 100 mil réis. Nessa fonte documental não foram mencionados os nomes de Gertrudes e de seus filhos, possivelmente estes tinham sido vendidos pelo Bernardo Machado ou acabaram obtendo a liberdade no decorrer dos anos.

Em 20 de janeiro de 1844¹⁷⁶, o inocente Jozé, filho de Eva, foi batizado. O proprietário de ambos era Alexandre José Martins. Os padrinhos de José foram Manoel Garcia de Azevedo e Maria Roza Azevedo. Outro batizado também de uma filha de Eva ocorreu em 31 de agosto de 1845¹⁷⁷, a inocente chamada Maria. O apadrinhamento foi feito por Manoel e Maria, ambos pertenciam a Francisco Mathias de Souza Ávilla. Em 20 de novembro de 1847¹⁷⁸, o batizado foi de Izidro, outro filho da escravizada Eva. O padrinho de Izidro foi José de José de Souza Machado e Maria Marques.

¹⁷² Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.139.

¹⁷³ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.225.

¹⁷⁴ Ibidem, Livro 4, fl.225.

¹⁷⁵ Inventário de Bernardo da Silva Machado e de sua mulher Maria Lemos Barbosa. Ano 1873. Número 261. Vara de Família e Sucessão. APERS.

¹⁷⁶ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.200.

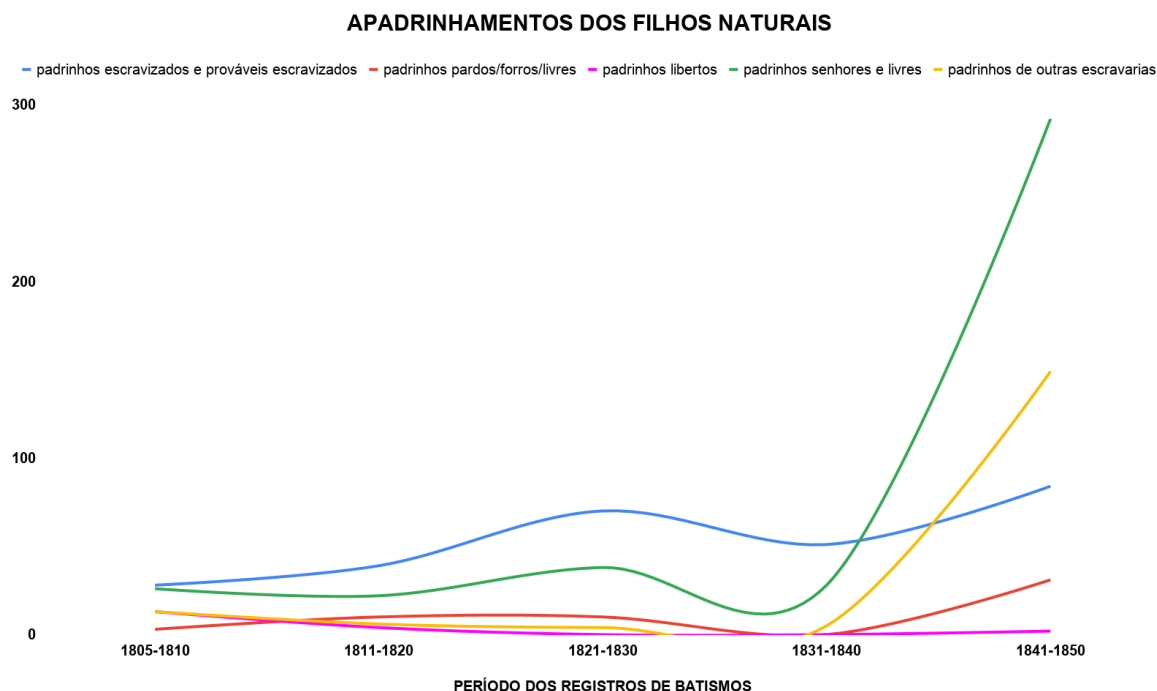
¹⁷⁷ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.84.

¹⁷⁸ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.403.

A partir dos batizados dos cativos de Alexandre José Martins, tivemos o caso da escravizada Eva e seus filhos Jozé, Maria e Izidro. O compadrio estabelecido entre Eva e seus compadres e comadres se deu com proprietários como Manoel Garcia de Azevedo, com escravizados de outra propriedade, como foi com Manoel e Maria, como também com José. Então, os laços de compadrio firmados no batismo de Eva foram com indivíduos que estavam em uma condição social superior o que poderia ser vantajoso para a pequeno Jozé e para ela. Como pode ter sido interessante o vínculo com cativos de outras escravarias, não sabemos como se dava e se era permitido o contato entre as propriedades, a movimentação de uma à outra, mas acreditamos que os laços de parentesco fizeram a diferença.

A pesquisa de Sousa (2012) expõe o caso da paróquia de Nossa Senhora das Dores (cidade de Teresina). Em seu estudo observou o predomínio de mães, em comparação com o número de pais, em que a maioria dos filhos possuía a condição jurídica indicada por “filho natural”. A autora apresenta duas constatações, a primeira de que a maioria das mães escravizadas eram solteiras e que a formação de famílias escravizadas na sociedade teresinense era escassa devido ao número elevado do registro de filhos sem pais. A outra seria que a maioria das crianças batizadas era do sexo masculino. Já sobre as relações de compadrio, estas ocorreram com padrinhos e madrinhas que pertenciam às escravarias diferentes do batizando, no entanto, o número em destaque foi o de padrinhos e madrinhas livres.

A partir de um total de 486 batizados da classificação de filhos naturais para o período de 1805 a 1850, vimos 250 nascimentos e batizados do sexo masculino e 236 nascimentos e batizados do sexo feminino. O destaque a respeito dos apadrinhamentos dos filhos naturais foi para os padrinhos e madrinhas que estavam na condição de senhores de mão de obra escravizada e outros que eram igualmente livres, mas que não exploravam escravizados (GRÁFICO 6).

Gráfico 6 – Padrinhos e madrinhas dos filhos naturais

Fonte: Becker e Pires (2021).

Os batizados apontaram também o compadrio significativo entre as mães e seus compadres do mesmo grupo ou que, talvez, eram escravizados, pois nem todos os párocos ao fazerem os registros mencionaram a condição social dos padrinhos. Então, pela ausência de sobrenomes, supomos e colocamos junto na contagem como cativos. Laços foram formados de maneira interessante também com indivíduos de outras escravarias, mostrando uma rede de compadrio para além dos limites da propriedade. Em menor quantia apareceram padrinhos e madrinhas na condição de forros.

3.2.2 Os batizados dos filhos legítimos e a formação de parentesco

Iniciamos com os batismos de três filhos do casal Florinda e Antonio, estes eram da propriedade de Manuel da Silva Jorge. O primeiro batizado aconteceu em 24 de novembro de 1805¹⁷⁹, neste dia a inocente Florencia recebeu os santos óleos. Os padrinhos convidados foram Domingos e Francisca de Souza. O segundo batizado foi em 26 de julho de 1807¹⁸⁰, do

¹⁷⁹ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.9.

¹⁸⁰ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.33.

inocente Adão, filho também do casal Florinda e Antonio. Serviram como padrinhos de Adão, Francisco que era de José Martins Coelho e Anna, de Maria Silveira Jorge. No mesmo dia de Adão foi batizada sua irmã chamada Eva¹⁸¹, que teve os mesmos padrinhos que seu irmão. Em 12 de março de 1816¹⁸², houve o batismo de Silvéria, nascida em 02 de fevereiro do mesmo ano. Os pais eram Miguel e Antônia, ambos de Manuel da Silva Jorge. Os padrinhos de Silvéria foram os alferes José Martins e Anna, de Maria Silveira Jorge, a mesma Anna que amadrinhou Adão. Então, o compadrio observado nos quatro batizados deu-se com pessoas livres e escravizadas de outras propriedades.

Para uma criança ser considerada como legítima, os pais teriam que ser casados em uma união reconhecida pela Igreja, preenchendo assim todos os quesitos da legislação que vigorava na época, que eram as Ordenações Filipinas¹⁸³. Nos registros dos batizados legítimos sempre havia a anotação do nome do pai. Em alguns poucos casos foram mencionados os nomes de pais de filhos naturais, tais casos representavam um esforço por parte dos párocos em apelar para o envergonhamento público e com isto encorajar a regularização de uniões informais (LIBBY; BOTELHO, 2004).

Em 18 de agosto de 1831¹⁸⁴, João, crioulo, filho legítimo de Antônio e Maria foi batizado na Matriz de São José de Taquari; este havia nascido em 24 de junho. O proprietário desta família era Miguel José de Farias. Os padrinhos foram Manoel e Theresa, do dito senhor. Já, em 19 de janeiro de 1834¹⁸⁵, o batizado foi de Anna, filha do casal Manoel e Theresa, Anna tinha nascido em 12 de dezembro de 1833. Os padrinhos foram Felisberto Garcia de Azevedo Vargas e Nossa Senhora do Rosário. Em 18 de janeiro de 1835¹⁸⁶, o batizado foi de Jozé, crioulo, nascido em 01 de janeiro. Era filho do casal Miguel e Maria. Os padrinhos foram do dito Miguel de Farias, Affonso e a madrinha foi Joanna de Clara de Tal.

O compadrio formado a partir da propriedade de Miguel José de Farias demonstrou no primeiro batismo, um parentesco espiritual com padrinhos da mesma senzala. No segundo, um compadrio com uma pessoa livre e com um ser divino, e no terceiro, um vínculo com um

¹⁸¹ Ibidem, Livro 3, fl.33.

¹⁸² Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.18-19.

¹⁸³ “As Ordenações Filipinas resultaram da reforma feita por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuou vigendo em Portugal ao final da União, por confirmação de D. João IV. Até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, estiveram também vigentes no Brasil” Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>.

¹⁸⁴ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.30.

¹⁸⁵ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.83.

¹⁸⁶ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.104.

padrinho da mesma escravaria e uma escravizada de fora da escravaria. Entre todos eles, a vantagem social era maior para Anna, quando sua mãe escolhe uma ligação com um padrinho livre e que poderia ser da elite local estava agindo de forma a ter benefícios para si e para sua família.

Contribui para isso Francisco (2007), este levanta a hipótese de que na escolha de padrinhos para seus filhos, os cativos optaram por aqueles que tinham uma posição melhor na sociedade. Talvez homens livres, sem um passado escravizado, seriam uma opção melhor para os pais do batizando. Quem sabe havia a esperança de algum ganho que poderia vir desses homens livres para os filhos, ou a possibilidade do compadre livre interceder junto ao senhor em algum momento difícil, possa ter contribuído para esse padrão. Além da possibilidade do pároco ter omitido a condição de liberto dos padrinhos.

Destacamos os batismos ocorridos na propriedade de Francisco de Quadros. Em 24 de agosto de 1834 foi batizada Joana, nascida em 03 de agosto. Era filha do casal Manoel e Maria. Os padrinhos de Joana foram João Lúcio Antônio de Freitas e Brígida Ignácia da Silva. Portanto, o compadrio se fez entre Manoel e Maria o possível casal que estava em uma condição de livres. Outro filho do casal foi batizado em 11 de setembro de 1842¹⁸⁷, chamava-se Joaquim e teve como padrinhos João e Josefa de José de Oliveira. Nos dois batizados ocorridos, percebeu-se um parentesco criado entre a família de Manoel e Maria com padrinhos livres e também com cativos de outra propriedade, o que traria outro tipo de vantagem com o aumento da rede de relações sociais para além da escravaria em que se encontravam.

Por sua vez, Machado (2006) em análise de batismos para a paróquia de Curitiba entre 1800 e 1869 observou que, na escolha de escravizados para apadrinhar, estes, na maioria dos casos, não eram do mesmo proprietário do batizado, isto poderia estar relacionado com o tamanho das escravarias que no caso de Curitiba, eram pequenas. Mas também poderia existir o interesse dos cativos em querer formar laços para além dos limites das propriedades em que estavam inseridos.

Na sequência, os batismos de inocentes da escravaria de Manoel Alves dos Reis Louzada. Seu nome já foi mencionado, mas em relação aos batizados de seus adultos. Os anos dos batismos extrapolaram nosso recorte de 1805 a 1850 para os registros batismais, pois

¹⁸⁷ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.212.

consideramos necessário expor os batismos ocorridos nas propriedades de Louzada (Barão de Guaíba). Em 02 de julho de 1843¹⁸⁸, a filha do casal José e Rita, como nome de Maria foi batizada. O apadrinhamento foi feito por Paulo, moçambique, e por Florinda, crioula, de Louzada. Em 03 de dezembro de 1843¹⁸⁹, deu-se o batizado de outra inocente chamada Maria, tinha nascido em 20 de julho, era filha de Manoel, monjolo, e Marcolina, de nação. Os padrinhos de Maria foram José rebolo e Rita, do mesmo grupo. No mesmo dia do batizado de Maria ocorreu o de Manoel¹⁹⁰, nascido também em 20 de julho. Os pais de Manoel eram Felipe e Josefa, ambos de nação. Os padrinhos foram Manoel e Marcolina, os pais de Maria. Juntamente com Maria e Manoel, o inocente Manoel¹⁹¹ foi batizado, tinha nascido em 28 de junho de 1843. Os pais de Manoel eram José rebolo e Rita. Os padrinhos convidados foram Manoel, monjolo, e Marcolina que tinham sido também padrinhos de Maria. Em 07 de julho de 1847¹⁹², o batizado foi de Manoel, filho do casal Manoel monjolo e Marcolina moçambique. O apadrinhamento foi feito por indivíduos da mesma escravaria, Domingos e Afra. No mesmo dia 07 de julho houve o batizado de Romana¹⁹³, filha do casal Felipe, cabinda, e Josefa, congo. O apadrinhamento foi feito por Bernardo e Florinda. Também em 07 de julho o inocente João¹⁹⁴ foi batizado, era filho do casal Mathias e Brígida, os dois moçambiques. Os padrinhos foram Bernardo e Florinda. Em 29 de agosto de 1849¹⁹⁵, foi batizada a inocente Luduvina, filha de Mariano e Felicidade. Os padrinhos foram José e Rita. No mesmo dia 29¹⁹⁶, a inocente Maria passava pelo ritual do batismo, era filha de Leandro, moçambique, e Luzia, crioula. O apadrinhamento foi feito pelos mesmos José e Rita. Além de Maria, o inocente Izidorio¹⁹⁷ foi batizado, filho de José e Rita. Os padrinhos foram Leandro e Luzia. Outra inocente batizada, também em 29 de agosto,¹⁹⁸ foi Domingas, filha do casal Mariano e Felicidade. O apadrinhamento foi feito por Manoel e Maria. Outra inocente batizada foi Miquilina¹⁹⁹, filha de João, congo, e Marta, cabinda. Os padrinhos convidados foram da mesma escravaria, Mariano e Felicidade. Em 29 de agosto de 1849²⁰⁰, o inocente Ricardo foi batizado, seus pais eram Bernardo e Florinda. O apadrinhamento foi feito por

¹⁸⁸ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.182.

¹⁸⁹ Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.193.

¹⁹⁰ Ibidem, Livro 4, fl.193.

¹⁹¹ Ibidem, Livro 4, fl.193.

¹⁹² Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.99.

¹⁹³ Ibidem, Livro 5, fl.99.

¹⁹⁴ Ibidem, Livro 5, fl.99.

¹⁹⁵ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.111.

¹⁹⁶ Ibidem, Livro 5, fl.111.

¹⁹⁷ Ibidem, Livro 5, fl.111.

¹⁹⁸ Ibidem, Livro 5, fl.111.

¹⁹⁹ Ibidem, Livro 5, fl.111.

²⁰⁰ Ibidem, Livro 5, fl.111.

Domingos e Afra. No mesmo dia 29, outro inocente passou pelo batismo, foi Boaventura²⁰¹, filho de Matheus, moçambique, e Angélica, crioula. Os padrinhos convidados também foram Domingos e Afra. Em 06 de agosto de 1850²⁰², ocorreu o batizado da inocente Ignez, nascida em 04 de dezembro de 1849. Era filha do casal Manoel e Maria. Os padrinhos foram Manoel e Esperança. No mesmo dia, 06 de agosto²⁰³, a inocente Leonor foi batizada também, esta era filha do casal Domingos, cabinda, e Afra, mina. O apadrinhamento foi feito por Antônio e Henriqueta. No dia seguinte, em 07 de agosto²⁰⁴, passava pelo ritual do batismo o inocente Lucas, filho de João, moçambique, e Cristina, crioula. Os padrinhos foram Bernardino e Ignacia. Em 15 de outubro de 1852²⁰⁵, o batismo foi da inocente Domingas, filha de Domingos e Afra. Os padrinhos foram Manoel e Maria. No mesmo dia²⁰⁶, houve o batismo de Victoria, filha do casal Manoel e Maria. Os padrinhos foram Domingos e Afra. Outro inocente foi batizado também em 15 de outubro²⁰⁷, chamava-se Abel e era filho de Jorge, moçambique, e Delfina, crioula. Os padrinhos de Abel foram Roberto e Volante. Em 26 de setembro de 1853²⁰⁸, a inocente Luiza era batizada, a mesma era filha do casal João e Cristina. O apadrinhamento foi feito por Pedro, crioulo, do mesmo grupo e pela Nossa Senhora da Conceição. No mesmo dia 26 de setembro²⁰⁹, mais um batizado ocorreu e foi de Estevão, nascido em 08 de agosto de 1852, era filho de Manoel monjolo e Marcolina moçambique. Os padrinhos foram Pedro e Afra. Em 22 de setembro de 1854²¹⁰, o batizado foi de Maria nascida em 02 de janeiro, seus pais eram Manoel e Maria. Os padrinhos foram os crioulos Vanceslão e Tereza. Em 29 de dezembro de 1855²¹¹, o batismo foi de Emilia que havia nascido em 03 de setembro. Era filha de José e Rita. Os padrinhos foram Izidorio e Volante. No mesmo dia 29 de dezembro²¹², outro inocente passava pelo ritual do batismo foi Francisca, nascida em 17 de janeiro, filha de Silverio e Tereza. Os padrinhos de Francisca foram João e Marta. Na mesma ocasião²¹³ foi batizado o filho de Domingos e Afra, Silvestre, nascido em 01 de janeiro. Os padrinhos convidados foram os crioulos, Adão e Doroteia. Também ocorreu em 29 de

²⁰¹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.112.

²⁰² Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.117.

²⁰³ Ibidem, Livro 5, fl.117.

²⁰⁴ Ibidem, Livro 5, fl.117.

²⁰⁵ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.124.

²⁰⁶ Ibidem, Livro 5, fl.124.

²⁰⁷ Ibidem, Livro 5, fl.124.

²⁰⁸ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.127.

²⁰⁹ Ibidem, Livro 5, fl.127.

²¹⁰ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.133.

²¹¹ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.144.

²¹² Ibidem, Livro 5, fl.144.

²¹³ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.145.

dezembro o batizado de Camilo²¹⁴, que tinha nascido em 16 de junho, filho do casal Mateus, moçambique e Angelina, crioula. Os padrinhos foram Leandro, moçambique, e Luzia, crioula. Outro batizado foi o de Matias²¹⁵, nascido em 23 de fevereiro, filho de Antonio e Ignacia. O apadrinhamento foi feito por João e Cristina. O inocente Marcos²¹⁶, nascido em 24 de março passou pelo batismo também no mesmo 29 de dezembro. Era filho do casal Antonio, mina, e Justina, crioula. Seus padrinhos foram Candido moçambique e Fortunata crioula. O pequeno Alexandre nasceu em 23 de fevereiro e foi batizado em 29 de dezembro de 1855²¹⁷, era filho de Alexandre e Marcolina. Seus padrinhos foram Mateus e Brígida. Já Manoela,²¹⁸ nascida em 24 de fevereiro, foi batizada também em 29 de dezembro, era filha dos crioulos Pedro e Paulina. O apadrinhamento foi feito Damião, angola, e Maria, moçambique.

Em 21 de janeiro de 1861²¹⁹ aconteceu mais de um batizado de inocentes da escravaria de Louzada. Como foi o de Gertrudes, nascida em 26 de janeiro de 1860, era filha do casal Silvério e Thereza. Os padrinhos foram Israel e Ignacia. No mesmo dia a inocente Anna²²⁰ recebeu os santos óleos, tinha nascido em 04 de maio de 1860, era filha de Pedro e Paulina. O apadrinhamento foi feito por Clemente e pela Nossa Senhora. Outro batismo foi de Cassiano²²¹, nascido em 11 de agosto de 1860, era filho do casal Antonio benguela e Ignacia, crioula. Os padrinhos foram Israel e Tereza. A inocente Claudina²²² também batizada em 21 de janeiro, nasceu em 24 de setembro de 1860. Era filha do casal Matheus, de nação, e Angélica, crioula. Os padrinhos foram Francisco e Maria Rita. Outro batismo foi do inocente Veríssimo²²³ que tinha nascido em 01 de outubro de 1860. Era filho de André de nação e Engnacia crioula. Os padrinhos foram Antonio e Romana. A inocente Esperança foi batizada também, esta tinha nascido em 08 de novembro de 1860, era filha do casal Candido de nação e Furtunata crioula. Os padrinhos foram João e Joaquina.

No ano de 1862 também alguns inocentes da escravaria de Louzada foram batizados. Em 18 de maio²²⁴, foi o batizado de Antão, que tinha nascido em 18 de janeiro. Era filho do casal Bernardo, africano, e Florinda, da vila de Taquari. Os padrinhos foram Antonio e

²¹⁴ Ibidem, Livro 5, fl.145.

²¹⁵ Ibidem, Livro 5, fl.145.

²¹⁶ Ibidem, Livro 5, fl.145.

²¹⁷ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.146.

²¹⁸ Ibidem, Livro 5, fl.146.

²¹⁹ Livro 8 (1859-1863) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.172.

²²⁰ Ibidem, Livro 8, fl.172.

²²¹ Ibidem, Livro 8, fl.172.

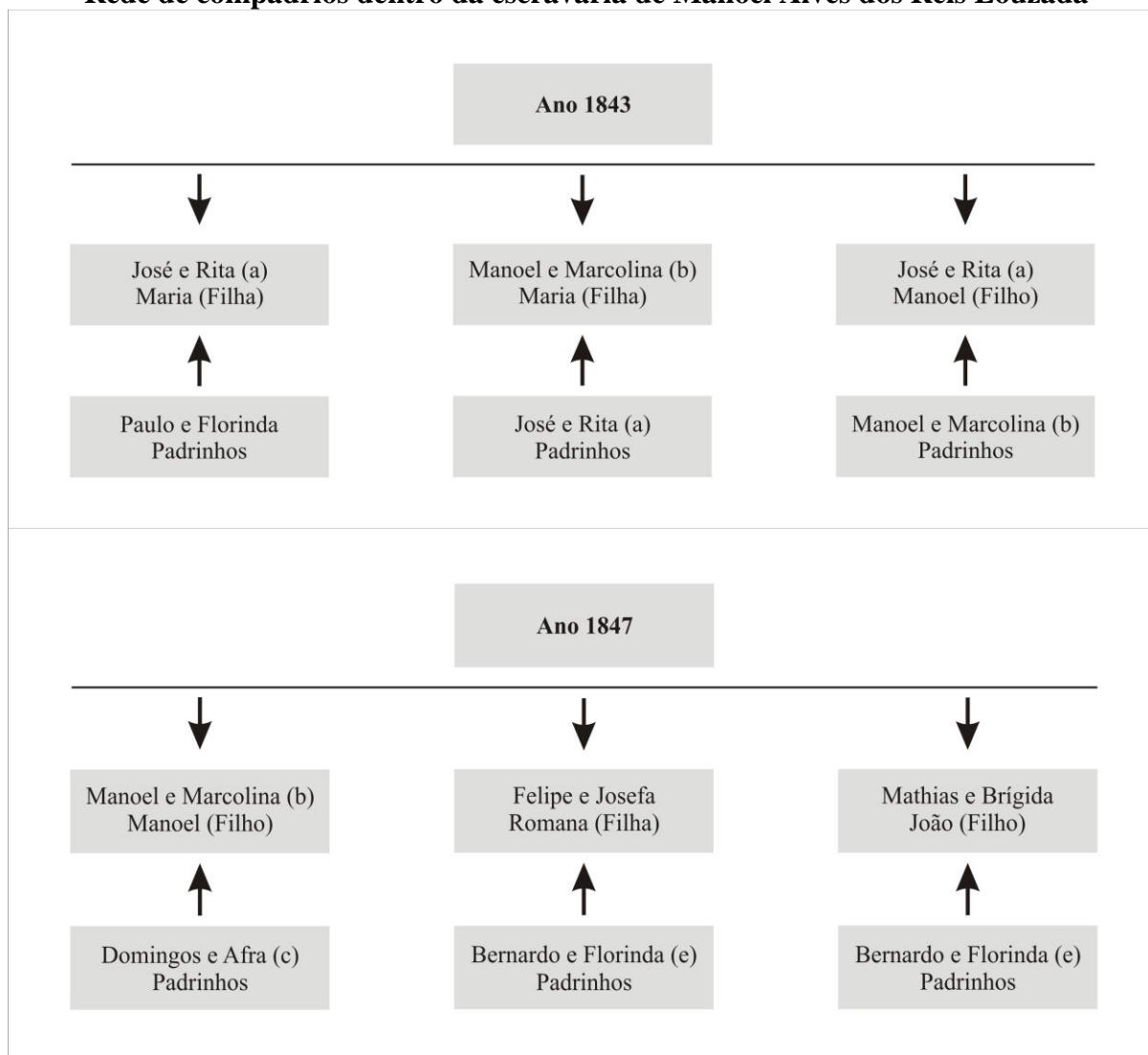
²²² Ibidem, Livro 8, fl.172.

²²³ Livro 8 (1859-1863) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.173.

²²⁴ Livro 8 (1859-1863) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.187.

Ignacia. Depois a inocente Maria²²⁵, filha de Silverio e Tereza, naturais de Taquari. O apadrinhamento foi de Antonio e Ignacia. A inocente Joanna²²⁶ era filha de Antonio, africano, e Justina, da vila de Taquari; os padrinhos escolhidos foram Candido, o nome da madrinha estava ilegível. Houve também o batismo de Mauricia²²⁷, filha de Paulo, nome da mãe estava ilegível. Os padrinhos foram Luís (solteiro) e Thereza.

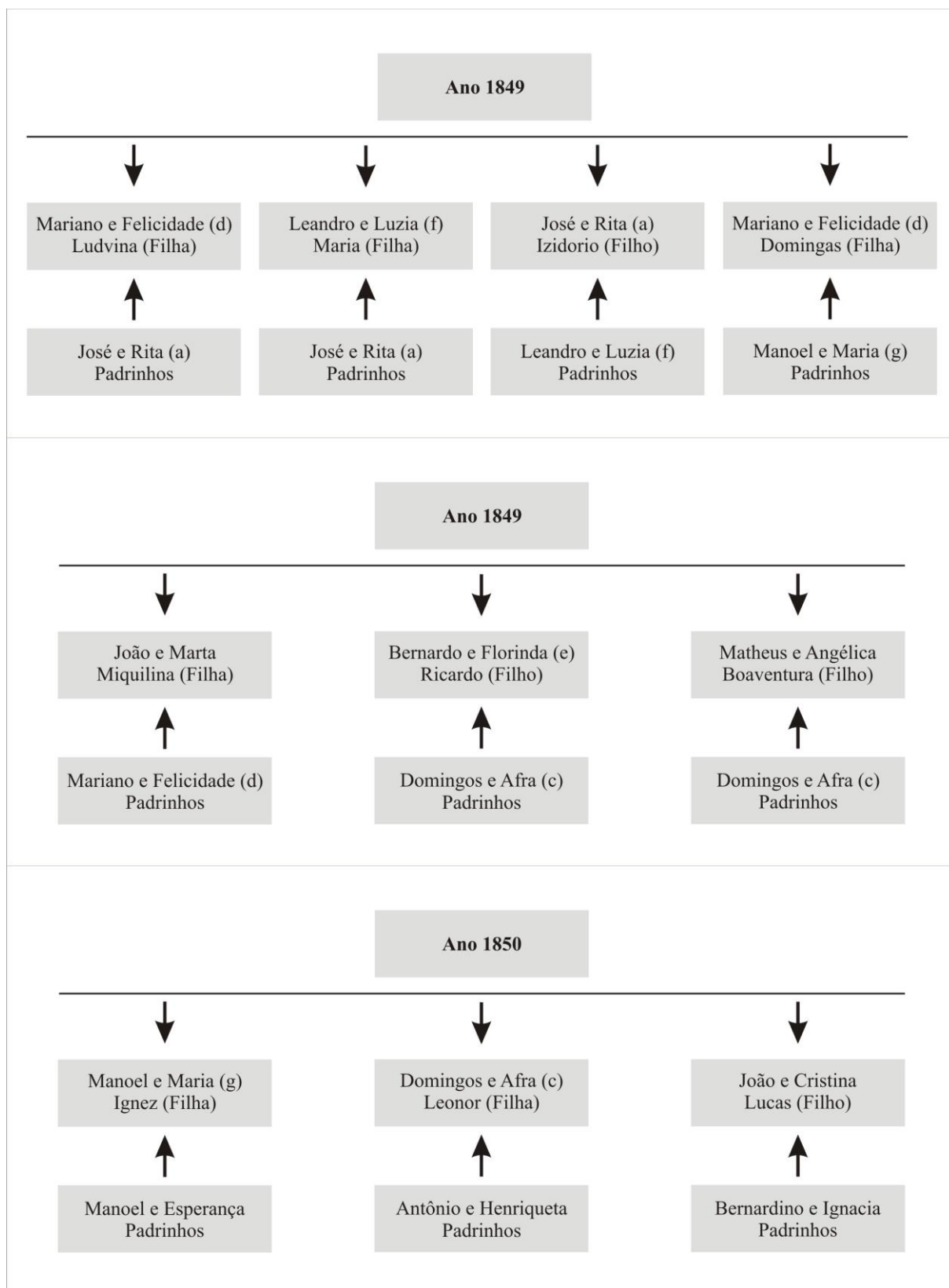
Rede de compadrios dentro da escravaria de Manoel Alves dos Reis Louzada

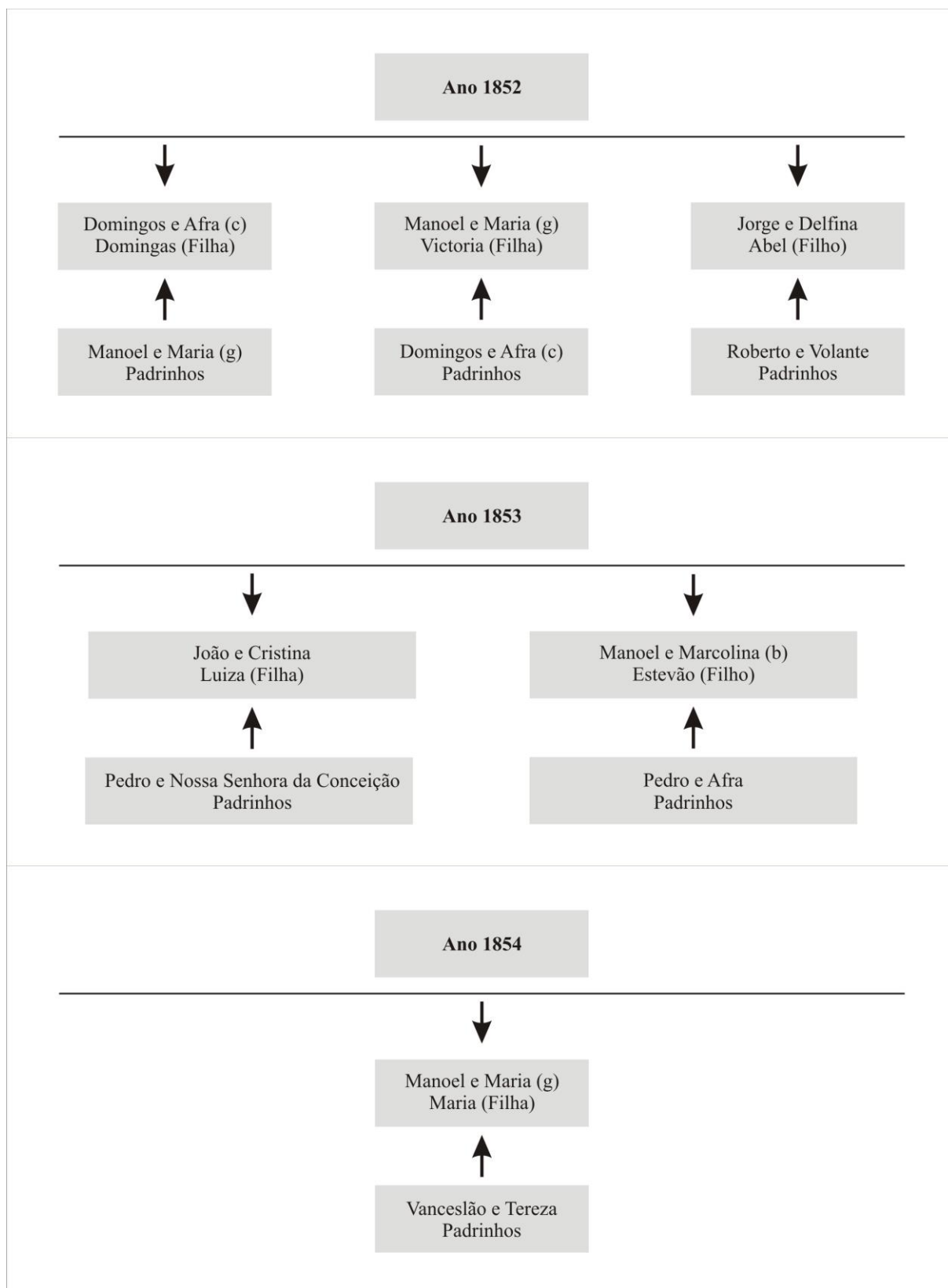


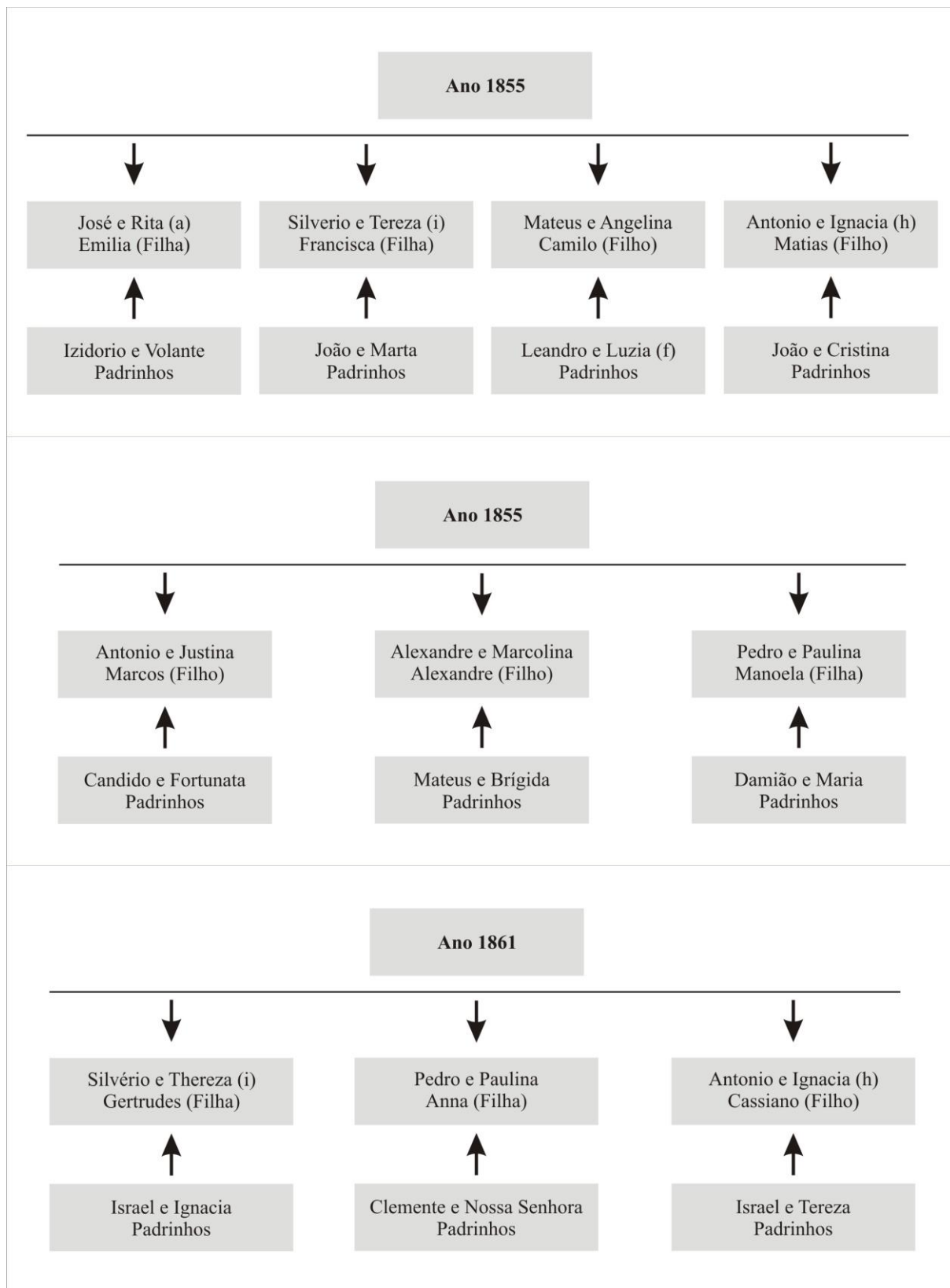
²²⁵ Ibidem, Livro 8, fl.187.

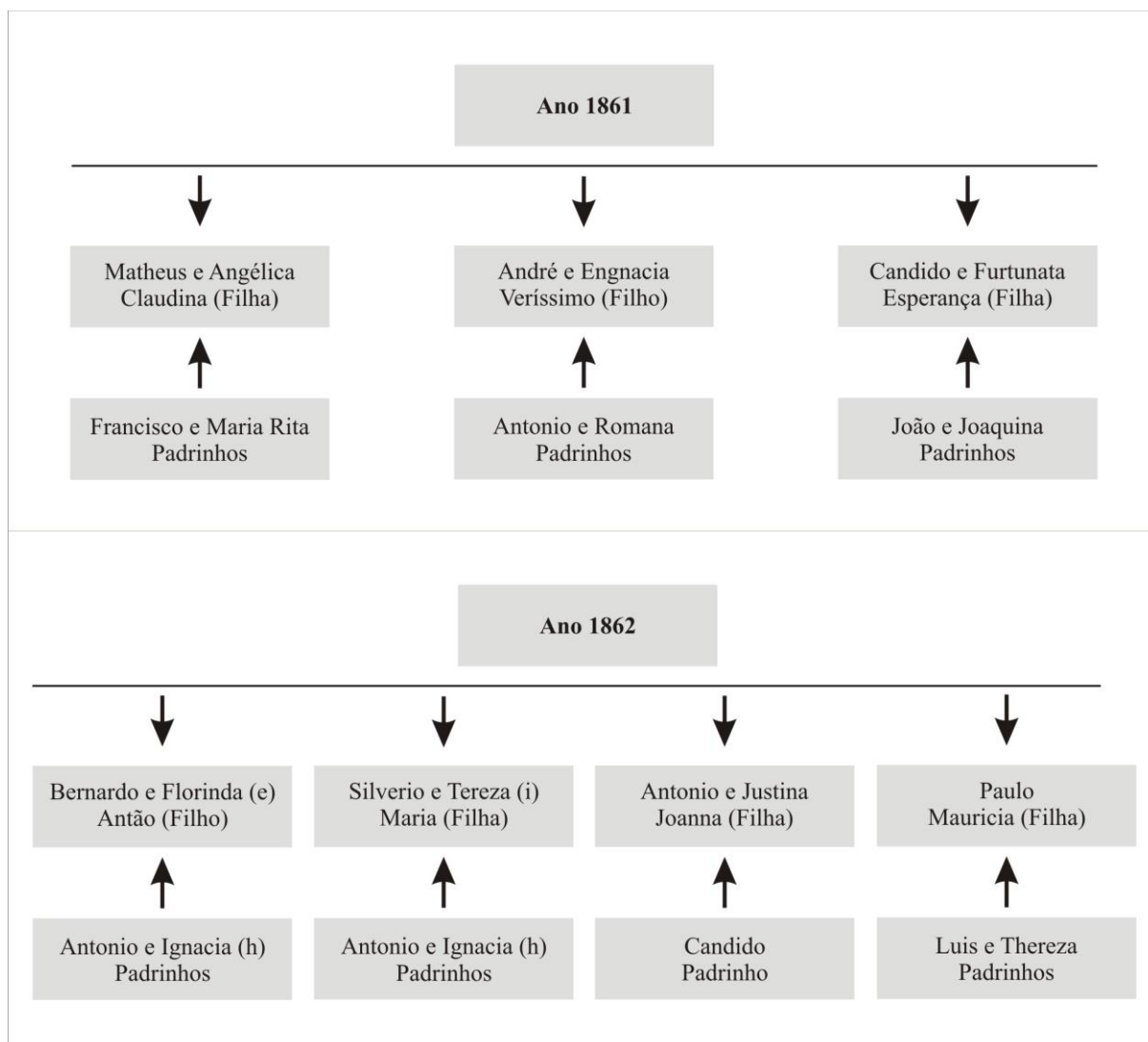
²²⁶ Ibidem, Livro 8, fl.187.

²²⁷ Ibidem, Livro 8, fl.187.









Alguns casais apareceram mais de uma vez, como pode ser observado no esquema, estes casais nos batismos foram mencionados tanto como pais legítimos e como padrinhos de filhos de seus companheiros de escravaria. Destacamos os seguintes casais: a) José e Rita; b) Manoel e Marcolina; c) Domingos e Afra; d) Mariano e Felicidade; e) Bernardo e Florinda; f) Leandro e Luzia; g) Manoel e Maria; h) Antonio e Ignacia; i) Silvério e Thereza. Com isso, ficaram nítidos os vínculos constituídos entre esses escravizados que estavam subordinados ao mesmo proprietário. Os batizados ocorridos foram motivadores de um parentesco muito bem construído entre todos os indivíduos mencionados nos assentos batismais.

As relações estabelecidas na escravaria de Manoel Alves dos Reis Louzada, em suas três fazendas, Conceição, Pedreira e Pinhal, tinham características como de uma comunidade bem organizada, com famílias com vínculos de solidariedade, de compadrio e com conquista de autonomias e direitos em sua organização cotidiana. Pela quantidade de cativos descritos

no inventário de Louzada de 1862²²⁸, documento este que apresenta uma escravaria composta por 169 indivíduos, há fortes indícios da existência de uma comunidade negra que manteve seus laços parentais por mais de uma geração e que estava muito bem articulada e solidificada.

Segundo Moreira e Cardoso (2013), os cativos do comerciante Manoel Alves dos Reis Louzada assassinaram o seu capataz. No ano seguinte à morte do Louzada, uma desordem ocorreu em suas fazendas nas margens do rio Taquari, nesta época a escravaria já pertencia ao seu herdeiro, o cirurgião-mor Antônio José de Moraes. Os depoimentos dos presos e o cruzamento com documentos eclesiais evidenciam uma comunidade de senzala madura; além disso, o movimento feito pelos escravizados buscava negociar a manutenção de direitos costumeiros negociados entre escravizados e proprietários.

Em 1863, as autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul receberam que uma insurreição escravizada estivesse sendo organizada às margens do rio Taquari, local próximo da capital e caracterizado pela instalação de fazendas de agricultura e pecuária, extração de madeira, entre outros. Sabendo disso, a polícia se dirigiu até a Fazenda da Conceição, pertencente ao cirurgião-mor Antônio José de Moraes, e prendeu os escravizados; porém, rapidamente ficou esclarecido que se tratava de uma desordem e não exatamente de uma sublevação. A partir das informações dos cativos, no local existia uma comunidade negra de senzala que vinha se constituindo há muito tempo e queria manter os seus direitos costumeiros (MOREIRA; CARDOSO, 2012).

Enfatiza Engemann (2008), em pesquisa para a Fazenda Santa Cruz, que a comunidade é um conjunto de indivíduos que partilham de símbolos, ritos, mitos e parentesco dentro do mesmo espaço. As escravarias, com relativo equilíbrio etário e sexual, podiam se constituírem em unidades comunitárias, uma vez que a comunidade escravizada é, em princípio, produto da família que se instaura no cativeiro. A partir disso, os laços tenderiam a se ampliar e dessa forma envolver o conjunto de seus membros.

Em seu estudo sobre Monte Alto, no Alto Sertão da Bahia, Miranda (2018) viu que o tamanho da posse escravizada influenciou a escolha de comadres e compadres. Escravizados de grandes propriedades tinham maiores chances de escolher como padrinhos de seus filhos, o

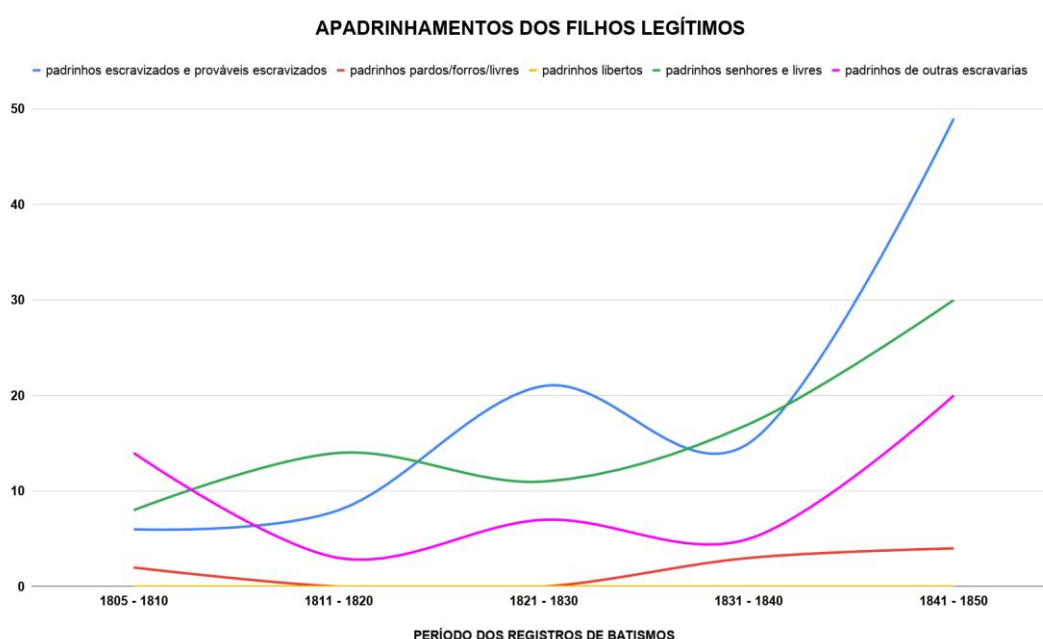
²²⁸ Inventário de Manoel Alves dos Reis Louzada. Ano 1862. Número 255. Vara de Família e Sucessão. APERS

próprio companheiro de cativo. Aqueles de propriedades menores não tinham tantas opções assim, por isso, ampliaram esses laços com cativos, livres ou libertos de outras propriedades, devido ao número reduzido de cativos, da vulnerabilidade do tráfico, de crises financeiras dos senhores e da partilha dos bens entre herdeiros.

O barão de Pati do Alferes (Francisco Peixoto de Lacerda Werneck) ao desativar uma velha fazenda improdutiva de café, não ousou dividir seus 140 cativos por todas as suas propriedades, de acordo com as necessidades de cada uma. Optou em transferi-los para um único lugar, a fazenda da Conceição, porque ‘separar aqueles escravizados uns dos outros e dividi-los pelas outras fazendas, estando acostumados a viverem juntos em família’, explica ele ao comissário na Corte ‘seria além de impolítico, desgostá-los separando-os de uma tribo’. O barão que era fazendeiro experiente procurava, no século XIX, ser *político* com seus escravizados para evitar o pior (REIS; SILVA, 1989).

A partir de um total de 117 batizados de filhos legítimos, que foram aqueles em que os padres mencionaram os nomes de pai e mãe, classificamos os padrinhos e madrinhas que foram convidados para apadrinharem esses 117 inocentes em Taquari (GRÁFICO 7). Em comparação com os batismos dos filhos naturais, os legítimos apareceram em menor número demonstrando que muitas das relações familiares não foram reconhecidas pela Igreja, mas que não significaram uma não convivência entre pais e filhos.

Gráfico 7 – Padrinhos e madrinhas dos filhos legítimos



Fonte: Becker e Pires (2021).

As relações de compadrio, de forma geral, que mais se destacaram no gráfico foram os apadrinhamentos realizados por padrinhos e madrinhas que estavam como escravizados e que eram, provavelmente, escravizados. Depois, o apadrinhamento feito por proprietários de mão de obra escravizada e por pessoas com a condição de livres, pois nem todos eram possuidores de cativos. Destaque, também, para os padrinhos de outras escravarias o que demonstrou a formação de laços fora dos locais em que pais e mães se encontravam servindo, mostrando que redes de relações se constituíram em torno dos batizados. Em menor expressão estiveram os apadrinhamentos de indivíduos que eram forros.

Os laços de compadrio dos batismos de legítimos demonstraram uma rede estabelecida entre indivíduos que se encontravam nas mesmas propriedades. Os dados do gráfico apontam para essa proximidade entre as famílias e seus padrinhos que estavam em condição social igual e que dividiam os espaços de uma mesma escravaria. A escravaria em que isto ficou evidente foi na de Manoel Alves dos Reis Louzada, em que nenhum padrinho e madrinha foram convidados de fora do grupo. Todos estavam na condição de escravizados, assim como, os pais das crianças.

Ao longo deste capítulo, uma série de dados foram expostos e todos eles trouxeram a formação do parentesco fictício, tanto para os adultos como para as crianças, o que demonstra uma certa complexidade das relações sociais estabelecidas entre os diferentes indivíduos e suas posições na sociedade de Taquari. Os laços que se formaram ultrapassaram as barreiras geográficas das propriedades e, de certa maneira, as sociais. Para além da identificação feita dos laços de compadrio, foi possível fazer com alguns nomes um cruzamento com outras fontes documentais e isso agregou informações, demonstrando a importância do uso de fontes variadas, a dinâmica do sistema escravista em Taquari, a variada quantia de possuidores de mão de obra escravizada, em especial, a possibilidade de acompanhar alguns anos da vida de pessoas que chegaram em situação de escravização. O capítulo propôs a análise dos laços de compadrio e atingiu o seu propósito pela classificação realizada dos batizados dos adultos e das crianças.

4 O CASAMENTO ENTRE ESCRAVIZADOS, FORROS E INDÍGENAS

“No país negro e racista
No coração da América Latina
Na cidade do Recife
Terça-feira 2 de junho de dois mil e vinte
Vinte e nove graus Celsius
Céu claro
Sai pra trabalhar a empregada
Mesmo no meio da pandemia
E por isso ela leva pela mão
Miguel, cinco anos
Nome de anjo
Miguel Otávio
Primeiro e único
Trinta e cinco metros de voo
Do nono andar
Cinquenta e nove segundos antes de sua mãe voltar
O destino de Ícaro
O sangue de preto
As asas de ar
No país negro e racista
No coração da América Latina”
(Adriana Calcanhotto, 2020).

Neste capítulo a fonte histórica principal a ser apresentada são os registros de matrimônios de escravizados, forros e indígenas de São José de Taquari, no período de 1787 a 1850. O levantamento realizado quantificou 40 matrimônios oficializados pela Igreja, onde analisamos a constituição da família negra escravizada e liberta. As uniões matrimoniais obedeceram duas classificações; ou seja, endogâmicas e exogâmicas. Junto às informações de alguns matrimônios foram agregados dados de registros de batismos, pois foi feita uma ligação nominal dos casais com o nascimento de seus filhos legítimos bem como os nomes de padrinhos e madrinhas.

Os africanos na América procuraram por estratégias e contra-estratégias na busca pela manutenção de seus sistemas sociais, culturais, econômicos e familiares. Em função de suas iniciativas e negociações junto aos senhores obtiveram ganhos como o pecúlio, alforria e ganhos simbólicos. Entre os elementos mantidos da cultura africana, um deles foi a família negra. Esta não se restringia somente às relações de parentesco, pois foi importante para a manutenção e transmissão de culturas e na formação de identidades sociais. A família era um refúgio para o compartilhamento da vida afetiva e para manterem o mínimo de autonomia. Os traços de permanências culturais estiveram na formação dos lares, no emprego de uma memória genealógica, em nomes atribuídos aos descendentes, na formação da economia interna e nas línguas empregadas pelos componentes. A família escravizada foi de vital importância para a vida cotidiana e por meio dela tiveram a oportunidade de manter e redefinir suas raízes africanas (FREIRE, 2009).

Os estudos sobre o cativo no Brasil tendiam a descrever as práticas sexuais e a vida familiar dos cativos como evidências de uma “patologia social”, em que existia uma falta de normas e nexos sociais, aspectos que impossibilitaram não apenas a aglutinação das pessoas na vida privada, mas também uma ação coletiva e “política” consequente. Porém, a obra de Slenes (2011) apresenta as possibilidades de formação de famílias extensas e intergeracionais e das ações que ocorriam em conjunto com os companheiros para a organização e definição de projetos em comum. Salienta ainda que, no país as representações da vida íntima na senzala com cenas de promiscuidade sexual, uniões conjugais instáveis, filhos crescendo sem pais foram consideradas até a década de 1970.

Autores a partir do final da década de 1960 começam a salientar especificamente a família escravizada. Pautados em ampla documentação, incluindo cartas ditadas por cativos, registros demográficos de várias fazendas, argumentam que a família nuclear, intergeracional e extensa (incluindo parentes fictícios, os compadres) era uma instituição forte e valorizada pelos cativos. E, que as uniões conjugais não eram instáveis, que os pais, não apenas as mães, tendiam a ser figuras importantes na vida de seus filhos, como também, que os cativos tinham normas familiares próprias e que não eram simplesmente vindas dos seus donos (SLENES, 2011).

Conforme as Constituições do Arcebispado da Bahia os escravizados e escravizadas podiam se casar com outras pessoas escravizadas ou livres, e os proprietários não podiam impedir. Os proprietários não poderiam lhes tratar pior e nem vendê-los. Estes não poderiam

fazer impedimentos ao casamento com ameaças ou maus tratos. Depois de casados permaneceram junto ao seu proprietário e deveriam cumprir os seus serviços. Para se casarem precisavam saber a doutrina cristã, tinham que saber o Pai Nosso, Ave Maria, Creio em Deus pai e Mandamentos da Lei de Deus e da Santa Igreja (DA VIDE, 1946).

Após, essa apresentação inicial das ideias principais deste capítulo sobre a possibilidade de formação de núcleos familiares dentro do sistema escravista em Taquari, partimos para as duas classificações realizadas em que esmiuçamos os registros e conhecemos as pessoas mencionadas em cada assento matrimonial. Enfatizamos a importância de trazer ao debate histórico todos esses indivíduos que estão citados em cada documento, que não esqueçamos a história de cada pessoa, de cada família composta e como lutaram com os artifícios que a realidade em que estavam inseridos oferecia.

4.1 Casamentos endogâmicos

Para analisarmos os casamentos endogâmicos que ocorreram em Taquari entre os séculos XVIII e XIX, baseamo-nos na definição feita por Freire (2009); o mesmo explica, baseado na historiografia, que os casamentos endogâmicos eram aqueles ocorridos entre cativos “iguais”, dentro de seu próprio grupo, no que diz respeito à origem ou à cor, crioulo com crioula, pardo com parda, africano com africana, no caso destes últimos também relações endogâmicas seriam aquelas ocorridas entre Mina e Mina, Rebolo e Rebolo, etc. Com base nessas definições é que, na sequência, apresentamos os matrimônios celebrados e, em alguns casos, os casais que tiveram filhos mencionados em registros de batismo.

Em relação à definição de cor é importante salientar que a cor foi incorporada à linguagem que traduzia visualmente as hierarquias sociais. Assim, a cor branca poderia representar a distinção e liberdade, mesmo que não se pudesse afirmar que todos os negros e mulatos fossem ou tivessem sido escravizados (LARA, 2012). De acordo com o Vocabulário português e latino de Raphael Bluteau, citado por Lara (2012), a palavra “preto” era associada à condição escravizada, e o termo “negro” remetia ao “homem da terra dos negros ou filho de pais negros”, enquanto um “negrinho” era simplesmente “um rapaz negro”. A designação “parda”, antes de mais nada, é uma cor, a “cor entre branco e preto”, que é “própria do pardal, donde parece lhe veio o nome”.

Iniciamos com os casamentos ocorridos na propriedade de Antônio de Vargas. Em 24 de outubro de 1787, o vigário Matheus da Sylveira Sousa realizou a cerimônia de casamento na Freguesia de São José de Taquari de três casais de africanos, todos pertencentes a Antônio de Vargas. O primeiro foi o matrimônio de Pedro e Francisca²²⁹, os dois eram de origem benguela. As testemunhas foram Sebastião da Sylva Ferreira e Felipe José Antonio. O segundo casamento foi do casal João e Joanna²³⁰, ambos também de origem benguela. O terceiro casamento²³¹ foi de João, de angola, com Roza, de benguela.

As três uniões maritais foram de uma mesma propriedade, dois casais com a mesma origem benguela e um casal com origens africanas distintas. Talvez representavam um controle do proprietário em relação às relações de seus escravizados e sua interferência para que se casassem com indivíduos de sua escravaria. Nos pautamos nas ideias de Slenes (2011), quando este escreve que eram os proprietários que normalmente faziam a escolha e impunham suas decisões a seus escravizados. Sendo que é difícil acreditar que existia uma política de casamentos forçados, sem base alguma nas vontades e que pudesse ser eficaz.

Não foi possível averiguarmos o tamanho da escravaria de Antônio de Vargas por falta de informações, mas supomos que possuía uma quantidade significativa para três casais terem passado pelo matrimônio em sua propriedade. Em análise para os casamentos da Freguesia de São Tomé das Letras (MG), Viana de Paula (2013) observou que o aumento do tamanho das propriedades é diretamente proporcional aos dos cativos casados de ambos os sexos, uma escravaria com maior quantidade de indivíduos oferecia maiores possibilidades destes contraírem uniões matrimoniais.

Slenes (2011) também ressalta que os senhores em Campinas praticamente proibiam o casamento formal entre escravizados de donos diferentes ou entre cativos e pessoas livres. Na matrícula de 1872, não existem uniões matrimoniais que ultrapassem a fronteira entre posses e há apenas alguns casamentos entre escravizados e libertos, e nos assentos de casamento da Igreja, ambos esses tipos de uniões são raros. Os proprietários não eram os únicos que não aprovaram os casamentos com outras escravarias, pois em outras localidades também havia a mesma “proibição”. O cativo que queria realizar a união matrimonial pela Igreja quase sempre tinha que encontrar seu cônjuge dentro da mesma propriedade.

²²⁹ Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.46.

²³⁰ Ibidem, Livro 1, fl.46.

²³¹ Ibidem, Livro 1, fl.46.

O proprietário Antonio de Vargas em um mesmo dia realizou mais de uma cerimônia de casamento em sua escravaria, algo que de certa forma dialoga com o descrito por Reis (2007) em seu estudo para a Freguesia da Sé (Bahia), onde ocorreu em 25 de outubro de 1842, a união de onze casais de africanos de nação. Na zona rural podia ser mais frequente os senhores casarem os seus cativos, acontecendo até mesmo celebrações coletivas, especialmente, em dias de festas católicas, uma prática que parece não ter ocorrido no espaço urbano. Obviamente, que a proporção de casamentos citada para a Freguesia da Bahia é de uma maior proporção que a quantia de Antonio de Vargas, no entanto, o exemplo traz para o debate os casamentos coletivos e ocorridos dentro de uma mesma propriedade.

Também a pesquisa de Petiz (2009) se deteve em uniões matrimoniais, este analisou 691 registros de uniões que aconteceram entre indivíduos de uma mesma escravaria. Constatou que a maioria das cerimônias era de um mesmo proprietário. Tais dados apontaram que houve pouca frequência de casamentos entre escravizados de diferentes propriedades nas freguesias da Fronteira Oeste do Rio Grande, considerando que situações problemáticas poderiam surgir para os senhores, na medida em que ocorriam os nascimentos dos filhos ou reivindicações de maridos e esposas que poderiam querer morar ao lado de seus parceiros em uma das propriedades.

Os levantamentos de Motta (1999) sobre a família escravizada de Lorena e Bananal (SP), no ano de 1801, evidenciam que a categoria “casais endogâmicos” envolvia metade (50,9%) das famílias escravizadas de Lorena e mais de três quartos (76,4%) das de Bananal. Percebeu que cerca de três quintos (60,8%) integravam as unidades familiares em Lorena, e pouco mais de quatro quintos (81,9%) em Bananal. O predomínio de tal categoria contribui para a hipótese de que as uniões aconteciam, em grande medida, dentro dos limites de cada escravaria. Entre os casais endogâmicos, eram mais numerosos aqueles com filhos presentes, sendo para Lorena o percentual de 31,2% e de 48,6% para Bananal.

Nesse diálogo sobre os casamentos corroboram os escritos de Delfino (2010) quando escreve que as escolhas dos casamentos não ocorrem de forma aleatória. Fatores externos influenciam, como pressões demográficas, altas razões de masculinidade e africanidade, como também fatores associados à hierarquia de valores dos agentes envolvidos. Sendo assim, quando um africano benguela se unia à mulher africana de seu mesmo “grupo étnico”, certamente razões culturais foram levadas em conta nesta escolha. Além desses aspectos

considerados, como origem, “etnia” e cor, havia o fator que funcionava como inibidor decisivo da livre vontade que eram as proibições dos proprietários.

Retomando nossos matrimônios, outra união ocorreu em 28 de outubro de 1787²³² casaram-se na Freguesia de São José de Taquari, Domingos, de nação cabinda, com Rita, de nação benguela. O proprietário do casal era José Silveira de Castro. As testemunhas da cerimônia foram João, preto, de nação cabinda, de Manoel (sobrenome ilegível) e Francisco, preto, de nação benguela, de José Teixeira Maciel. Dois anos depois, a cerimônia de 22 de fevereiro de 1789²³³, foi do casal Miguel e Maria. Ele de nação rebole e ela de nação benguela. O proprietário de ambos chamava-se José Teixeira de Quadros. As testemunhas convidadas foram Matheus Teixeira Fagundes e Francisco Teixeira de Quadros.

A respeito de Miguel e Maria é possível que tenham batizado seu filho Jozé, em 18 de janeiro de 1835. No momento do casamento estes pertenciam a José Teixeira de Quadros. Porém, no assento de batismo, o proprietário do casal já era Miguel José de Farias. O que pode ter ocorrido no passar dos anos foi a negociação do casal, levando em conta que não deveria haver a separação em venda dos cônjuges, com isso Miguel e Maria podem ter sido vendidos entre esse período de 1789 e 1835. A possibilidade é pequena de serem as mesmas pessoas se fizermos a soma entre esses anos.

Podemos notar no registro os laços sociais entre os padrinhos de casamento com os nubentes Domingos e Rita, em específico, que estes também eram de iguais nações africanas que o casal. Além disso, os dois, João e Francisco estavam na condição de escravizados e mesmo assim foram testemunhas do casamento, sendo estes de propriedades distintas, porém, esse laço deve ter sido significativo para Domingos e Rita ao pensarmos a respeito das afinidades culturais entre esses quatro africanos a partir da união matrimonial que os aproximou. Não temos como mensurar o ganho dessas relações de apadrinhamento, mas pela menção das raízes africanas deve ter havido uma proximidade étnica que influenciou nas escolhas das testemunhas.

A instituição do compadrio e apadrinhamento cristão foi vivenciada no estudo de caso do pesquisador para Mariana (MG), por livres, forros e escravizados. Era um elemento importante da sociabilidade comunitária, pois ocorriam visitas, convívio, festas, cuidados no momento de doença e também apoio nas necessidades da vida colonial. O compadrio e

²³² Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.45-46.

²³³ Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.51.

apadrinhamento também produziam e reproduziam as relações hierarquizadas do Antigo Regime, quando de um lado estava o padrinho e do outro a família e o afilhado, hierarquicamente posicionados. Os vínculos e proximidades que o parentesco criado pelo ritual cristão reforçava tornavam-se especiais e cheios de valor simbólico (MAIA, 2010).

Outros casamentos foram realizados em 03 de outubro de 1791²³⁴, neste dia o padre celebrou dois casamentos, os casais eram de uma mesma escravaria que pertencia ao proprietário Manoel Teixeira de Quadros. No primeiro casamento, o noivo Antonio era de nação cabinda e a noiva era de nação benguela, chamava-se Antonia. As testemunhas convidadas para a cerimônia foram Francisco José e Francisco Teixeira. O segundo casal era composto por Francisco, de origem benguela e Roza de origem rebolo. As testemunhas da união desse casal foram Antonio da Costa e Francisco Teixeira, que também haviam assinado como testemunha do casal anterior. Então, nessa propriedade estavam quatro pessoas de origem africana, mas de grupos étnicos diferentes.

O pároco José de Resende Novaes realizou o casamento em 02 de maio de 1795²³⁵ do casal Miguel e Isabel, na Matriz de São José de Taquari. O noivo Miguel era de nação benguela e a noiva Isabel de nação rebolo. Ambos eram de Antônio Machado de Azevedo. As testemunhas presentes no casamento foram Antônio da Costa Machado e Manoel Machado Abraão. Neste casamento observamos que os padrinhos estavam em uma condição social superior aos nubentes, pois pelo sobrenome Machado supomos que eram aparentados do proprietário e livres, assim o laço parental criado pelo casamento deve ter sido importante para o casal Miguel e Isabel.

Em 20 de outubro de 1796²³⁶, Antonio, de nação rebolo e Rosa, de nação benguela se casaram na Matriz de São José de Taquari. O proprietário de ambos era Francisco da Costa Leite. As testemunhas da união do casal foram Sebastião da Sylva Ferreira e Francisco da Costa. Já, em 04 de janeiro de 1797²³⁷, José de Resende Novaes realizou o casamento de José, de nação benguela com Maria, de nação cassange. O casal era de Manoel Ignácio. O mesmo Manoel serviu de testemunha, juntamente, com Sebastião da Sylva Ferreira. Mais de uma vez se percebeu a citação do nome de Sebastião como testemunha de casamentos de africanos, provavelmente, era alguém que tinha uma boa influência na comunidade escravista.

²³⁴ Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.58.

²³⁵ Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.69.

²³⁶ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.30.

²³⁷ Ibidem, Livro 2, fl.30.

Os nomes de Antonio e Rosa foram citados no registro de batismo da filha do casal Joaquim e Maria. Em 09 de dezembro de 1805²³⁸ ocorreu o batizado da inocente Joaquina, para apadrinharem a inocente foram convidados o casal Antonio e Rosa que continuavam com Francisco da Costa Leite. Com isso, percebemos os laços de compadrio entre os dois casais, os pais de Joaquina não eram da mesma propriedade que Antonio e Rosa. Desta maneira, os laços extrapolaram os limites das propriedades. Além de conseguirmos saber que o casal permaneceu na propriedade de Francisco nesse intervalo de tempo entre 1796 e 1805.

Dito isso, Slenes (1988) expõe que era comum uniões conjugais entre cativos de Campinas e que esses casamentos duravam um tempo de 10 anos ou mais. Assim como, eram comuns os casos de filhos que conheciam o pai e que passavam os anos formativos em sua companhia. Os índices de casamento, a proporção de mães casadas, e a porcentagem dos filhos que viviam com os dois pais eram bem mais baixos nas escravarias pequenas (com menos de 10 pessoas), tal conjuntura limitava as chances do escravizado encontrar um cônjuge ou manter uma família nuclear unida.

Outro casamento foi oficializado em 31 de maio de 1801²³⁹, o pároco da cerimônia era Alexandre José Coelho da Costa, os noivos eram de Caetano, do congo e Anna, de nação benguela. Os dois escravizados eram de João Pereira da Silva. A testemunha da união foi João. Tempos depois, mais precisamente, em 24 de junho do mesmo ano²⁴⁰, houve mais uma união na Matriz de São José de Taquari, na ocasião se casaram Caetano, de nação congo, com Maria, de nação benguela. Ambos eram de Clemente José da Costa. A testemunha do casamento também foi João. Nestes dois registros, observamos que os cônjuges eram de benguela e congo, e que o laço de compadrio foi firmado com um escravizado nos dois casos, mesmo os casais sendo de propriedades diferentes.

Mais uma união ocorreu na Matriz de São José de Taquari, em 01 de fevereiro de 1802²⁴¹, o casamento de Gracio, de nação cassange, com Maria, de nação benguela, ambos escravizados. Os dois estavam na propriedade de José Antonio (sobrenome ilegível). As testemunhas dessa união foram José Ferreira e Manoel Antonio Silveira. Entre as origens levantadas nos registros de casamentos de Taquari, a nação cassange foi registrada poucas vezes, demonstrando que foram poucos os africanos casados em Taquari com tal naturalidade.

²³⁸ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.10.

²³⁹ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.111.

²⁴⁰ Ibidem, Livro 2, fl.111.

²⁴¹ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.113.

O casal Caetano e Anna foram padrinhos do inocente Manuel, em 12 de abril de 1806²⁴². Manuel era filho de Caetano e Maria, de Clemente José. Neste batizado, Caetano e Anna permaneciam a João Pereira da Silva. No registro não foram citadas as nações de origem dos pais de Manuel, apenas que eram pretos escravizados. Com este assento batismal notamos a permanência na propriedade de João Pereira, de Caetano e Anna, entre os anos de 1801 a 1806. Novamente, tem-se um compadrio entre casais de proprietários diferentes. Demonstração de formação de laços de parentesco para além de uma única senzala.

Outra celebração matrimonial ocorreu em 05 de fevereiro de 1804²⁴³, na Matriz de São José de Taquari, a cerimônia de casamento foi do casal Sebastião, de nação congo, com Manoela, de nação benguela. Ambos eram de José Roiz. As testemunhas foram Antonio e Angélica e Antonio e Joaquim. Já em 15 de abril do mesmo ano²⁴⁴, houve o casamento de Miguel, de benguela, com Roza, de angola. Estes eram de Clemente José da Costa. As testemunhas da cerimônia foram João e Francisco.

Em relação às presenças das nações nas uniões maritais, Alves (2010) contribui quando salienta que os registros consultados para seu estudo de caso apontaram para uma endogamia entre angolas. Então, a maior ou menor incidência de endogamia entre nações estava mais relacionado com as etnias predominantes nas escravarias, do que com as escolhas dos próprios escravizados. Com base nisso, é possível levarmos em conta também que os casamentos ocorridos em Taquari entre as nações mencionadas podem estar relacionados com as etnias que existiam em cada escravaria.

Seguimos com mais uma união, esta ocorrida em 24 de agosto de 1815, o pároco era Leandro José de Magalhães e o casamento de Manoel e Angela²⁴⁵, africanos da Costa. O proprietário do casal se chamava Andre Jacinto. As testemunhas da união foram João José de Carvalho e João Estácio de Lima Brandão. Temos aqui mais um exemplo de casamento entre africanos e de mesma etnia. Blanco (2012), em pesquisa para Viamão percebeu que as mulheres eram em menor número e com isso tinham maior poder de escolha, quando não havia cônjuges da África recorria-se aos crioulos. Os casamentos entre africanos corresponderam a quase 50% dos matrimônios entre 1790 e 1807, depois decaíram para 34%.

²⁴² Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.14.

²⁴³ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.118.

²⁴⁴ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.119.

²⁴⁵ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.150.

Outra união ocorreu em 23 de junho de 1844, do casal Mathias e Brígida²⁴⁶, os dois de nação moçambique, estavam na propriedade de Manoel Alves dos Reis Louzada. O casal teve um filho chamado João anos depois, mais precisamente, em 07 de julho de 1847. A partir disso, conseguimos aumentar as informações a respeito desta família. Os padrinhos de João foram Bernardo e Florinda, ambos da mesma escravaria que os compadres e o afilhado. Mas o que destacamos também é a origem dos padrinhos, Bernardo, moçambique, e Florinda, crioula. Os pais eram de origem Moçambique e o padrinho Bernardo também. Tais informações sugerem que, na escolha do padrinho, os pais buscaram por indivíduos de sua origem africana, algo para manter laços envolvendo costumes, língua, entre outros.

A partir do casamento de Mathias e Brígida vimos que além de formalizarem sua união endogâmica e constituírem família, houve o nascimento de um filho. Isso se aproxima com o dito por Florentino e Góes (1997), quando classificam as famílias nucleares como aquelas compostas apenas pelos cônjuges ou por eles e seus filhos. Além disso, enfatizam que é preciso notar se existia alguma diferença nos graus de permanência das famílias nucleares levando em conta se foram montadas apenas por alianças matrimoniais ou incluírem laços de filiação consanguínea através da existência de filhos.

O casamento de José, do congo, com Maria, de angola, aconteceu em 16 de setembro de 1844²⁴⁷, na Matriz de São José de Taquari; o vigário Antonio João de Carvalho foi quem celebrou a união. Os dois eram de João Alvez da Silva. Neste registro estava mencionado que as testemunhas não assinaram por serem escravizadas. Porém, em outros registros os nomes e assinaturas de escravizados aparecem como testemunhas. Não sabemos se foi uma regra do pároco, em específico, deste registro. Em outros trabalhos, como de Barroso (2014), ele, em pesquisa de registros de matrimônio para o Engenho Bom Intento, Grão-Pará, no período de 1840 a 1870, deparou-se com 25 assentos em que cativos atuaram como testemunhas de matrimônio.

Depois de realizado o casamento perante a Igreja, conforme o ritual que esta estipulava, a separação de seus cônjuges e também de sua prole passava a ser dificultada, tal situação passou a ser definitivamente proibida pela Lei de 15 de setembro de 1869. Tal legislação além de proibir a separação dos cônjuges, também impedia a separação de pais e

²⁴⁶ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.64-65.

²⁴⁷ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.67.

filhos menores de quinze anos, preocupação que se fez presente no texto da Lei do Ventre Livre, no ano de 1871 (BARROSO, 2014; MOTTA, 1988).

Sobre a questão do tamanho das escravarias, tem-se que no Rio Grande do Sul, diferentemente das áreas de *plantation* havia uma predominância de pequenas propriedades com 01 a 09 escravizados. Nas pequenas escravarias encontravam dificuldade em obter um parceiro ou parceira, em função de uma menor possibilidade de acesso a um nubente ou pelas regras matrimoniais. Além disso, havia contratempos econômicos e possíveis endividamentos nas unidades produtivas pequenas e com isso transações de compra e venda. Já, nas posses maiores, havia mais estabilidade e, por isso, ofereciam um período de convivência maior entre os escravizados, favorecendo a formação de relações de solidariedade e familiares (ZETTEL, 2011).

O casamento podia ser algo perseguido por muitos, no entanto, poucos alcançaram esse objetivo, uma vez que as condições necessárias para os nubentes realizarem a união iam desde as proibições por parentesco, mesmo que distante, até a necessidade de disporem de recursos econômicos para pagar as despesas com o ritual que legitimava o casamento. Tais dificuldades já poderiam ser empecilhos para a população livre e muito mais para os sujeitos que estavam em situação de escravização (ELIAS, 2013).

Em relação às faixas etárias, Florentino e Góes (1997) trazem as uniões entre mulheres idosas (acima de 45 anos) e homens muito jovens (entre 15 e 25 anos). Em que, quanto mais velhas, maiores as diferenças etárias delas para com seus parceiros, estes, pelo contrário, quanto mais jovens, mais novos que suas parceiras. O monopólio dos homens maduros e idosos era tão forte sobre as mulheres férteis que os jovens eram permanentemente excluídos do acesso às últimas. Aos nascidos na África e que eram novos, restavam apenas as mulheres com idade elevada às deles. Para os registros de casamentos levantados para Taquari não foi possível identificarmos as idades dos casais, pois os párocos não registraram tal informação.

O Matrimônio, do dia 27 de abril de 1802²⁴⁸, realizado pelo padre Alexandre José Coelho da Costa foi de Antonio e Eva. Ele era natural de São José de Taquari, crioulo e escravizado. Ela era do Rio de Janeiro, crioula e também escravizada. Os dois serviam ao proprietário João Francisco (sobrenome ilegível). As testemunhas do casamento foram João e Manuel. Destacamos neste casamento os laços entre os padrinhos e seus afilhados. Todos

²⁴⁸ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.113.

estavam em uma situação de escravização, possivelmente, João e Manuel também eram crioulos. Talvez a estratégia em convidar cativos para servirem como testemunhas fosse tecer alianças com indivíduos da mesma condição social.

Na sequência, há registros de casamentos ocorridos entre pessoas que estavam em uma condição de liberdade. Estando libertos e com as uniões oficializadas poderiam obter maiores ganhos relacionados à obtenção de fontes de sustento, moradia, mesmo que permanecessem ligados às propriedades de seus antigos proprietários. Em 30 de maio de 1802²⁴⁹, o noivo era Antonio Pereira, não foi possível ler seu primeiro nome no documento, pardo forro e viúvo, a noiva, Gertrudes, parda, forra, natural de São José de Taquari. A testemunha da união foi Manoel Teixeira. Outro casal de libertos realizou sua união em 27 de outubro de 1844²⁵⁰, chamavam-se Pedro Leandro José Gomes e Rita Maria de Jesus. Pedro era viúvo de Jeronima Maria Candeias e Rita Maria era viúva de João da Silva, de nação Cassange. Não houve testemunhas nessa cerimônia. No mesmo dia²⁵¹ 27 de outubro, casaram-se os africanos José e Maria, os dois eram de nação cabinda. O noivo José era preto, forro, natural da Vila de Triunfo e Maria estava como escravizada de Thereza Maria de Jezuz. José era viúvo de Clara. Não teve assinatura de testemunha nesta cerimônia. Neste casamento, um dos cônjuges estava em liberdade, no caso, o homem. Possivelmente, a estratégia do casal se pautou na condição de liberto de José, pois com isso poderia acumular dinheiro e comprar a liberdade de sua esposa Maria.

Explica Slenes (2011) que entre os cativos casados ou aqueles com família extensa, a possibilidade de obter alforria por meio de poupança era maior do que entre os solteiros ou solitários. Uma vez que os laços familiares não apenas criavam maiores possibilidades para a poupança, mas potencializava esse esforço de acumulação. Em específico, a poupança da família conjugal ou da família extensa poderia ser utilizada para o resgate de um de seus membros do cativeiro, ou mais de um, segundo os critérios do grupo.

A respeito dos horários em que ocorriam as cerimônias na Matriz de São José de Taquari, viu-se que os padres faziam as cerimônias no turno matutino. O que parece ter acontecido para outras regiões também a escolha desse turno do dia. Segundo Hora (2015), a escolha pelas primeiras horas do dia, tanto em Sergipe, no Recife e na Bahia acontecia muito provavelmente, com a necessidade de divulgação da celebração matrimonial, e em função

²⁴⁹ Ibidem, Livro 2, fl.113.

²⁵⁰ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.70.

²⁵¹ Ibidem, Livro 2, fl.70.

disso, a claridade teria um papel fundamental, e com o cotidiano de trabalho das pessoas. Ao realizar a cerimônia cedo, mais cedo encerravam as festividades e as atividades cotidianas eram retomadas.

Ainda sobre as uniões matrimoniais, Slenes (2011) comenta que ao pensar no casamento, os cativos, que eram manipuladores de uma gramática do espaço, pois de alguma forma faziam uma relação com as construções africanas, teriam visto as oportunidades e possibilidades reais de aumentar a pequena área construída que estava à sua disposição que era a senzala, e de ganhar mais controle sobre essa área. Com isso, aumentaria suas chances de atingir certas finalidades materiais e culturais, eram finalidades limitadas, no entanto, repletas de significados.

Dito isso, viu-se os casamentos endogâmicos e suas características com os enlaces que foram fundamentais para a conquista de autonomia, de alianças com outras pessoas dentro e fora do cativeiro. O que demonstra que foi possível a existência da família negra escravizada e liberta, e no caso de Taquari, pelo levantamento realizado a maioria das uniões matrimoniais foram endogâmicas. Os dados analisados contribuem para o debate acerca da família escravizada que por muito tempo foi questionada pelos pesquisadores, como se não fosse possível os indivíduos em escravização conseguirem manter relações estáveis e duradouros em meio ao sistema escravista.

4.2 Casamentos exogâmicos

Para a classificação das uniões em Taquari, buscamos por uma definição de casamento exogâmico, quando nos deparamos com o trabalho de Freire (2009), que classificou os casamentos exogâmicos como aqueles que ocorriam fora do grupo, entre os “desiguais”, também estavam relacionados com a origem e cor; ou seja, africano com crioula, crioulo com parda, no caso dos africanos aquelas relações ocorridas entre mina e cassange, angola e moçambique também são consideradas exogâmicas.

Para este tipo de casamento, começamos com a cerimônia celebrada em 14 de outubro de 1787²⁵², pelo vigário Matheus da Sylveira Sousa, na Freguesia de São José de Taquari. O

²⁵² Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.45.

casamento era de Joaquim Pedreira, natural da Villa de Curitiba, com Eufrasia Maria, de São José de Taquari. Joaquim era filho natural de Maria Rodrigues, que já era falecida. Sua esposa Eufrasia era escravizada pelo Tenente Francisco da Sylva. Eufrasia era viúva do indígena chamado Santiago. As testemunhas da união foram Francisco José de Andrade e Francisco da Sylva Barbosa. O registro não mencionou a condição social de Joaquim, acreditamos que era homem forro, pois possuía um sobrenome.

A partir da união de Joaquim e Eufrasia Maria, analisamos a escolha feita pela Eufrasia, já que estava em uma condição social diferente de seu cônjuge, ou a escolha do próprio Joaquim. Neste sentido, tem-se o trabalho de Vasconcellos (2002) que leva a pensarmos sobre a imposição senhorial nos casamentos, quando se acredita que os proprietários definiam os casamentos é considerar que os cativos eram “seres manipulados”, quando se sabe que eram homens e mulheres atuantes em suas vidas, que negociavam concessões com seus proprietários. Existia dentro dos limites impostos, momentos de manifestação de vontades e um exemplo foi o casamento endogâmico.

A respeito da imposição do casamento por parte do senhor corrobora a pesquisa de Graham (2005) quando apresenta a história da escravizada Caetana. O seu proprietário, sem consultá-la ou avisá-la, comentou que ela iria casar. Caetana acabou obedecendo contra sua vontade e por medo das ameaças. No entanto, recusou o marido e solicitou junto ao proprietário a separação. O senhor se compadeceu e separou o casal, além disso, apresentou uma petição perante um tribunal eclesiástico para anular o casamento. O processo legal começou em São Paulo, distante da fazenda em que estavam. O tribunal anotou que o capitão que era o proprietário do casal, havia permitido que o caso prosseguisse, em fevereiro de 1836, menos de quatro meses depois do casamento, a petição de Caetana estava diante do tribunal da Igreja. Tal caso demonstra que houve a ordenação do casamento pelo proprietário, mas Caetana lutou, e o senhor cedeu. A luta de Caetana era para ter uma vida de solteira, a resistência de uma mulher jovem contra a autoridade masculina.

Ainda sobre o casamento de Joaquim e Eufrasia Maria, consideramos o visto por Francisco (2007) em análise para Juiz de Fora em que notou que o número de casamentos entre pessoas da mesma condição jurídica foi superior às demais uniões. A união matrimonial entre um homem escravizado com uma mulher liberta ou livre foi superior ao inverso. Ao casaram-se com mulheres livres/libertas os filhos do casal estariam livres. No exemplo, do casal de Taquari aconteceu de um homem liberto se casar com uma mulher escravizada.

Para De Carli (2007) os casamentos do município de Fazenda Grande apontaram uma endogamia de condição legal em 82,1% dos casos, o que talvez aponte uma rejeição da população livre em se casar com escravizados. Provavelmente, a rejeição da população livre em se casar com cativos, dava-se em função de sua condição legal do que da impossibilidade deste de agregar benefícios econômicos. Uma união com um escravizado seria um risco, pois o cônjuge poderia ser vendido pelo proprietário. Porém, mesmo com tal instabilidade, os escravizados procuravam, na medida do possível, a estabilidade matrimonial.

Ainda no século XVIII em Taquari, houve o casamento de Sebastião da Costa Cavalcante do Amaral com Felícia, em 12 de fevereiro de 1793²⁵³, na Igreja de São José de Taquari, bispado do Rio de Janeiro. Ele, era natural de Paranaguá, bispado de São Paulo, já Felícia era do Rio de Janeiro e se encontrava como escravizada de Anna Maria Silveira. As testemunhas que compareceram à união foram José Martins e João Baptista Leite de Oliveira. O que chamou a atenção neste matrimônio foi novamente a união de um homem livre/liberto pela presença de sobrenome com uma mulher em condição de escravizada.

A classificação realizada por Nogueira (2013) para Freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim (MG), resultou na identificação de casamentos endogâmicos em altos níveis, no entanto, houve uniões mistas, envolvendo pessoas livres/forras com escravizadas. As consequências disso eram que o casamento de uma pessoa livre ou forra com uma escravizada implicava em filhos escravizados, a menos que a mãe conquistasse a liberdade antes do nascimento do filho. Caso um homem cativo casasse com uma pessoa livre isso não afetaria a liberdade dos filhos. Também existia a possibilidade do homem acumular pecúlio e comprar a liberdade de sua esposa e filhos.

Em pesquisa para a Paróquia de Purificação, Schwartz (1988) observou que, dos 21% dos casamentos que envolveram escravizados (treze de 63) incluíam um cônjuge forro. O padrão predominante era o de maridos escravizados e mulheres forras. Surgiram casos ocasionais de maridos livres casando com escravizadas. Os laços matrimoniais entre cativos e forros, em certa medida, rompiam com as delimitações da vida pretendida por muitos proprietários, no entanto, podem ter servido para outros propósitos, tanto para os escravizados como para seus proprietários. Em Purificação essa prática parece ter sido incentivada por alguns donos.

²⁵³ Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.63.

Mais uma união ocorreu em 20 de julho de 1793²⁵⁴, na Igreja de São José de Taquari, que neste contexto era do bispado do Rio de Janeiro. Casavam-se João, preto, natural de angola, com Angelina, parda, natural da Freguesia de Triunfo, filha de pais incógnitos. As testemunhas do matrimônio foram Sebastião Ferreira e João Baptista Leite de Oliveira. Não foi possível lermos se o casal estava em condição de escravidão, bem como, os nomes dos proprietários, pois o documento estava ilegível em algumas partes.

Em 25 de julho de 1796²⁵⁵, o vigário José de Resende Novaes fez a cerimônia de casamento de Francisco, africano, da costa, com Genoveva, crioula. Os dois eram de Gabriel Pereira Machado. Serviram como testemunhas Sebastião da Sylva Ferreira e José Porto. Para este mesmo período contribui a pesquisa de Malaquias (2010), para dialogar sobre os casamentos ocorridos na Paróquia de São José do Rio das Mortes (MG). Nesta houve uma baixa ocorrência de uniões entre escravizados de origem ou cor iguais. Ressalta que a categoria “preto” tendia a designar genericamente africanos para os quais não se conhecia a procedência. As esposas de escravizados africanos eram, frequentemente crioulas, e raramente pardas ou cabras²⁵⁶. Os nativos compostos por pardos e cabras se casavam menos em relação aos crioulos. Em 1795, homens africanos conseguiam esposas africanas e nativas em proporções semelhantes. Em 1831, eles tinham esposas principalmente africanas.

Em 15 de abril de 1800²⁵⁷, a união foi de Antonio, preto, de nação benguela, com Luciana, crioula, preta. Os dois eram do reverendo Manoel Garcia Mascarenhas. As testemunhas do casamento foram Paulo, liberto, e José Antonio Ferreira. Constava também no registro que Antonio era viúvo de Anna. O que se observou neste registro foi a posse de mão de obra escravizada por um padre. Sobre as testemunhas serem uma liberta e outra livre, contribui o trabalho de Pinto (2012) quando escreve para a cidade de Pelotas que a indicação de uma testemunha livre ou liberta se aproxima das escolhas realizadas nos apadrinhamentos dos filhos de pais forros. Tais estratégias poderiam representar um afastamento do mundo da senzala, pois era mais interessante tecerem alianças com o segmento livre no desejo de inserção em seu mundo, ou para sobreviverem nele.

²⁵⁴ Ibidem, Livro 2, fl.63.

²⁵⁵ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.30.

²⁵⁶ “Cabra” era algo negativo e, de forma oficial, poderá ter definido os escravos brasileiros menos considerados da cidade, os de ancestralidade e mistura racial indeterminada (KARASCH, 2000).

²⁵⁷ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.109.

Possivelmente, o casal Antonio e Luciana tenha adquirido a liberdade entre o ano de 1800 e 1805, pois no registro de batismo de 26 de novembro de 1805²⁵⁸ este casal esteve apadrinhando o inocente Pedro, filho de Pedro e Maria, de Manuel de Medeiros. Constava no registro que os padrinhos Antonio e Luciana eram forros. Partindo disso, supomos que se tratava do mesmo casal que teve o matrimônio realizado em 15 de abril de 1800.

Em 12 de fevereiro de 1804²⁵⁹, o padre Alexandre José Coelho da Costa fez a união matrimonial de Francisco da Correia, forro, natural de São José de Taquari, filho legítimo de Alexandre Gomes e Josefa, (sobrenome ilegível) com Catharina, crioula e de Manoel Guimarães do Nascimento. As testemunhas foram Manoel e Maria. Dois dias depois²⁶⁰, casavam-se o africano Antonio, do congo, com Anna, crioula, de São José de Taquari. Os dois eram de Gerônimo José Rodrigues. As testemunhas de casamento foram Miguel e Rosa e dois padrinhos com o mesmo nome de João.

Outro casamento ocorreu em 14 de maio de 1804²⁶¹, entre o africano Francisco, de benguela e Elena, crioula, de São José de Taquari. Os dois eram de Manoel Ignacio Machado. As testemunhas da união foram Antonio e João. Já, em 23 de abril de 1809²⁶², o padre Leandro José de Magalhães celebrou o matrimônio de Miguel, preto, africano, da costa, com Antonia, crioula, filha de Thomas, forro, e de Maria, preta, de nação da costa, de Manoel da Silva Jorge. Foram testemunhas da união, João Estácio de Lima Brandão e Francisco José de Magalhães.

Os nomes de Miguel e Antonia foram citados também em registro de batismo de 12 de março de 1816²⁶³. Era o batizado da filha do casal Silvéria que havia nascido em 02 de fevereiro. A família permanecia como de Manoel da Silva Jorge. Os padrinhos que firmaram laços de compadrio com o casal foram o alferes José Martins e Anna, escravizada de Maria Silveira Jorge. Então, houve a constituição da família por Miguel e Antonia com o nascimento de uma filha, o que talvez tenha garantido algum ganho social e alguma autonomia dentro da propriedade em que estavam servindo. Pela contagem do tempo entre casamento e batizado, a família permaneceu por 12 anos no mesmo local.

²⁵⁸ Ibidem, Livro 3, fl.10.

²⁵⁹ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.118.

²⁶⁰ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.119.

²⁶¹ Ibidem, Livro 2, fl.119.

²⁶² Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.132.

²⁶³ Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.189.

Em 07 de julho de 1809²⁶⁴, a cerimônia foi de João de Manoel da Rosa, africano, preto forro, de nação rebolo com Thereza Maria, natural de São José de Taquari, crioula e forra também. Thereza era filha de Joaquim da Rosa, preto, forro, e de Maria Anna que já era falecida, ambos naturais de São José de Taquari. As testemunhas convidadas foram João Estácio de Lima Brandão e Francisco José de Magalhães. No dia 20 de agosto de 1813²⁶⁵, o pároco Leandro José de Magalhães casou na Matriz de São José de Taquari, Joaquim Ribeiro, da Freguesia de Hiporanga do bispado de São Paulo com Maurícia Maria, de São José de Taquari. Ambos eram forros e crioulos. Assinaram como testemunhas, João José de Carvalho e João Estácio de Lima Brandão.

Em 12 de setembro do mesmo ano de 1813²⁶⁶, casaram-se José dos Reis, natural de São José de Taquari e Rosa Maria, também de Taquari. José era pardo, forro, filho natural da crioula Maria. Rosa Maria era uma indígena guarani, filha natural de Maria Paula. As testemunhas da união foram as mesmas que para o casamento anterior. O grande destaque neste casamento é a união formada entre duas pessoas de origem étnica diferente das demais, entre um ex-escravizado com uma indígena. Foram pouquíssimos os casos identificados neste levantamento para Taquari em que verificamos o enlace formal cristão entre libertos e indígenas.

Sobre a união matrimonial de escravizados com indígenas, Blanco (2012) em pesquisa para Viamão, no período de 1747 a 1759, também identificou algumas uniões entre escravizados e indígenas, assim como vimos para Taquari. O pesquisador contabilizou 62 mulheres que optaram por outros cativos, 10 uniram-se a forros, cinco a indígenas e outras cinco a livres. Entre os homens, 87,3% escolheram mulheres escravizadas e 5,6% indígenas. Pelo exemplo de Viamão o casamento entre pessoas de origem africana com indígenas ocorreu e demonstra a miscigenação que se deu nestes territórios.

Identificamos mais um matrimônio entre africano liberto e indígena para Taquari. O padre Antonio José de Carvalho, em 30 de outubro de 1836²⁶⁷, realizou a cerimônia de casamento de Joaquim Fagundes e Vitalina Maria Ignácia. Joaquim era africano, da costa d'África, preto forro. Vitalina era uma indígena guarani, batizada em Santo Amaro, natural de Conventos, filha natural de Maria Flora Belchior. As testemunhas da união foram Augusto

²⁶⁴ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.133.

²⁶⁵ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.143.

²⁶⁶ Ibidem, Livro 2, fl.143.

²⁶⁷ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.41.

Joaquim de Siqueira e Porfírio Balbino de Souza Bitancourt. Nesta união podemos saber a filiação da esposa e o local de procedência de sua mãe, Maria Flora era de Conventos, que hoje corresponde ao município de Lajeado.

Em 23 de junho de 1844²⁶⁸, a cerimônia de casamento foi de Matheus, de nação Moçambique e Angélica, crioula. Os dois eram de Manoel Alves dos Reis Louzada. Angélica era filha de Antonio, congo, e Anna, de nação. Os nomes das testemunhas estavam ilegíveis. No mesmo dia²⁶⁹ também ocorreu o casamento de Mariano, de Moçambique e Felicidade, crioula, ambos eram também de Manoel Louzada. O casal teve dois filhos batizados, um no ano de 1849 e outra em 1861, conforme já citamos no esquema feito da escravaria de Manoel Louzada. O que se percebeu é que a família se constituiu dentro da propriedade de Louzada, desde o casamento até o nascimento de dois filhos.

Em 16 de setembro de 1844²⁷⁰, casaram-se Guadiano, da Villa de Lages e Domingas de São José de Taquari. Os dois eram de José Antonio da Rosa. Não houve assinatura de testemunhas neste casamento, porque as mesmas eram escravizadas. Em 27 de outubro do mesmo ano²⁷¹, a cerimônia de casamento foi de Joaquim, natural de São José de Taquari com Cecília, da Vila de Triunfo. Os dois eram de José Cardoso Santiago. As testemunhas não compareceram na cerimônia. Para este casal verificamos o batizado de quatro filhos. Nos registros constavam que Joaquim era de José Cardoso Santiago e Cecília de Dionízia Ignacia da Silva.

Em 09 de dezembro de 1845²⁷², foi batizada Cyprianna na Matriz de São José de Taquari, filha legítima de Joaquim e Cecília. O apadrinhamento foi feito por Antonio Luis Alves e Maria Cardoso da Silva. Outro batismo ocorreu em 25 de dezembro de 1853²⁷³, da inocente Victorina outra filha legítima do casal. Os padrinhos convidados foram João Garcia de Azevedo e Angélica Rosa da Conceição. Em 17 de março de 1856²⁷⁴, a filha Gaudencia recebeu os santos óleos, a terceira filha de Joaquim e Cecília. O padrinho foi Manoel Jose Caetano e a madrinha Cândida, escravizada de Silverio Manoel Machado. Em 08 de fevereiro

²⁶⁸ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.64.

²⁶⁹ Ibidem, Livro 2, fl.64.

²⁷⁰ Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.67.

²⁷¹ Ibidem, Livro 2, fl.70.

²⁷² Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.88.

²⁷³ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.78.

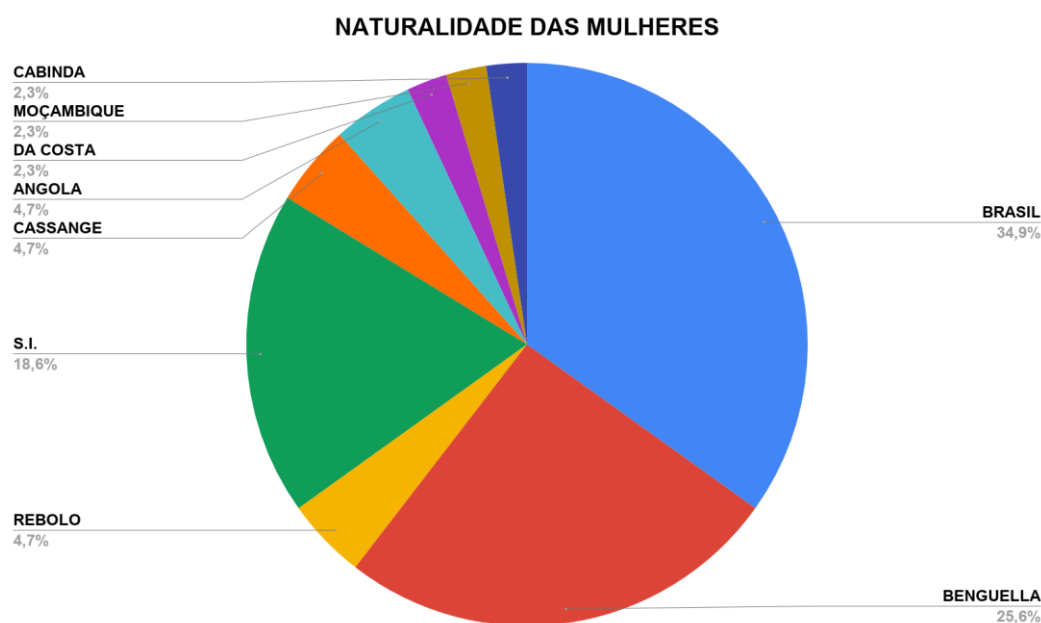
²⁷⁴ Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.131.

de 1860²⁷⁵, a outra filha chamada Felisbina foi batizada. O padrinho da inocente foi o liberto André João Benedito e a madrinha Florisbela Maria de Jesus.

O padre Antonio João de Carvalho, em 11 de novembro de 1850²⁷⁶, na Matriz de São José de Taquari fez a união de André, do congo, preto, com Esperança, crioula, de São José de Taquari. Ambos eram de Manoel Alves dos Reis Louzada. A testemunha do casamento foi Augusto Joaquim de Siqueira. A respeito da presença das testemunhas nos registros, estas não participavam da cerimônia de forma aleatória. Havia um processo de escolha dessas testemunhas e essas acabavam se tornando padrinhos dos noivos, criando um vínculo espiritual entre os mesmos (NOGUEIRA, 2013).

Ao verificarmos a distribuição étnica dos casais de Taquari percebemos uma superioridade de mulheres crioulas, seguido por um número de africanas de nação benguela. Para os homens, a naturalidade crioula e benguela estiveram em maior quantidade (GRÁFICOS 8 e 9). Nos dois gráficos a origem africana benguela se destacou. Pela classificação realizada entre as duas categorias de casamentos analisadas, vimos uma quantidade de 22 casamentos para a categoria endogâmica e 18 casamentos para a categoria exogâmica, totalizando os 40 casamentos legitimados pela Igreja.

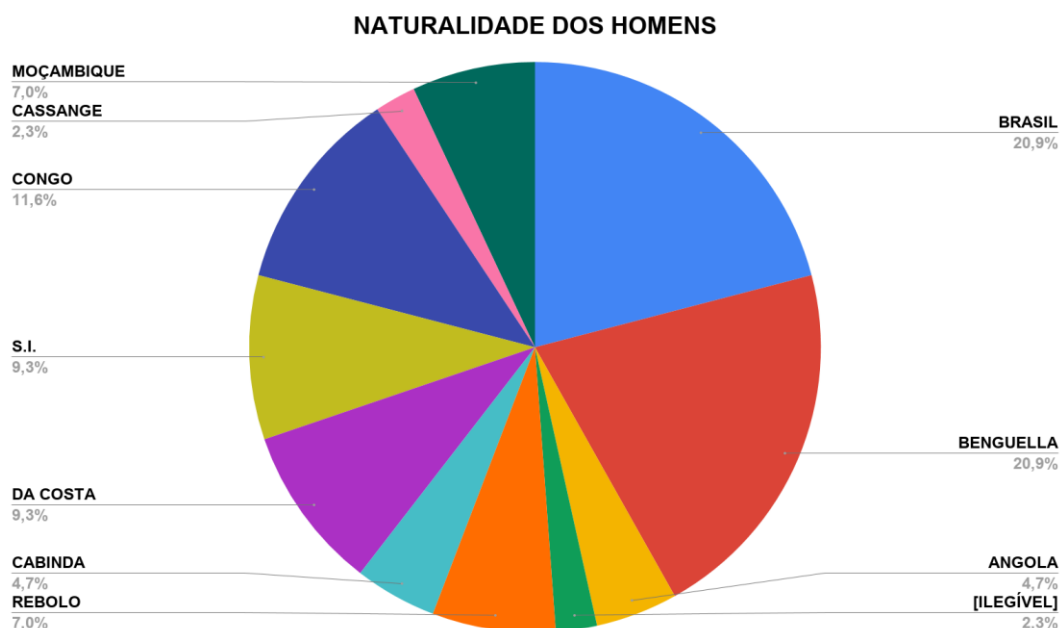
Gráfico 8 – Locais de origem das mulheres



Fonte: Becker e Pires (2021).

²⁷⁵ Livro 8 (1859-1863) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.279.

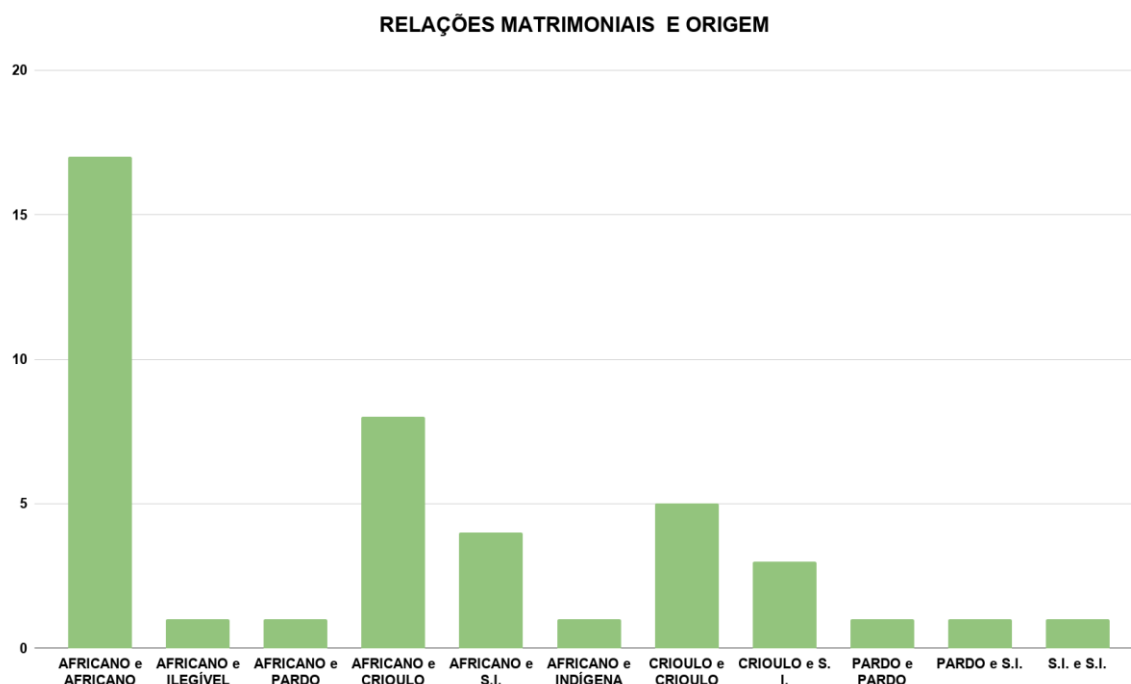
²⁷⁶ Livro 4 (1846-1856) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.11.

Gráfico 9 – Locais de origem dos homens

Fonte: Becker e Pires (2021).

Em pesquisa para Porto Alegre, entre os anos de 1813-1835, Elias (2013) notou que a tendência da endogamia se dava tanto na seleção da cor quanto da origem. Porém, a cor parecia ser o aspecto principal. A ênfase na cor como característica na formação dos casamentos precisa ser vista como dentro do marco ideológico da escravidão que tinha na cor a diferenciação social básica, era um sinal de proximidade ou distanciamento em relação ao cativo. Mesmo entre os cativos a cor seria um item central na escolha do cônjuge. Para Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX, seria mais fácil encontrar casais de escravizados pretos do que pardos. As uniões mistas foram raras.

Em relação às relações matrimoniais e à origem dos cônjuges notamos que houve uma formação maior de casais africanos, com as diversas etnias que mencionamos no transcorrer do texto. Seguindo pelos casais, um africano e outro crioulo, e depois, crioulo com crioulo (GRÁFICO 10). O que demonstrou a preferência dos escravizados e forros em formarem laços familiares com pessoas que tinham uma origem em comum, o que poderia favorecer os traços culturais, sendo com isso uma estratégia importante para estar dentro de um sistema escravista. Acreditamos que estas constatações das relações matrimoniais servem como mais um argumento de que africanos e crioulos se articularam a partir das possibilidades que o próprio sistema oferecia.

Gráfico 10 – Casamentos e a origem dos nubentes

Fonte: Becker e Pires (2021).

Os indícios de casamentos são formas boas de se perceber a reformulação do mapa étnico, ou os arranjos promovidos pelos africanos no processo de convívio com grupos sociais diferenciados em meio aos desafios do cativeiro e da ruptura de suas culturas de origem em detrimento do tráfico. Esse aspecto não teria feito com que africanos perdessem de forma completa noções de parentesco vigente na África, o que estes fizeram foi uma readaptação às novas condições impostas pelo sistema escravagista (ASSUNÇÃO, 2009). Partindo disso, vemos nos casamentos de Taquari uma significativa presença africana e crioula, e tais indivíduos devem ter praticado suas heranças africanas de alguma maneira no cotidiano. Tais aspectos culturais foram passados para seus descendentes e estão no tempo presente, mas falta uma investigação sobre isso.

Em estudo para a Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, Cunha (2009) percebeu uma proporção maior de casamentos formais entre africanos do que entre crioulos. Algo que confirma a hipótese de uma busca pela integração social a partir do matrimônio. Considera também, que o proprietário estaria mais interessado em casar os africanos para garantir a estabilidade da posse. Por falta de mulheres elegíveis entre os africanos, muitos deles acabaram por se unir às crioulas, embora a preferência dessas fossem os seus pares crioulos, aumentando o grau de homogamia.

Dessa forma, os casamentos exogâmicos analisados para Taquari comprovam uma união entre sujeitos de grupos étnicos diferentes na composição familiar, bem como nas redes que se formaram com o apadrinhamento dos filhos desses casais. Uma comprovação que nesse espaço houve contato entre pessoas de diferentes reinos africanos, de regiões diversas do Brasil e também com os indígenas que ocupavam esse território bem antes da chegada da escravidão negra. A partir dos registros ampliaram-se os conhecimentos sobre um cotidiano das propriedades que exploravam a mão de obra escravizada em Taquari. Obviamente que algumas propriedades em menor escala que outras, mas desde as pequenas até as maiores podemos considerar uma movimentação étnica de origem africana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos contribuir nesta tese com a visibilidade da história da escravidão negra no território de Taquari dos séculos XVIII e XIX. Para tratar do tema elegemos três pontos principais, o primeiro deles foi explicar o surgimento da povoação de Taquari e os motivos que impulsionaram a Coroa portuguesa; o segundo foi a formação dos laços de compadrio a partir dos batismos católicos de escravizados adultos e de crianças e o terceiro ponto foi a constituição da família negra com as uniões matrimoniais católicas realizadas na Igreja. Na formação da família não se pode considerar apenas os casamentos legitimados, pois abordamos também os filhos naturais e suas mães.

Relembramos o objetivo central da tese que foi analisar a formação dos laços de compadrio e a constituição da família negra escravizada, livre e liberta na Paróquia de São José de Taquari, entre os anos de 1787 e 1850. Acreditamos que atingimos esse objetivo ao esmiuçarmos os registros de batismos de adultos e inocentes, em que foi possível saber dos apadrinhamentos e das redes de parentesco, além disso, de cruzar dados ampliando informações dentro de uma dinâmica difícil de se fazer uma ligação nominal. No que diz respeito à formação familiar entre cativos, libertos e livres, os dados dos matrimônios nos forneceram a base para a comprovação de que houve dentro do sistema escravista o núcleo familiar.

Nosso objetivo pautou-se na hipótese principal de que os escravizados, ao formarem laços de compadrio e seu núcleo familiar, articularam-se e conquistaram espaços de autonomia diante do sistema escravista, em específico, com a constituição de redes de relações. Abordamos essa questão da articulação com a análise dos padrinhos e madrinhas convidados para os batizados e casamentos, considerando nisso a condição social desses

indivíduos. Para tratar da conquista de autonomia nos detivemos nas escolhas feitas pelos pais ao convidarem seus parentes espirituais (compadres e comadres) e dessa maneira formaram redes importantes de comunicação, de apoio, de solidariedade, de proteção, de trocas culturais, de manutenção de heranças africanas em espaços de senzala e fora deles.

A respeito das redes formadas pelos batizados de adultos, vimos casos de um único padrinho apadrinhar mais de um adulto, demonstrando que alguns escravizados foram solicitados mais de uma vez para tal papel. O apadrinhamento, além de ter sido feito por pessoas que estavam na condição de cativo, foi feito por forros e proprietários livres. Mas em nenhum momento identificamos um proprietário apadrinhando seu próprio escravizado, um aspecto que foi apontado por pesquisas em outras regiões também. Em relação aos proprietários, percebemos, pelo cruzamento de fontes documentais e usando a ligação nominal, que alguns estiveram envolvidos de forma mais intensa em negociações da escravidão.

Obtivemos ainda na análise dos batizados de africanos adultos maiores informações da vida de Cândida. Ao realizarmos a ligação nominal com demais documentos conseguimos acompanhar alguns acontecimentos de sua trajetória e de um de seus filhos, esse foi um ganho para a pesquisa, pois permitiu que pudéssemos avançar em dados para alguns escravizados. Uma tarefa difícil em meio à ausência de sobrenomes, às constantes negociações, à repetição de nomes nos documentos; enfim, traçar uma trajetória de uma pessoa ou família nem sempre é possível pelas barreiras impostas pela escravidão.

Na análise dos batismos de jovens adultos houve a constituição de laços de parentesco fictício. Pela classificação realizada o que se destacou foi o apadrinhamento feito por escravistas, por escravizados de outras escravarias e por escravizados que não tiveram seus proprietários mencionados. Com isso, os laços firmados entre os africanos recém-chegados se deram de maneira mais intensa com indivíduos que não estavam dentro do mesmo espaço de senzala. Tivemos um número de padrinhos que eram da mesma escravaria, mas vimos que em maiores quantias foram pessoas que estavam em outros locais. Não podemos deixar de mencionar as dificuldades que esses indivíduos devem ter tido em relação ao uso da língua, devido à diversidade de nações de origem e à inserção nas propriedades.

Em específico, ressaltamos que os laços de compadrio estabelecidos com homens livres que eram os proprietários foram importantes. Interpretamos isso como uma vantagem

social para os adultos. Mesmo que tenha sido mais uma forma de controle dos donos desses indivíduos que tinham seus vínculos na comunidade escravista, defendemos a ideia de que os adultos fizeram uso desse parentesco para obterem suas vantagens. Ao longo desta pesquisa nosso intuito foi mostrar que os escravizados foram agentes atuantes no seu cotidiano, mesmo com toda a pressão de um sistema bem montado de exploração e retirada de autonomias, como foi o escravagista.

Nos batizados dos inocentes o nosso recorte temporal foi extrapolado em função do cruzamento com outras fontes documentais. A curiosidade de saber mais sobre os indivíduos fez com que utilizássemos períodos posteriores ao ano de 1850. Mas dessa maneira conseguimos agregar mais informações para nomes de proprietários livres brancos e para escravizados e libertos. Nos registros de batismos de crianças identificamos assim como para os adultos, os laços de compadrio formados entre as mães dos chamados filhos naturais e com os pais dos denominados filhos legítimos. Lembrando que essa classificação seguiu o que estava citado nos próprios registros; ou seja, era uma classificação feita pela Igreja.

Nos batismos dos filhos naturais, as mães buscaram por padrinhos e madrinhas que estavam em uma condição social de livres ou libertos. Entendemos isso como uma estratégia desses pais que queriam pessoas para protegerem seus filhos e estes estando em uma situação de liberdade poderiam oferecer maiores possibilidades de auxílio. Como também, laços de compadrio fora das propriedades em que estavam como escravizados, o que comprova a existência de uma rede de parentesco que deve ter proporcionado ganhos envolvendo trocas de informações do que acontecia em cada propriedade, possíveis visitas, solidariedades, uma ligação de apoio para se manterem firmes diante dos infortúnios do mundo escravista.

Outro aspecto a ser destacado na análise dos batizados é que não houve proprietários apadrinhando filhos de suas escravizadas, mas notamos que muitos parentes dos proprietários foram padrinhos e madrinhas. O proprietário não assumiu diretamente essa função e não estreitou tais laços, porém, pessoas de sua família, sim. Tentamos pensar que isso favorece quem estava em uma condição social desfavorável, que para as crianças houve vantagens, quem sabe na obtenção de liberdade, em uma proteção que impedisse algum sofrimento ou em outras, autonomias que não conseguimos mencionar nesse momento.

O número de batizados de filhos naturais foi bem superior ao número dos chamados filhos legítimos. Essa ilegitimidade pode estar atrelada a alguns fatores, entre eles, os pais que

não tinham oficializado a união na Igreja, possíveis filhos de relacionamentos com filhos de proprietários e até mesmo com os próprios proprietários. Não podemos deixar de levantar a hipótese de que muitos abusos sexuais aconteceram dentro das escravarias, em que a mulher escravizada era violentada por seus donos. Também os nascimentos podem estar relacionados com tais situações de violência.

Para os batizados dos filhos legítimos vimos que os laços de parentesco foram firmados com padrinhos e madrinhas escravizados e depois com pessoas livres e cativos de outras escravarias. Diferentemente da situação dos filhos naturais que talvez necessitassem de vínculos sociais um tanto mais vantajoso no sentido da proteção, os filhos legítimos estavam com pai e mãe na mesma moradia, isso deve ter influenciado na escolha dos padrinhos. Poderia ser mais interessante para o casal convidar pessoas de seu convívio e condição social, os laços com estes que estavam na mesma condição também era uma estratégia de enfrentamento às adversidades do sistema. Entendemos que o compadrio a partir dos filhos legítimos buscou uma aproximação maior com quem estava na posição de escravizado.

Os batismos que mais evidenciaram a construção de laços de compadrio entre os escravizados dentro de uma mesma propriedade ou propriedades foram os dos de Manoel Alves dos Reis Louzada. Destacamos sua escravaria em razão dos nascimentos e apadrinhamentos que nela ocorreram e que nos deu a condição de observarmos a formação de uma comunidade. Pela quantidade de pessoas e pelos laços que estas constituíram acreditamos que existia em suas terras uma comunidade escravizada consolidada. Para termos maiores argumentos a respeito disso, teremos que avançar em uma pesquisa futura em que devemos esmiuçar essa rede que se formou no interior das senzalas de Louzada. Por hora, podemos dizer que houve laços de compadrio nos batizados de adultos, inocentes e também nos matrimônios.

O estudo dos assentos de casamentos de Taquari apontou um baixo índice de uniões legitimadas entre os escravizados. As uniões matrimoniais foram realizadas, sobretudo, entre nubentes de mesma origem e estatuto jurídico. A legitimidade verificada nos assentos de batismos de crianças escravizadas em que se identificou uma maior quantidade de filhos naturais com a citação do nome somente das mães, permitiu-nos relacionar com o número de acessos ao casamento. Vimos uma baixa quantidade de uniões maritais perante a Igreja, com isso, inferimos que a maioria das relações eram consensuais entre os cativos.

Um dos motivos para o baixo número de casamentos de escravizados pode estar relacionado com as questões econômicas, pois era necessário pagar os custos do ritual que legitimava a união. Então, perante uma situação de escravidão, tais indivíduos dependeriam do custeio desse ritual pelo senhor da propriedade em que serviam. Também levamos em conta que nem todos os proprietários tiveram grandes escravarias e que tinham para dispor recursos para fazerem o casamento.

Os estudos como os de Guterres (2010) para Santa Maria da Boca do Monte, na segunda metade do século XIX, também apontaram um pequeno número de uniões celebradas na Igreja. No decorrer dos anos de 1844 e 1882, verificou noventa casamentos, destes vinte e cinco foram casamentos entre escravizados, sendo que dezenove ocorreram entre cativos de uma mesma propriedade. Além dos dados referentes aos casamentos sobre a população cativa, a pesquisadora frisa que havia mais de 90% de ilegitimidade, algo que demonstra uma ausência paterna significativa. Salienta que a redução de casamentos e o número crescente de crianças ilegítimas batizadas na freguesia ao longo dos anos não podem ser compreendidos como um processo de promiscuidade.

O casamento foi uma maneira também de conquista de espaços pelos casais dentro das propriedades em que estavam servindo. Nos baseamos na ideia de Slenes (2011) quando escreve que ao pensar em se casar, o escravizado tinha a esperança de melhorar sua vida de várias maneiras. Poderia almejar mais acesso aos recursos materiais, uma divisão de trabalho em torno de um espaço e de um fogo “próprio” que oferecessem melhores condições de sobrevivência. Ao casar-se tinha a possibilidade de ter controle sobre sua economia doméstica, conseguindo talvez uma vida na escravidão dentro de seus próprios padrões culturais. Isso passava também pelas fontes de alimentos, independentes sem ter que depender das refeições comunais na fazenda.

A conquista do casamento pelos escravizados e forros foi importante, pois de acordo com as Constituições do Arcebispado da Bahia, com a união matrimonial não seria mais possível o proprietário separar em venda o casal. Analisando isso, inferimos que os quarenta casamentos realizados na Matriz de São José de Taquari foram uma conquista dos indivíduos, mesmo não sendo uma quantidade elevada de uniões, estas foram importantes na constituição da família escravizada e liberta. A possibilidade de escolha dos cônjuges em que africanos se casaram com africanos, crioulos com crioulos, africanos com crioulos, é uma demonstração de fortalecimento e estratégia de enfrentamento do cotidiano escravista. Além das origens

africanas e crioulas, houve uniões com indígenas, algo que demonstrou o contato entre esses grupos no espaço territorial que correspondia à Taquari.

Por fim, concluímos esta tese enfatizando a importância do tema para a desconstrução de uma visão muitas vezes equivocada do escravismo, em que os indivíduos não são considerados como agentes e capazes de fazerem uso de estratégias de enfrentamento do sistema. E se tratando do nosso recorte espacial, as demandas de pesquisa e conhecimento são extremamente necessárias, já avançamos bastante, mas há muito a ser investigado e debatido. O que foi apresentado e analisado ao longo deste trabalho colabora para a visibilidade desses indivíduos, para demonstrar as relações sociais dessas pessoas, os seus laços familiares que não foram apagados pela escravidão. Com a manipulação das fontes documentais, deparamo-nos com informações novas para o espaço de Taquari, e com elas percebemos que era possível falar sobre a formação de família, de laços de compadrio, de diversidade de nações africanas, de nascimentos, de nomes de proprietários e alguns casos, do tamanho da escravaria. São fatores que agregam ao contexto histórico local e regional grupos que até então estavam silenciados.

Um silêncio que se relaciona com a escolha de mostrar uma história branca com um viés de constituição do desenvolvimento econômico e cultural. A história da escravidão negra em uma região que se considera branca é um desafio que contempla também a área de estudos das Ciências Ambientais quando esta se propõe a debater planos de desenvolvimento da redução das desigualdades sociais. Sabemos que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, e nossa história de país, em que por quase quatrocentos anos uma população africana e crioula foi escravizada, explica as raízes dessa desigualdade social. A marginalização dos grupos humanos descendentes desse processo do escravismo é evidente no tempo presente, o pós-abolição se estende até os dias atuais com problemas que surgiram no passado. Então, esta tese se justifica de forma geral pela apresentação de um tema que está totalmente relacionado com o debate a respeito do desenvolvimento humano, com a realização plena dos seus direitos individuais e coletivos, aspectos fundamentais dentro das Ciências Ambientais.

REFERÊNCIAS

Documentais

Cartoriais

CARTA de Liberdade de 1879. Carta de Francisco. APERS, livro nº6, p.31v.

CARTA de Liberdade de 1879. Carta de Leopoldina. APERS, livro nº6, p.32r.

COMPRA e Venda de escravos de 1858. Compra de Eduardo, Joaquim e Carolina. APERS, livro nº2, p.147v.

COMPRA e Venda de escravos de 1859. Compra de Leopoldina. APERS, livro nº3, p. 86r.

COMPRA e Venda de escravos de 1861. Compra de Justino. APERS, livro nº5, p. 52 r.

COMPRA e Venda de escravos de 1861. Venda de Domingas. APERS, livro nº6, p.2r.

COMPRA e Venda de escravos de 1861. Venda de Eva. APERS, livro nº5, p.21v.

COMPRA e Venda de escravos de 1861. Venda de José. APERS, livro nº4, p. 90 v.

COMPRA e Venda de escravos de 1862. Compra de Marcelino. APERS, livro nº7, p.2r.

COMPRA e Venda de escravos de 1862. Compra de Quintino. APERS, livro nº6, p. 49r.

COMPRA e Venda de escravos de 1862. Compra de Semiana. APERS, livro nº6, p.61r.

COMPRA e Venda de escravos de 1863. Compra de Fermiano e João. APERS, livro nº8, p. 31v.

COMPRA e Venda de escravos de 1863. Compra de Vicente. APERS, livro nº8, p. 4v.

COMPRA e Venda de escravos de 1863. Venda de Joana. APERS, livro nº8, p.39r.

COMPRA e Venda de escravos de 1863. Venda de José. APERS, livro nº8, p.30v.

COMPRA e Venda de escravos de 1864. Venda de Manoel. APERS, livro nº8, p.89v.

COMPRA e Venda de escravos de 1866. Venda de Rita e sua filha. APERS, livro nº11, p.10 r.

COMPRA e Venda de escravos de 1867. Compra de Malaquias. APERS, livro nº12, p.35r.

COMPRA e Venda de escravos de 1867. Compra de Maria. APERS, livro nº11, p.85v.

COMPRA e Venda de escravos de 1867. Venda de Cândida. APERS, livro nº11, p.97v.

COMPRA e Venda de escravos de 1867. Venda de Marcolino. APERS, livro nº11, p.84v.

COMPRA e Venda de escravos de 1869. Compra de Benta. APERS, livro nº13, p.64v.
 COMPRA e Venda de escravos de 1869. Venda de Cândida. APERS, livro nº14, p.23v.
 COMPRA e Venda de escravos de 1870. Compra de Antônio. APERS, livro nº17, p.49v.
 COMPRA e Venda de escravos de 1870. Compra de Rita. APERS, livro nº14, p.78r.
 COMPRA e Venda de escravos de 1870. Venda de Lucas. APERS, livro nº15, p.25v.
 COMPRA e Venda de escravos de 1872. Compra de Henrique. APERS, livro nº21, p.68r.
 COMPRA e Venda de escravos de 1873. Venda de Joaquim. APERS, livro nº22, p.116r.
 COMPRA e Venda de escravos de 1873. Venda de Manoela. APERS, livro nº22, p.109v.
 COMPRA e Venda de escravos de 1875. Compra de Delfina. APERS, livro nº24, p.154 v.
 COMPRA e Venda de escravos de 1875. Venda de Cândida. APERS, livro nº25, p.188v.
 COMPRA e Venda de escravos de 1875. Venda de Delfina. APERS, livro nº25, p.146 v.
 COMPRA e Venda de escravos de 1882. Venda de Felizarda. APERS, livro nº18, p.20r.

INVENTÁRIO nº255 de 1862. Inventário de Manoel Alves dos Reis Louzada. Ano 1862. Número 255. Vara de Família e Sucessão. APERS

INVENTÁRIO nº261 de 1873. Inventário de Bernardo da Silva Machado e de sua mulher Maria Lemos Barbosa. Porto Alegre, APERS.

INVENTÁRIO nº317 de 1880. Inventário de Joaquim Luiz de Araújo. Ano 1880. Número 317. Vara de Família e Sucessão. APERS.

INVENTÁRIO nº351 de 1884. Inventário de Domingos José Viana e sua mulher Laura Pereira Viana. Porto Alegre, APERS.

INVENTÁRIO nº355 de 1884. Inventário de João Pereira da Silva Bilhar. Porto Alegre, APERS.

PROCESSOS-crime de 1867. Processo-crime do réu Antônio, crioulo, jornaleiro, Sra. Umbelina Maria dos Santos e da vítima Antônio Rodrigues Bizarro. APERS, processo nº 2130.

Paroquiais

Batismos

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) – familysearch.org

Livro 10 (1867-1875) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.3.

Livro 10 (1867-1875) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.131.

Livro 13 (1879-1881) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.30.

Livro 13 (1879-1881) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.98.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.110.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.131.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.91.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.117.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.91.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.100.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.102.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.193.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.84.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.403.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.99.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.111.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.112.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.117.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.124.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.127.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.133.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.144.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.145.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.146.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.78.
 Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.131.
 Livro 8 (1859-1863) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.172.
 Livro 8 (1859-1863) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.173.
 Livro 8 (1859-1863) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.187.
 Livro 8 (1859-1863) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.279.

Casamentos

Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.46.
 Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.45-46.
 Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.51.
 Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.58.
 Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.69.

- Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.45.
- Livro 1 (1767-1795) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.63.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.150.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.64-65.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.30.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.111.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.113.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.118.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.119.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.67.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.30.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.109.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.113.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.118.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.119.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.132.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.133.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.143.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.64.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.67.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.70.
- Livro 2 (1796-1846) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.41.
- Livro 4 (1846-1856) de Casamentos de Escravizados da Freguesia de São José de Taquari, fl.11.
- Livro 4 (1846-1856) de Casamentos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.10.

Óbitos

Livro 1 e 2 (1766-1845) de Óbitos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.57.

Livro 2A (1854-1862) de Óbitos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.2.

Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre

LIVRO de registro de ofícios de Jaime Paradedá & Filhos, 1866 à 1875. Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Bibliográficas

ALVES, Adriana D.R. **As mulheres negras por cima**. O caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c.1780-c.1830. 2010. 262 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ANDRADE, Vitória F. S. Ilegitimidade e compadrio: o estudo dos nascimentos de filhos de mães escravas, São Paulo do Muriaé, 1852-1888. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15, 2006, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu, ABEP, 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/35/showToc>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ASSUNÇÃO, Mariana A. **Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (Século XIX)**. 2009. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ÁVILA JR, Celso J. O governo de Paulo Gama no Rio Grande do Sul. In: ECKERT MIRANDA, Márcia; BACH MARTINS, Liana (Coord.). **Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama**. Porto Alegre: CORAG, 2008.

BACELLAR, Carlos A. P. Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=118&Itemid=63>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BARROSO, Daniel S. Múltiplos do cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). **Afro-Ásia**, Bahia, n.50, p.93-128, 2014. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21332>>. Acesso em: 19 fev.2021.

BECKER, Yago; PIRES, Karen D. **Elaboração de gráficos de Taquari/RS**. Lajeado, 2021.

BERND, Zilá; BAKOS, Margaret M. **O negro: consciência e trabalho**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

BERUTE, Gabriel S. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825. 2006. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826-1831. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=65>. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro**: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808 – 1850). 2011. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos**. Tradução: Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BLANCO, Márcio M. **Pelas veredas da senzala**: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c.1740-c.1760). 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRÜGGER, Silvia M. J. Apadrinhamento de escravos adultos (São João del Rei, 1730-1850). In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. **Anais...** Londrina, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206568_0344f2a69afad10ad0aa9449caa86feb.pdf>. Acesso em: 22 jan.2021.

CALCANHOTTO, Adriana. **2 de junho**. Rio de Janeiro, 2020.

CHRISTILLINO, Cristiano L. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889). 2004. 374 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

COSTA, Alex A. **Tramas e contendias**: escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na Baía de Camamu, 1800 -1850. 2016. 213 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

COSTA, Alfredo R. **O Rio Grande do Sul**: completo estudo sobre o estado. Volume I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922.

COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert W; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena. **Estudos Econômicos**, São Paulo, n.2, v.17, p. 245-295, 1987. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/issue/view/11084>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CUNHA, Joceneide. Entre padrinhos e compadres: os africanos nos livros de batismos em Sergipe (1785-1835). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. **Anais...**

Natal, UFRN, 2013. Disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org/site/capa>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CUNHA, Máisa F. **Demografia e família escrava**. Franca-SP, Século XIX. 2009. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DA VIDE, D. Sebastião M. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1946.

DE CARLI, Caetano. **A família escrava no sertão pernambucano (1850-1888)**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DELFINO, Leonara L. **A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas (1810-1873)**. 2010. 268 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

DICK, Maria V. P. A. A estrutura do signo toponímico. **Língua e Literatura**, São Paulo, n.9, p.287-293, 1958. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/115875>>. Acesso em: 15 abril.2021.

ELIAS, Roger S. **Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835)**. 2013. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FARIA, Octávio A. **Monografia do município de Taquari**. Instituto Estadual do Livro, 1981.

FARINATTI, Luís A. E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. 424 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José R. Parentesco e família entre os escravos no século XIX: um estudo de caso. **REBEP** – Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, n.1/2, v.12, p.151-167, 1995. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/issue/view/21/showToc>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c.1790-c.1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCISCO, Raquel P. **Laços da senzala, arranjos da Flor de Maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900)**. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2007.

FRANZ, Eloisa. **O Negro Taquariense: do escravismo ao abolicionismo**. 2009. 91f. Monografia (Graduação) – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 2009.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. 2009. 359 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João J (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GURGEL, Argemiro E. **A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença (1870 a 1888)**. 2004. 115 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GUTERRES, Letícia B. S. **Para além das fontes: Im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria – 1844 -1882)**. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Laços familiares na depressão central do Rio Grande do Sul, século XIX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10, 2010, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, UFSM-UNIFRA, 2010. Disponível em: www.eeh2010.anpuh-br.org.br/.../1279508483_ARQUIVO_textoANPUHRS2010.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

GRAHAM, Sandra L. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HORA, Raiza C.C. **Sob os olhos do Bonfim: africanos em suas vivências matrimoniais, familiares e sociabilidades na cidade da Bahia nos séculos XVIII e XIX (1750-1810)**. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em: 12 abril. 2021.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia oitocentista. **Afro-Ásia**, Bahia, n.50, p.199-228, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1498/showToc>. Acesso em: 14 fev.2021.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4ª edição. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LARA, Sílvia H. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina C. L. (Org.). **Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LIBBY, Douglas C; BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. **Varia Historia**, Minas Gerais, n.31, p.69-96, 2004. Disponível em: <<http://www.variahistoria.org/edies/tag/Number+31>>. Acesso em: 15 fev.2021.

MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social**. (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX). 2006. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MAIA, Moacir R.C. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). **Topoi**, Rio de Janeiro, n.20, v.11, p.36-54, 2010. Disponível em: <<https://revistatopoi.org/site/>>. Acesso em: 24 fev.2021.

_____. Uma nova interpretação da chegada de escravos africanos à América Portuguesa (Minas Gerais, século XVIII). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, USP, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MALAGUIAS, Carlos O. **Trabalho, Família e Escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX**. Belo Horizonte, 2010, 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARCÍLIO, Maria L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **REBEP – Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, n.1/2, v.14, p.125-143, 1997. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/issue/view/24/showToc>>. Acesso em: 24 out. 2020.

_____. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia Historia**, Minas Gerais, n.31, v.20, p.13-20, 2004. Disponível em: <<http://www.variahistoria.org/edies?tag=Number+31>>. Acesso em: 10 jan.2021.

MARTINS, Liana B. **Dois séculos de criação dos primeiros quatro municípios no Rio Grande do Sul**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MATTOS, Hebe M. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Enlison et al. Capitânias Hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições. **Pesquisa e planejamento econômico**, Brasília, n.3, v.42, p.433-471, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3333/5/PPE_v42_n03_Capitanias.pdf>. Acesso em: 15 abril.2021.

MENZ, Maximiliano M. **Entre dois impérios**: formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822). 2006. 308 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

METCALF, Alida C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: O caso de Santana de Parnaíba. **Estudos Econômicos**, São Paulo, n.2, v.17, p. 229-243, 1987. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/issue/view/11084>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

MIRANDA, Rosângela F. **“Em diligência de se libertar”**: alforria, família escrava e tráfico interprovincial no Alto Sertão da Bahia - termo de Monte Alto (1810 - 1888). 2018. 242 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MOREIRA, Paulo R. S.; CARDOSO, Raul R. O cotidiano insubmisso: insurreição escrava, políticas senhoriais e comunidades negras em cativo (Taquari – RS – Século XIX). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6, 2012. Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Paulo%20Roberto%20Staudt%20Moreira%20&%20Raul%20Rois%20Schefer%20Cardoso%20Cardoso.pdf>> Acesso em: 19 set. 2020.

MOREIRA, Paulo R.S; MATHEUS, Marcelo S. As Matrículas de Escravos da Capitania de São Pedro do Rio Grande: análise da população cativa das freguesias de Mostardas, Cachoeira e Triunfo – 1787/1788. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: <<https://labhstc.ufsc.br/eventos/vi-encontro-escravidao-e-liberdade-no-brasil-meridional>>. Acesso em: 18 jan.2021.

_____. **“Auto de reconhecimento da cabeça de um preto apresentada pelo Capitão de Mato”**: crime, honra e negociação na formação de uma comunidade de senzala (Porto Alegre/Taquari, século XIX). Revista Latino-Americana de História, São Leopoldo, v. 2, n.7, p. 503-521, 2013. Disponível em: <projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/download/359/259>. Acesso em: 26 jan.2021.

MOTTA, José F. Família escrava: uma incursão pela historiografia. Revista da Associação Paranaense de História, Curitiba, n.16, ano 9, p. 104-159, 1988.

_____. A Demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. **REBEP - Revista Brasileira de Estudos de População**, n.1/2, v.12, p. 133-149, 1995. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/issue/view/21/showToc>>. Acesso em: 24 out. 2020.

_____. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, Rio de Janeiro, 2003.

NOGUEIRA, Luiz F. V. **Relações familiares entre escravos: trajetória de Manoel e Eva – Freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim - MG (1859-1888)**. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: GOLIN, Tau (Coord.). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

_____. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. **Claves. Revista de História**, Montevideo, n.1, p.67-90, 2015.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PAULA, Juliano T. V. **Escravidão, família e compadrio cativo numa Freguesia Sul Mineira: São Tomé das Letras – MG (1840-1870)**. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

PERUSSATTO, Melina K. **Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c.1888**. 2010. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PETIZ, Silmei S. **Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)**. 2009. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

PINTO, Natália G. **A Benção Compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850**. 2012. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

_____. **Gerações de senzalas, Gerações de Liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888**. 2017. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PIRES, Karen D. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – Final do século XIX**. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016.

_____. **Travessia**. Lajeado, 2021.

PORTO Alegre: vida e obras. **CasaBaunilha.com**, Porto Alegre, 24 mar.2017. Disponível em: <<http://www.casabaunilha.com.br/site/2017/03/24/porto-alegre-vida-e-obras>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

POSSAMAI, Paulo C. A fundação da Colônia do Sacramento. **MNEME - Revista de Humanidades**, Rio Grande do Norte, n.12, v.5, p. 32-59, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/254/232>>. Acesso em: 20 set. 2020.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia**, Minas Gerais, n.31, v.20, p.41-68, 2004. Disponível em: <<http://www.variahistoria.org/edies?tag=Number+31>>. Acesso em: 24 dez. 2020.

REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. REBEP – **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, n.1/2, v.14, p.101-124, 1997. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/issue/view/24/showToc>>. Acesso em: 23 out.2020.

REICHEL, Heloisa J. Fronteiras no espaço platino. In: GOLIN, Tau (Coord.). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

REIS, Isabel C. F. **A família negra no tempo da escravidão**: Bahia, 1850-1888. 2007. 300 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REIS, João J; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogo de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RHODEN, Luiz F. Os traçados urbanos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

RIOS, Ana M. L. Família e transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, n.2, v.7, p.243-247, 1990. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/543/pdf_517>. Acesso em: 25 mai.2020.

RUBERT, Arlindo. História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SANTOS, Corcino M. Importância da Capitania do Rio Grande para o Brasil. In: GOLIN, Tau (Coord.). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

SANTOS, Sherol. **Apesar do cativeiro**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1842). 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SCHERER, Jovani S. **Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande**. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. Lares Negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.16, v.8, p.189-203, 1988. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/2015-01-20-00-01-55/revistas-anpuh/rbh>>. Acesso em: 15 jan.2021.

_____. **Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOUSA, Talyta M. L. Nacer, Casar e Morrer: Os eventos vitais da população negra na cidade de Teresina, 1852-1888. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6, 2012, Teresina. **Anais...** Teresina, UFPI, 2012. Disponível em: <<https://www.historia.ufg.br/n/19941-vi-simposio-de-historia-cultural-da-universidade-federal-do-piaui?locale=en>>. Acesso em: 12 jan.2021.

SPOHR, Inácio. **História das casas: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil – Paróquia Santo Inácio dos Conventos**. Porto Alegre: Padre Reus, 2018.

TEIXEIRA, Heloísa M. **Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888**. 2001. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TORRES, Luiz H. **História do Município do Rio Grande**. Rio Grande: Pluscom Editora, 2015.

VARGAS, Pedro R. N. F. **O mercado central de Porto Alegre e os caminhos invisíveis do negro: uma relação patrimonial**. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VASCONCELLOS, Marcia C. Casar ou não, eis a questão. Os casais e as mães solteiras escravas no litoral Sul-Fluminense, 1830-1881. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, Ano 24, n.2, p.291-316, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000200004&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 19 jan.2021.

_____. **Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888**. 2006. 273 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VASCONCELLOS, José. L. **Opúsculos; Onomatologia**. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

VIANA DE PAULA, Juliano T. **Escravidão, família e compadrio cativo numa Freguesia Sul Mineira: São Tomé das Letras – MG (1840-1870)**. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

_____. Compadrio e escravidão em uma freguesia sul-mineira: São Tomé das Letras (1840-1870). **Afro-Ásia**, Bahia, n.52, p. 177-212, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1504/showToc>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

VIEIRA, Leandro. **Enredo da Mangueira**. História pra ninar gente grande: a Mangueira em verso e prosa. Rio de Janeiro, 2019.

ZETTEL, Roberta F. V. **De mútuo consentimento**: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1845 a 1865). 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.